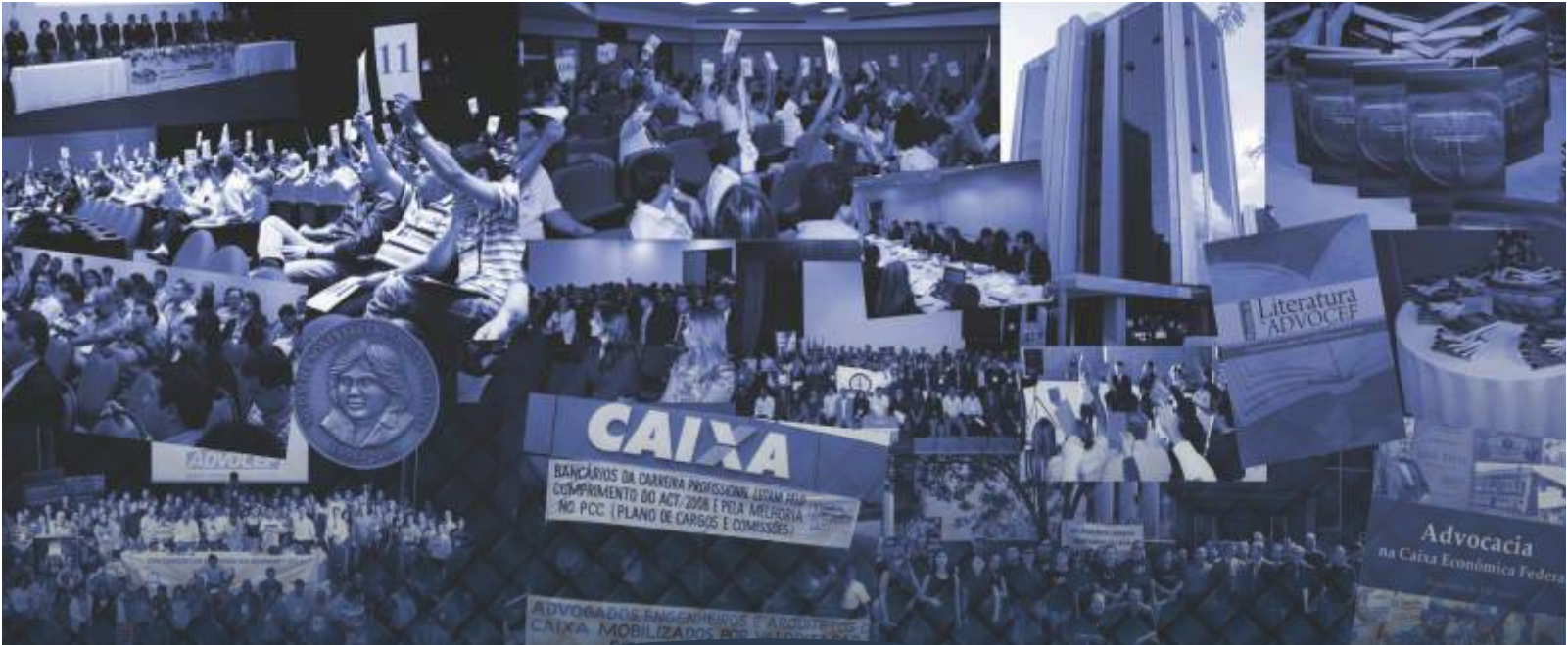




20 1992
2012
anos
ADVOCEF





Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal

Dezembro, 2012.

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA 2012-2014

Presidente: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva (Recife)

Vice-Presidente: Álvaro Sérgio Weiler Junior (Porto Alegre)

Primeiro Secretário: Lenymara Carvalho (Brasília)

Segundo Secretário: Lya Rachel Basseto Vieira (Campinas)

Primeiro Tesoureiro: Estanislau Luciano de Oliveira (Brasília)

Segundo Tesoureiro: Daniele Cristina Alaniz Macedo (São Paulo)

Diretor de Articulação e Relacionamento Institucional: Júlio Vitor Greve (Brasília)

Diretor de Comunicação, Relacionamento Interno e Eventos: Roberto Maia (Porto Alegre)

Diretor de Honorários Advocatícios: Dione Lima da Silva (Porto Alegre)

Diretor de Negociação Coletiva: Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte)

Diretor de Prerrogativas: Maria Rosa de Carvalho Leite Neta (Fortaleza)

Diretor Jurídico: Pedro Jorge Santana Pereira (Recife)

Diretor Social: Isabella Gomes Machado (Brasília)

REPRESENTANTES REGIONAIS

Elisia Sousa Xavier (Dijur/Suaju) | Meire Aparecida de Amorim (Dijur/Suten) | Paula Giron Margalho (Aracaju) | Rodrigo Trassi de Araújo (Bauru) | José de Anchieta Bandeira Moreira Filho (Belém) | Leandro Clementoni da Cunha (Belo Horizonte) | Marta Bufaiçal Rosa (Brasília) | Lya Rachel Basseto Vieira (Campinas) | Alfredo de Souza Briltes (Campo Grande) | Renato Luiz Ottoni Guedes (Cascavel) | Sandro Martinho Tiegs (Cuiabá) | Manoel Diniz Paz Neto (Curitiba) | Edson Maciel Monteiro (Florianópolis) | Karla Karam Medina (Fortaleza) | Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiania) | Magdiel Jeus Gomes Araújo (João Pessoa) | Rodrigo Trezza Borges (Juiz de Fora) | Altair Rodrigues de Paula (Londrina) | Dioclécio Cavalcante de Melo Neto (Maceió) | Kátia Regina Souza Nascimento (Manaus) | José Irajá de Almeida (Maringá) | Francisco Frederico Felipe Marrocos (Natal) | Daniel Burkle Ward (Niterói) | Leonardo da Silva Greff (Novo Hamburgo) | Cassia Daniela da Silveira (Passo Fundo) | José Carlos de Castro (Piracicaba) | Pablo Drum (Porto Alegre) | Augusto Cruz Souza (Porto Velho) | Aldo Lins e Silva Pires (Recife) | Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti (Ribeirão Preto) | Luiz Fernando Padilha (Rio de Janeiro) | Linéia Ferreira Costa (Salvador) | Conrado de Figueiredo N. Borba (Santa Maria) | Leandro Biondi (São José dos Campos) | Antonio Carlos Origa Junior (São José do Rio Preto) | Marcelo de Mattos Pereira Moreira (São Luís) | Camila Modena Basseto Ribeiro (São Paulo) | Rômulo dos Santos Lima (Teresina) | Felipe Lima de Paula (Uberaba) | Aquilino Novaes Rodrigues (Uberlândia) | Angelo Ricardo Alves da Rocha (Vitória) | Aldir Gomes Selles (Volta Redonda).

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros efetivos: Davi Duarte (Porto Alegre), Anna Claudia Vasconcellos (Florianópolis), Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim (Londrina), Fernando da Silva Abs da Cruz (Porto Alegre), Luciano Caixeta Amâncio (Brasília), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba) e Henrique Chagas (Presidente Prudente).

Membros suplentes: Antônio Xavier de Moraes Primo (Recife), Justiniano Dias da Silva Junior (Recife) e Elton Nobre de Oliveira (Rio de Janeiro).

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: Edson Pereira da Silva (Brasília), Jayme de Azevedo Lima (Curitiba) e Adonias Melo de Cordeiro (Fortaleza).

Membros suplentes: Sandro Endrigo Chiarotti (Ribeirão Preto) e Melissa Santos Pinheiro Vassoler Silva (Porto Velho).

Endereço em Brasília/DF:

SBS, Quadra 2, Bloco Q, Lote 3, Sala 1410 | Edifício João Carlos Saad | Brasília/DF

CEP 70070-120 | Fone (61) 3224-3020 | E-mail: advocéf@advocéf.org.br

Equipe da ADVOCÉF: Gerente administrativa e financeira: Ana Niedja Mendes Nunes |

Assistente financeira: Kelly Carvalho | Assistente administrativa: Valquíria Dias de Oliveira

Lisboa | Recepcionista: Roane Gomes Máximo

www.advocéf.org.br – Discagem gratuita 0800.601.3020



Editor: Mário Goulart Duarte

Projeto gráfico: Eduardo Furasté

Editoração eletrônica: José Roberto Vazquez Elmo

Capa e contracapa: Eduardo Furasté

Tiragem: 1.500 exemplares

Impressão: Athalaia Gráfica e Editora.



No caminho, com Maiakóvski

(...)
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz e,
conhecendo o nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.
(...)

Eduardo Alves da Costa, poeta brasileiro.



A lâmpada

"Desde que, adulto, comecei a escrever romances, tem-me animado até hoje a ideia de que o menos que um escritor pode fazer, numa época de atrocidades e injustiças como a nossa, é acender a sua lâmpada, fazer luz sobre a realidade de seu mundo, evitando que sobre ele caia a escuridão, propícia aos ladrões, aos assassinos e aos tiranos. Sim, segurar a lâmpada, a despeito da náusea e do horror. Se não tivermos uma lâmpada elétrica, acendamos o nosso toco de vela ou, em último caso, risquemos fósforos repetidamente, como um sinal de que não desertamos nosso posto."

Erico Verissimo, escritor brasileiro.

Sumário

Apresentação	6
1. Os difíceis dias do início	9
2. Por que sou associado	19
3. Principais realizações	25
■ Acordos históricos	26
■ O projeto de terceirização	27
■ A conquista dos honorários	30
■ As publicações	32
■ A greve de 2009	37
■ O Quinto Constitucional	44
4. Por que vou aos congressos	47
■ Todas as razões	48
■ Evento inesquecível	51
5. Associação jovem e madura	65
6. Eu e a ADVOCEF	75
7. Cena Jurídica	107
8. Diretorias da ADVOCEF	119

Um registro obrigatório

O ano de 2012 carrega algumas marcas de grande valor aos advogados da Caixa Econômica Federal.

Uma delas, talvez a mais significativa para a história desta corporação, é o aniversário de 20 anos de fundação da ADVOCEF.

Gestada a partir de um sentimento geral de desvalorização, quase desprezo pela categoria dos advogados, a fundação da associação nacional dos profissionais, em 1992, veio carregada de simbolismo e de muita garra.

Esta publicação, concebida e editada pela ADVOCEF, dá continuidade e aprofunda um resgate necessário de boa parte de uma bela história. Tarefa que teve início em 2011, com a publicação da obra retratando os 150 anos da Advocacia na CAIXA, na qual foram trazidos alguns importantes registros da história da Associação dos Advogados.

Capitaneada, desde seus primórdios, por homens e mulheres que sempre colocaram o coletivo acima do individual, a ADVOCEF vingou graças a um qualificado grupo de guerreiros. Tachados por alguns como loucos ou visionários, esses companheiros viabilizaram sua fundação e desenvolvimento, embalados em muitos episódios de dificuldades e lutas.

Capítulos de demonstração de tenacidade e fortaleza de princípios são expostos de forma jornalística, na leitura dos seus próprios protagonistas. Desses princípios jamais se afastaram os pioneiros, nem os que vieram depois, como provam os relatos a seguir, que mostram não só memórias reais, mas também os sonhos buscados por tantos.

A edição desses acontecimentos, mais do que a homenagem aos seus protagonistas, quer fixar uma fotografia viva e pulsante dessas duas décadas de existência da Associação.

Se a essência da vida humana for resumida em conceder de si algo para os demais, anotar essa vivência é dever dos que vão deixando a luta aos guerreiros mais fortes e igualmente conscientes de seu valor e de sua força.

O aniversário dos 20 anos da ADVOCEF se presta a amplificar os fatos, para que o tempo não deixe apagar o início de tudo. Para que as memórias futuras possam conhecer e repassar às novas gerações, com precisão, como foram os primeiros tempos, como os nossos antecessores lutaram, acreditaram e acabaram deixando um legado permanente de vitórias e boas memórias.

E para que não esqueçamos do quanto foi preciso caminhar para chegar até aqui, trazemos este retrato. Imagens multifacetadas, escritas e fotografadas. Mas, acima de tudo, imagens humanas de uma trajetória vencedora que permitiu estarmos aqui, desfrutando um pouco do tanto que ainda haveremos de colher desse campo muito fértil e inesgotável da vida e da busca por dias melhores.

Recebam nossos leitores, companheiros de tantas batalhas, este singelo presente de final de ano, para que 2012 permaneça por muito tempo como o ano em que se foi capaz de olhar para trás, resgatar e registrar capítulos de uma grande história.

Diretoria Executiva da ADVOCEF

Os difíceis dias do início

1



■ Primeira fila: Maria Luiza de Castro Rachid, Oscar Acco, Ceres de Jesus Araújo, Jorge Eudes do Lago, Sineide Andrade Corrêa Lima, Wagner de Freitas Ramos, Davi Duarte, Fernando José Abritta e José Humberto Lordello dos Santos Souza
Segunda fila: José Gomes de Matos Filho, Renato Soares Dias, Paulo Eduardo Cabral Furtado, Lídia Gomes e Asiel Henrique de Souza
Terceira fila (em pé): Aurival Jorge Pardaul Silva, Cláudio Vinícius Santa Rosa Castim, Cícero Corbal Guerra Costa e Bernardo José Bentini Yarzon



■ Sem camisa, Bernardo Yarzon é o primeiro da fila de advogados que, depois de fundar a ADVOCEF, foram participar do protesto contra Collor, no domingo, 16 de agosto de 1992

Dias duros, aqueles. O advogado da CAIXA e, na época, conselheiro da Seccional da OAB/RN Cláudio Castim andava preocupado, diante das dificuldades impostas pela inflação alta, instabilidade política, desigualdade social e salários baixos. A CAIXA havia cancelado as horas extras, que representavam uma parcela expressiva dos salários dos advogados, sem oferecer qualquer alternativa para recompor a remuneração.

“Eram tempos difíceis, onde a perspectiva de buscar uma nova colocação no mercado de trabalho se configurava cada vez mais presente para os advogados do quadro”, lembra Cláudio. Achava que a necessidade de valorizar a profissão, nas circunstâncias econômicas e políticas do país, exigia uma tomada de posição mais organizada. Só dessa maneira, pensava, seria possível viabilizar o sonho, “a meta de continuar exercendo nossas atividades laborais na CAIXA, com dignidade, reconhecimento externo e perspectiva no futuro”.

A falta de perspectiva da carreira, na opinião do advogado Alfredo Ambrósio Neto, de Goiânia, era consequência do comportamento distante dos gestores da CAIXA em relação à área jurídica. Isso fi-

cava evidente, inclusive, pelo não reconhecimento dos direitos assegurados pelo novo Estatuto da OAB, promulgado em 1994.

Por isso, foi criada a ADVOCEF. Segundo Alfredo, inspirada na constatação de que faltava um ente capaz de enfrentar a intransigência da direção da CAIXA. O objetivo era usar a força da união para romper barreiras até então insuperáveis.

Conforme o advogado José Gomes de Matos Filho, que na época trabalhava em Brasília, a falta de valorização do Jurídico por parte da CAIXA se revelava “até mesmo num tratamento não condizente”. Assim, a motivação dos pioneiros estava em constituir uma entidade que abraçasse a causa de resgatar o respeito do advogado dentro da CAIXA.

“O que me vem à lembrança é a garra, a vontade, a disposição daqueles bravos colegas em criar a ADVOCEF”, diz José Gomes, que se tornou o primeiro presidente da entidade.

Por isso, Gomes diz que a maior realização da ADVOCEF veio a ser a sua própria consolidação, tendo em vista que “os ventos, no início, eram muito desfavoráveis”.

Um caso ilustra o que diz. Certa vez, o advogado reuniu alguns colegas em sua sala, no antigo Deten, na Matriz, para transmitir as explicações passadas pela Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito) sobre o novo PCS (Plano de Cargos e Salários). Com a justificativa de que “fazia reunião da ADVOCEF na CAIXA”, o advogado foi imediatamente transferido de unidade (para a Filial Brasília).

O advogado Darli Barbosa, de Londrina/PR (ex-presidente da ADVOCEF), vê assim:

“No princípio, foram alguns colegas idealistas, que pensavam na necessidade de termos uma categoria organizada e unida em prol de um bem comum, inclusive pensando em barrar a tendência que havia em terceirizar todos os serviços jurídicos da CEF.”

Gisela Ladeira Bizarra Morone, ex-vice-presidente da ADVOCEF, hoje gerente nacional da Geten:

“Tínhamos duas frentes para defender. Interesses corporativos diretos, como a melhoria da remuneração e ajuste da carga de trabalho com a admissão de mais advogados. A outra era a valorização da área jurídica como um todo, revendo as condições de trabalho com melhores equipamentos, instalações físicas. O quadro era muito desanimador, cheguei a assinar a adesão a um PDV, do que fui dissuadida (felizmente!).”

Faltava uma instituição focada na defesa dos interesses dos advogados, conclui Júlio Cezar Hofman, de Maceió.

“Nossa interação com a área sindical era quase nula e dificilmente conseguíamos que nossas reivindicações fossem incluídas na pauta de negociações da data-base da CAIXA.”

O que se pensava a respeito da nova entidade, segundo Davi Duarte (ex-presidente da ADVOCEF), de Porto Alegre, era cooperar e “unir pessoas em torno de um ideal ainda não bem definido. Mas sobressaía o aspecto associativo para, juntos, obter melhorias nas condições salariais e de trabalho, em defesa da própria CAIXA”.

Júlio Greve, diretor de Articulação e Relacionamento Institucional da ADVOCEF:

“Acredito que os principais fatores para a criação de uma associação de advogados da CAIXA foram, não necessariamente nesta ordem: o fortalecimento da categoria, a abertura de um canal corporativo de reivindicações junto à direção da empresa, o reconhecimento da importância da própria unidade jurídica dentro da CAIXA, a luta pelo respeito às prerrogativas dos advogados.”

O advogado Jorge Paulo Schlemm Neto, recentemente aposentado no Jurídico do Rio de Janeiro, nota que os advogados da CAIXA lideravam o primeiro movimento consistente nas empresas para assegurar o rece-



■ Estudantes em protesto contra a corrupção no governo Collor, em 1992

bimento dos honorários, “fato que desaguou na criação da Associação, com um objetivo mais amplo”. O advogado percebia, então, que era preciso unir a categoria para defesa de direitos e organizar uma contribuição institucional para a CAIXA.

Cláudio Castim reconstitui aqueles tempos:

“Era o final de 1991, início de 1992, auge do rei do pop Michael Jackson, que lançava o álbum Black or White, e do América de Natal, clube que se sagrava bicampeão do Estado do Rio Grande do Norte (1991/1992) e continuava a se destacar como um dos melhores clubes da série B do Campeonato Brasileiro, quando a Caixa Econômica Federal, buscando atender reivindicações isoladas de alguns de seus advogados, bem como reconhecendo a necessidade de qualificar melhor o seu quadro jurídico, resolveu promover, em dezembro de 1991, na cidade de São Paulo, um curso de atualização em Direito Civil, Comercial, Processo Civil e Direito do Trabalho, em conjunto com o IOB.”

“Esse curso, por reunir um número expressivo de advogados, possibilitou o intercâmbio necessário à discussão que levaria à criação da nossa entidade.”

“Naquela oportunidade integramos a turma que se reuniu em São Paulo no período de 2 a 6 de dezembro de 1991, para participar daquele primeiro grande

Havia dois outros movimentos para criar uma associação de advogados da CAIXA. Um liderado pelos advogados de Brasília, outro que parecia ser "uma associação pelega".

momento de aperfeiçoamento jurídico promovido pela CAIXA. Lembro ainda que, precisamente após um dia produtivo de aulas com mestre Antônio Carlos Marcato e durante um papo descontraído com parte daqueles colegas advogados, dentre os quais estavam presentes Renato Dias, Bernardo Yarzon, Paulo Eduardo Cabral e mais alguns outros que me fogem à lembrança, foi que surgiu a ideia da criação de uma associação que lutasse pelos nossos interesses.”

“Assim, a partir dali, algumas responsabilidades foram compartilhadas com colegas de outros estados e o resultado foi o encontro de Brasília. Reputo a Renato Dias a responsabilidade de fomentar aquele processo inicial de organização.”

O mérito pela articulação que criou a ADVOCEF é atribuído com unanimidade a Renato Soares Dias. Admitido na CAIXA em 1981, em Curitiba, no cargo de Auxiliar de Escritório, ele iniciou o estágio supervisionado de Advogado em 1985, em Cuiabá. Em 1986 foi enquadrado no cargo de Profissional com Atribuição de Advogado. Participou das três primeiras diretorias da Associação, como Diretor Regional Sul. Em 1998, se afastou da CAIXA para tratamento de saúde e, em 1999, se aposentou.

Em matéria publicada na ADVOCEF em Revista de novembro de 2011, Renato Dias confirmou a versão de que tudo começou em um curso em São Paulo. “À noite, numa das belas cantinas italianas da capital paulista, foram iniciadas as tratativas que culminaram com a criação da ADVOCEF”, disse. Lembrou da participação do amigo e colega Bernardo Yarzon, “com quem tive a honra e o prazer de trabalhar em Campo Grande”.

Depoimento de Bernardo Yarzon, recentemente aposentado no Jurídico de Campo Grande:

“Naquela noite, após jantarmos, andando pela Avenida Paulista em direção ao nosso hotel, fomos trocando ideias, traçando planos, estratégias, e também estudando os cuidados que deveríamos ter para a criação da nossa Associação.”

Renato Soares disse o que aconteceu depois:

“Ao retornarmos para os nossos estados, passamos a trocar correspondências e telefonemas, buscando sempre os pontos de convergência. Foram várias semanas de intensas conversações e muito trabalho de compilação de dados, sugestões, críticas, objetivos, providências, etc.”

O advogado Ivan Sérgio Vaz Porto, de Goiânia, estava no curso:

“Voltamos para nossos estados e o Renato, sozinho, começou a elaborar o estatuto e remeter-nos correspondências com notícias, solicitando sugestões. E fomos multiplicando os contatos nos Jurídicos e a coisa foi criando corpo... e fundamos a ADVOCEF.”

Bernardo Yarzon conta que souberam na época de dois outros movimentos para criar uma associação de advogados da CAIXA. Um liderado pelos advogados de Brasília, José Gomes Matos Filho à frente, e outro pelo superintendente da CAIXA em Bauru/SP. Este lhes pareceu que seria “uma associação pelega”, planejada para dividir o movimento. Propuseram aos colegas de Brasília juntar forças e criar uma associação só, forte e representativa.

Renato Soares:

“Partimos, então, para a elaboração da primeira minuta de estatuto social. O ponto de partida foi o estatuto que o Dr. Antônio Dilson Pereira (chefe do Jurídico do Paraná) havia redigido para outra entidade, no qual eu fiz as adequações devidas e encaminhei uma via para cada uma das unidades jurídicas do país.”

Com as críticas e sugestões que chegaram, aprimorou o texto, praticamente o mesmo que depois foi aprovado na assembleia de criação da ADVOCEF.

“Registre-se que a colaboração e o empenho de vários colegas de Brasília foram fundamentais para o sucesso da empreitada, pois foram eles que adotaram todas as providências relativas à realização da assembleia, tais como reservas dos quartos do hotel e do salão de eventos, materiais de expediente, aquisições das passagens aéreas, marcações dos voos, registro do estatuto, etc. Cada Jurídico elegera, proporcionalmente, os seus representantes e todos os advogados ratearam as despesas. O espírito de união e fraternidade reinou sempre!”

Um projeto dessa envergadura, obviamente, tem problemas a superar.

“A maior dificuldade enfrentada foi o descrédito de alguns advogados mais antigos que não viam com bons olhos a iniciativa da criação da nossa Associação. Alguns colegas diziam que isso não seria possível, que nunca iríamos conseguir criá-la, pois naquele momento político que o país atravessava era impensável até mesmo discutir o pagamento de horas extras e, muito menos ainda, dos honorários advocatícios de sucumbência; que a nossa iniciativa não iria agradar a alta administração da CAIXA, que ela, em hipótese alguma, iria aceitar dialogar com a Associação; que, se nós insistíssemos com as tratativas, certamente viriam represálias, transferências, punições e demissões.”

Mas era preciso seguir em frente.

“Com a cortesia e a prévia anuência do advogado-chefe do nosso Jurídico do Paraná, Dr. Dilson, na primeira reunião de advogados que consegui marcar para a discussão do assunto, fui taxado de louco, de visionário, de ingênuo, etc. Teve colega que chegou a propor-me uma aposta de que nós não conseguiríamos criar a Associação!”

Revendo hoje as razões para a fundação da ADVOCEF, Renato resume assim: muito trabalho, poucos advogados, baixos

salários, desvalorização na empresa. Acrescenta:

“As críticas injustificadas de grande parte dos colegas da carreira administrativa, as constantes cobranças do alto escalão da empresa, que achava que o Jurídico tinha a obrigação de resolver todos os seus problemas, independentemente da absoluta falta de estrutura proporcionada.”

Renato fala sobre a fundação, afinal, em 15 de agosto de 1992:

“Ocorreu em Brasília, exatamente naquele final de semana em que o então presidente Collor ‘convocou’ os brasileiros para saírem às ruas vestindo as cores verde e amarela, em apoio ao seu governo. Como se sabe, a população não prestigiou aquela iniciativa. No intervalo das nossas discussões para a criação da ADVOCEF, saímos à rua, quase todos vestidos de preto, e aumentamos o coro de “Fora, Collor!” e “Abaixo a corrupção!”. Tem uma foto do Dr. Pardaul muito engraçada, vestindo uma camiseta com um texto muito apropriado para o evento!”

O advogado Alfredo Ambrósio Neto, de Goiânia, também não esquece a “memorável assembleia geral de agosto de 1992, onde mais de 50 sócios fundadores, inclusive eu, deixaram sua marca indelével de uma organização forte e unida em prol de todos os advogados da CAIXA”.



■ **Membros da primeira diretoria da ADVOCEF, em 1992: Jorge Eudes do Lago (1º secretário), José Gomes (presidente), Asiel Henrique de Souza (2º secretário), Gisela Bizarra Morone (1ª tesoureira) e José Humberto Lordello dos Santos Souza (vice-presidente). Aparece na foto também a secretária Maria Auxiliadora de Almeida (segunda da esq. para a dir.).**



■ O advogado José Gomes Matos Filho, ao receber o título de Sócio Honorário da ADVOCEF, em 7/12/2007, em Brasília

Renato Soares fala agora do início da nova Associação:

“Como já esperávamos, os primeiros anos da ADVOCEF foram de lutas constantes com a alta administração da CAIXA. As suas primeiras diretorias se empenharam muito na busca da concretização dos anseios da classe dos advogados, especialmente quanto ao pagamento das horas extras, do pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, da valorização do profissional empregado, da realização de concurso para o aumento do número de advogados, para a terceirização de parte das atividades jurídicas, etc.”

Renato conta que, numa reunião de superintendentes em São Paulo, os advogados “foram covarde e injustamente atacados” por um assessor da presidência da CAIXA. Uma gravação com a declaração do empregado foi entregue ao presidente José Gomes, que a levou para uma reunião da diretoria. Mais tarde, após o ajuizamento de uma demanda judicial, o empregado foi obrigado a pedir desculpas aos advogados.

Tesoureiro na primeira diretoria da ADVOCEF, o advogado Mario Luiz Machado, da Suten, também fala sobre o clima da época:

“No início, a ADVOCEF e seus dirigentes não eram vistos com bons olhos pela administração da empresa, nem pela direção da área jurídica. Com o tempo, o relacionamento foi melhorando e atualmente a ADVOCEF é respeitada pela CAIXA e pelos seus empregados. Lembro-me que, juntamente com o presidente da OAB/DF [Esdras Dantas], participei de um pequeno grupo, em reunião com o presidente da CAIXA [Álvaro Mendonça], para pedirmos melhoria salarial para os advogados.”

Lembra o ex-presidente da ADVOCEF Altair Rodrigues de Paula, de Londrina/PR, que os salários chegavam a ser inferiores aos dos motoristas e dos caixas executivos. Havia a necessidade, frisa, de se criar uma associação para defender os interesses dos advogados junto à administração da CAIXA e aos órgãos externos, como a OAB.

Quando o advogado Júlio Cezar Hofman assumiu na área jurídica, em outubro de 1992, a situação era exatamente essa.

“Para se ter uma ideia, eu era caixa executivo e estava assumindo o cargo de advogado para ganhar menos.”

Lembra que os colegas da sua agência tentaram lhe convencer a não se transferir.

“Mas a advocacia era realmente o que eu queria e me dispus a assumir, mesmo com uma remuneração inicial menor, decisão da qual em momento algum me arrependi.”

O atual 1º tesoureiro da ADVOCEF, Estanislau Luciano de Oliveira, conta que dos oito aprovados no concurso de 1992 para o Jurídico de Uberlândia, apenas sete tomaram posse.

“Teve um colega que desistiu para ocupar a função de Supervisor que lhe ofereceram na agência. A advocacia na CAIXA não era uma carreira almejada.”

Em 1992, fazia três anos que a advogada Gisela Morone exercia a profissão na CAIXA.

“Já sentia um certo desestímulo, pois o achatamento salarial era o pior da história da área e o incremento de trabalho era descomunal. Muitos colegas saíam em PDV. Para mim era um momento de definição profissional, se investiria na CAIXA ou em sair dela.”

A maior preocupação do advogado Mario Luiz Machado era o fortalecimento da carreira de Advogado, recente na empresa. Aprovado no concurso de 1988, tomou posse no Jurídico de Brasília no cargo de Escriturário Superior com Atribuição de Advogado.

“Aprendi que a união das pessoas facilita suas conquistas, pois participei ativamente do movimento dos empregados da CAIXA pela sindicalização e pelo direito às seis horas de jornada.”

O ex-presidente da ADVOCEF Darli Barbosa lembra que os advogados não tinham um canal único de diálogo com a administração e a forma pulverizada os enfraquecia.

“Aqui no Paraná, o Dr. Antônio Dilson Pereira, por exemplo, reivindicava de forma solitária a percepção dos honorários advocatícios, e isso antes mesmo da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994.”

20 Documento

Os fundadores

Assinaram a ata de constituição da ADVOCEF em Brasília, em 15 de agosto de 1992 (um sábado), 24 advogados representantes de colegas lotados nas unidades jurídicas de todo o país. São eles:

Alexandre Duarte Lacerda (DF)
 Alfredo Ambrósio Neto (GO)
 Asiel Henrique de Souza (DF)
 Aurival Jorge Parduil Silva (RJ)
 Bernardo José Bettini Yarzon (MS)
 Ceres de Jesus Silva Araújo (MA)
 Cícero Corbal Guerra Neto (SE)
 Cláudio Vinícius Santa Rosa Castim (RN)
 Davi Duarte (RS)
 Fernando José Abritta (DF)
 Gisela Ladeira Bizarra (DF)
 Jorge Eudes do Lago (DF)
 José Gomes de Matos Filho (DF)
 José Humberto Lordello dos S. Souza (DF)
 Lídia Gomes Magalhães (AM)
 Maria das Graças Nunes Lobato (DF)
 Maria Luiza de Castro Rachid (MG)
 Oscar Acco (SC)
 Paulo da Mota Machado Junior (DF)
 Paulo Eduardo Cabral Furtado (PA e AP)



■ Advogados em Brasília, em 1992: constituíram a ADVOCEF e foram assistir à passeata contra Collor

Renato Soares Dias (PR, AL e MT)
 Ricardo Siqueira (PE)
 Sineide Andrade Corrêa Lima (PB)
 Wagner de Freitas Ramos (ES)

Logo após o encerramento do curso em São Paulo, mentes abnegadas por esse Brasil afora começaram a tramar para criar uma associação de advogados da CAIXA.

Altair Rodrigues de Paula lembra uma história contada à ADVOCEF em Revista pelo colega Francisco Spisla, ocorrida durante o já mencionado curso realizado em São Paulo. O valor cobrado por dois conhaques bebidos no hotel foi superior ao total das diárias recebidas para a viagem. Depois do choque veio o desabafo, conforme relata Spisla na crônica “Dom Quixote Dias”, publicada na revista de novembro de 2011:

“Aquela reunião para o curso serviu como uma catarse, como uma seção de psicanálise em que os fantasmas foram despertados, os traumas foram trazidos à tona.

E o subconsciente despejou as carências reprimidas de forma que até acabamos por despertar no professor Amador Paes de Almeida questionamentos da nossa profissão e do que representava seu exercício na CAIXA (...). Depois de ouvir poucas e boas, ou melhor, muitas e más, não havia outra conclusão possível com que nos espicacou: ‘Mas, gente! Por que vocês não criam uma associação? É o melhor caminho para congregar! Acho que só assim vocês podem exigir e cobrar da CAIXA soluções para a valorização.’”

“(...) O fato é que aquela chacoalhada, podemos assim dizer, fez com que imediata-

mente ao encerramento do curso, já nos locais de trabalho por esse Brasil afora, algumas mentes abnegadas comessem a tramar para o bem de todos e a felicidade geral da nação jurídica da CAIXA. E posso afirmar, sem medo de errar, que tivemos no nosso grande amigo Renato Soares Dias, infelizmente há longo tempo afastado de nossa convivência diária, o jogador que deu o pontapé inicial naquele jogo. Foi um incansável batalhador para que a semente plantada naquele emblemático encontro em São Paulo germinasse, nascesse e crescesse com força e vitalidade para enfrentar e aguentar os predadores de fora e os céticos de dentro.”

Renato mantém nítidos os momentos vividos em Brasília:

“Todos os presentes tiveram participação ativa no evento. A maioria deles não se conhecia pessoalmente, mas, em minutos, estava formada uma assembleia com unidade de propósitos e muito integrada. O fato pitoresco foi externo à fundação da ADVOCEF: a marcha de preto, contra as fanfarronices do Collor.”

Alfredo Neto também lembra que no dia histórico de 15 de agosto de 1992, depois de aprovar o estatuto de fundação da ADVOCEF, os advogados participaram do movimento que visava o afastamento de Fernando Collor da presidência da República. Postaram-se todos de pé, à margem da Avenida W-3, próximo ao hotel onde se realizou a assembleia.

O que Davi Duarte recorda:

“O clima de união, de integração e a vontade de redigir o texto do estatuto da melhor forma possível. Nossas discussões foram intensas, pela riqueza das ideias postas e pelo debate, para que o estatuto se tornasse uma norma elaborada refletindo o interesse da categoria.”

O período era propício a mudanças. O advogado Mario Luiz Machado avalia que, com o fim da ditadura militar, o cidadão brasileiro via que era necessário lutar por seus objetivos através de sindicatos e associações.

“Em Brasília, nos reuníamos no Jurídico depois do expediente para tratar da fundação da nossa Associação. Lembro-me que um colega trouxe para nossa reunião o estatuto do Instituto dos Advogados do Estado de São Paulo para servir de base para o nosso. O processo foi evoluindo e o contato com colegas de outros Jurídicos foi decisivo para a concretização de nossos sonhos.”

No mesmo ano de fundação da ADVOCEF, o hoje diretor jurídico Jailton Zanon ingressava na advocacia da CAIXA, no Rio de Janeiro.

“Tinha pouquíssima experiência e a grande expectativa era ter capacidade de responder ao desafio de advogar para uma empresa pública tão importante.”

Na mesma época, também Alberto Cavalcante Braga chegava ao Jurídico.

“Tinha certeza da importância daquele momento profissional como advogado, pois definiria meu futuro na CAIXA, o que de fato aconteceu. Tanto é assim que até hoje sou advogado da CAIXA e me orgulho muito dessa decisão.”

Nesse ano, Júlio Greve estava lotado na área administrativa, na função de Chefe de Divisão de Licitações e Contratações da Matriz.

“Lembro que fui procurado pelo Zé Gomes, que viria a ser o primeiro presidente da nossa Associação. Procurava ele o meu apoio para a constituição da ADVOCEF, especialmente quanto a questões administrativas e burocráticas que estava enfrentando.”

“De pronto, embora afastado havia cinco anos da unidade jurídica, sabendo que mais cedo ou mais tarde para lá retornaria, apoiei, dentro das minhas possibilidades. Sei que o Zé Gomes se cercou de grandes colegas do Brasil inteiro para a criação da nossa Associação.”

Depoimento da advogada Maria dos Prazeres de Oliveira, de Recife:

“Quando a ADVOCEF foi criada, eu tinha oito anos de CAIXA e quase quatro anos no Jurídico. A contragosto, porque a CAIXA já havia se entranhado em minha vida, estava me aventurando em concursos jurídicos novamente, porque a ilusão da estabilidade havia sido ameaçada quando Collor assumiu o governo.”

“Eu era uma jovem advogada, inexperiente e muito assustada com a perseguição do novo presidente aos funcionários públicos. Passado o medo, desisti dos concursos, porque eu me sentia realizada na CAIXA, mas ficou o aprendizado de que nada é eterno e a certeza de que eu



■ O advogado Renato Soares Dias agradece a concessão do título de Sócio Honorário em evento da ADVOCEF na XXI Conferência Nacional da OAB, realizado em Curitiba, em 21/11/2011

sempre deveria estar preparada para recomençar.”

“Infelizmente eu não participei da fundação da ADVOCEF, mas vi a semente sendo plantada, testemunhei o esforço e o movimento inicial e creio que o que motivou a sua criação foi a brilhante visão de futuro dos nossos colegas fundadores, que visualizaram a necessidade de a categoria se unir para se proteger, crescer e construir uma história de lutas e glórias. Creio que tudo isso foi motivado também pelo clima de instabilidade gerado pelo governo Collor.”

Gisela Morone analisa, hoje, aqueles anos em que foi tesoureira e vice-presidente da ADVOCEF:

“Essa fase da Associação foi um período um tanto ‘épico’, em que integrar os quadros diretivos da ADVOCEF até soava como ato de rebeldia! Tudo estava por ser organizado, construído. Foram muitas lutas, o antagonismo entre a Associação e os dirigentes da CAIXA era muito grande, o que respingava nos mais próximos à direção da Associação. Muitos conseguiram superar isso, no que me incluo. Mas acho que alguns colegas guardaram mágoas, pela incompreensão de nossa luta.”

“Mas o empenho de todos os que estavam lá fez da Associação algo maior.



■ Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, com advogados da CAIXA na abertura da XXI Conferência Nacional dos Advogados, em novembro de 2011

Podemos dividi-la em duas fases: até o décimo ano foi de construção, consolidação. A partir de 2002, crescimento e profissionalização.”

Antônio Xavier de Moraes Primo, de Recife, membro suplente do Conselho Deliberativo da ADVOCEF:

“Temos muito a agradecer aos colegas pioneiros que semearam as bases da ADVOCEF, enfrentaram os percalços naturais da gestação e nos outorgaram a satisfação e imensa responsabilidade de fazer cada vez mais forte nossa instituição.”

Antônio Dilson Pereira, advogado aposentado da CAIXA, com escritório em Curitiba, diz que se sente orgulhoso de ter participado da criação da ADVOCEF desde o início.

“Se não como participante do encontro que culminou com sua criação, pelo menos apoiando e estimulando o grupo de advogados do Jurídico do Paraná, que se propôs a levar a ideia de criação da entidade à frente, aos quais deixo meus sinceros cumprimentos.”

O que se passava nas mentes e corações, segundo Gisela Morone:

“Um grande sentimento de esperança, de ainda reunirmos forças para ressuscitar nossa carreira, a defesa da própria CAIXA, que se encontravam extremamente combatidas, tanto a carreira jurídica na CAIXA em rota de extinção, como a empresa, que passava pela crise do governo Collor. Esse momento era um misto de desânimo com esperança. Valeu investir na ideia!”

Na sua crônica, concluía Francisco Spisla:

“(…) Se naqueles primeiros instantes alguns de nós víssemos apenas visionários, uns Dons Quixotes, hoje, bem acomodados nos bons resultados profissionais que a nossa ADVOCEF conquistou, temos a certeza que o início só poderia ter acontecido com homens e mulheres de visão que souberam entender o significado de ‘criar uma associação’. Tomar uma dose de Le Courvoisier hoje é um prazer e não um arrependimento.”

Em 21/11/2011, a ADVOCEF concedeu a Renato Soares Dias o título de Sócio Honorário, em evento realizado na XXI Conferência Nacional dos Advogados, em Curitiba. A mesma homenagem já havia sido prestada a José Gomes de Matos Filho, em encontro ocorrido em Brasília, em 7/12/2007.

Por que sou associado

2



Em 1993, a pressão vinda da Matriz era forte para que os "novos" não se associassem à ADVOCEF. O discurso da gerência era que se deveria evitar o "corporativismo".

Vivendo os conturbados anos 1990 (e anteriores) na CAIXA, os primeiros associados sabiam bem por que precisavam de uma associação. Como o advogado Manoel Diniz Paz Neto, de Curitiba, que se filiou logo após a entidade ser constituída:

“Nunca tive dúvidas de que a ADVOCEF seria um importante órgão de defesa dos nossos direitos e seria útil para conquistarmos novos espaços.”

Os associados que vieram depois (principalmente a partir do concurso de 2001), se não sabiam por que deviam aderir à causa, logo ficavam sabendo. Como o advogado Dioclécio Cavalcante de Melo Neto, que seguiu a indicação dos colegas de Maceió, segundo a qual “a Associação defendia nossos interesses”.

Seja como for, para antigos e novos foi e é sempre importante a influência dos colegas, que avalizam a Associação com a própria experiência e militância. Foi o caso do advogado Rogério Rubim de Magalhães, que assumiu no Jurídico de Belo Horizonte em outubro de 1992 e no primeiro dia, “ainda extasiado com a promoção”, recebeu da advogada Maria Luisa de Castro Rachid a ficha de inscrição. A colega explicou os objetivos da ADVOCEF e salientou “a imprescindibilidade” de sua filiação.

“Essa disposição da colega Maria Luíza em transformar cada advogado da CAIXA em um filiado da Associação foi um exemplo para mim, que até hoje procuro seguir”, diz Rogério.

Quando José Irajá de Almeida entrou no Jurídico, em 1993, a pressão vinda da Matriz era forte para que os “novos” não se associassem à ADVOCEF. Irajá conta que o discurso da gerência era que se deveria evitar o “corporativismo”, palavra cujo significado ele nem entendia direito.

“Passados 20 anos, vejo como foi importante a iniciativa daqueles colegas, corajosos e engajados.”

Recém-admitida no Jurídico de Campinas/SP, em 1992, a advogada Flávia Karrer (hoje aposentada) foi transferida para Natal.

“Lá, tive a felicidade de conviver com pessoas maravilhosas, entre elas o colega Dr. Cláudio Santa Rosa Castim, que fazia parte do grupo fundador da ADVOCEF e com seus olhos de bondade me colocou em contato com o projeto e as propostas da Associação.”

Flávia se encantou imediatamente e, durante 20 anos, só não participou das atividades da ADVOCEF quando a saúde impediu.

“Foram poucos os projetos que não vi nascer, crescer e serem implantados.”

Logo na primeira semana de sua admissão na CAIXA, em 2006, lotada em Campinas/SP, Daniele Macedo foi procurada pelo representante da ADVOCEF, Ricardo Valentim Nassa.

“Desde então, eu compreendi que ser associada e participar da ADVOCEF é algo imprescindível, inerente à condição de advogado da Caixa Econômica Federal.”

Recém-admitida, em 2005, ainda sem conhecer direito a organização da categoria, Lenymara Carvalho achou interessante a existência de uma associação exclusiva de advogados. Depois de ir a alguns congressos, resolveu colaborar com sua administração. Acredita que é importante conhecer o trabalho associativo, inclusive para poder criticar.

“É muito fácil fazer um prejulgamento sem conhecer o que realmente é feito e o quão custoso é trabalhar em prol de todos os associados.”

Lotada em Presidente Prudente/SP, em 2005, a advogada Lya Rachel Basseto Vieira trabalhou com Henrique Chagas, que lhe convenceu a se associar e participar dos congressos, “para conhecer de

perto os trabalhos e ter contato com os colegas das diversas regiões do país”. Hoje em Campinas/SP, Lya é a 2ª secretária da ADVOCEF.

Oriundo do Banco do Brasil, onde trabalhou durante 20 anos, Adonias Melo de Cordeiro ingressou na CAIXA em 2001. Desde o início, em Fortaleza, fez questão de se filiar à ADVOCEF, pois tinha notícia de que era uma associação forte e que tendia a crescer, se houvesse uma adesão maciça dos novos advogados contratados pela CAIXA.

Luciano Caixeta Amâncio, de Brasília, conta sua história, iniciada em 2005:

“Sempre fui filiado à ADVOCEF, desde o meu primeiro dia de trabalho, mas o que me levou a integrar verdadeiramente a vida associativa foi uma assembleia extraordinária, convocada poucos dias após o congresso de Belém [em 2006], em que se pretendia rever uma decisão soberana da assembleia quanto à distribuição de honorários. Depois de muitos e-mails e discussões, eu prometi que nunca mais permitiria que qualquer direção da Associação tomasse uma decisão de tamanha importância sem que eu participasse. Hoje integro o Conselho Deliberativo como forma de manter a minha (auto) promessa.”

Em 2002, quando o advogado Fabiano Jantalia (hoje no Banco Central) ingressou na CAIXA, a Associação já acumulava expressivo histórico de conquistas.

“Pude sentir que se tratava de uma entidade forte e vi, em torno da ADVOCEF, uma aura de união que, ainda hoje, é muito rara em entidades associativas.”

Quando entrou na CAIXA em 2005, no Jurídico de Manaus, Roberta Mariana Corrêa (hoje no Rio de Janeiro) estava tão empolgada para começar a trabalhar que nem questionou, preencheu a ficha e se associou.

“Eu só vim ter noção da real importância da ADVOCEF anos depois, na greve dos profissionais da CAIXA.”



■ Encerramento do congresso de Gramado, em 2010

O advogado Angelo Ricardo Alves da Rocha, de Vitória, se associou (em 1995) porque sempre acreditou que somente unidos os advogados teriam voz na empresa.

O motivo especial, para o advogado Antônio Dilson Pereira, hoje aposentado, foi “a dificuldade dos advogados da CAIXA, um pequeno grupo de profissionais inserido num universo de mais de 60 mil pessoas, que não conseguiam encaminhar suas reivindicações por intermédio das entidades representativas dos empregados da empresa”.

Razões semelhantes às do advogado Rogério Spanhe da Silva, de Porto Alegre, que sentia a falta de interlocução entre a CAIXA e seus advogados.

“Um ente que depurasse e congregasse os anseios desses profissionais, não apenas no que tange à remuneração e condições de trabalho, mas também como agente colaborador dos desígnios desta empresa pública tão importante para a sociedade brasileira.”

Alberto Cavalcante Braga, vice que se tornou presidente da ADVOCEF em 1995:

“Lembro-me como se fosse ontem das palavras do nosso grande líder, Dr. José Gomes, incentivando nossa filiação diante da necessidade de demonstrar a importância do empregado advogado para a CAIXA. Era politicamente um momento muito difícil para o país, e a atuação dos



■ Encontro nacional dos advogados realizado em Brasília, em novembro de 2009

advogados empregados era fundamental para a defesa da empresa pública, com o objetivo de impedir a utilização inadequada da instituição financeira.”

Prazeres Oliveira lembra do dia em que os colegas Alberto Braga e Gisela Ladeira compareceram ao Jurídico de Recife levando a ideia do que seria a Associação.

“Eles espalhavam a semente do que hoje é essa grande e forte árvore que já nos deu tão bons frutos.”

Associada desde o princípio, Prazeres já participou do Conselho Fiscal, foi representante e diretora regional Nordeste.

“Já fiz a minha parte, registrei minha presença e poderia continuar participando, mas o tempo agora é outro e de outros.”

Segundo o advogado André Falcão de Melo, o que o levou a se filiar à ADVOCEF é o que naturalmente leva uma categoria a buscar juntar seus quadros: a defesa de seus interesses.

A filiação de Jayme de Azevedo Lima, hoje aposentado, também ocorreu naturalmente, pois se considera um profissional que trabalha em grupo.

“Faço parte de uma categoria e a instituição ADVOCEF é nossa representante. Portanto, quanto mais associados houver, mais forte a instituição ficará.”

Desde o início, Antônio Xavier participou de alguma forma da ADVOCEF, seja como associado discutindo os assuntos

de interesse comum, seja como integrante da Comissão de Honorários, ou através do Fórum, participando dos congressos, reuniões temáticas, eleições de representantes e de diretoria, Conselho Deliberativo.

“Tenho plena consciência da importância da ADVOCEF para a defesa de nossos interesses, conquista de melhores condições de trabalho, correção de distorções, construção e consolidação de uma carreira compatível

com o tamanho e importância da nossa Associação.”

Xavier informa que em seu Jurídico, de Recife, há 100% de associados e atribui o fato à consciência de grupo.

“É até difícil, para mim, entender as razões de que haja em algum lugar algum advogado que não seja associado à ADVOCEF.”

É membro suplente do Conselho Deliberativo da ADVOCEF.

O advogado Manoel Messias de Souza, de São Paulo, diz que o motivo especial que o levou à ADVOCEF foi “a possibilidade de maior integração ao corpo jurídico e acesso à informação na área restrita aos associados, no site oficial da entidade”.

O que é uma associação, afinal? No congresso de Maragogi/AL, em 2007, o advogado Davi Duarte tentou dar essa resposta, em discurso de improviso em homenagem aos 15 anos da ADVOCEF:

“Associação é, sobretudo, a união de pessoas livres, com o propósito de realizar projetos de interesse dos associados. E nessa realização precisa estar presente a humildade, o amor e a temperança. Enfim, Associação é a união de pessoas, mas é, principalmente, a força que faz transcender interesses individuais para realizar objetivos gerais.”

“Associação é conviver com outras entidades, com federações, com sindicatos, com outras associações. Nestes tempos

modernos, é *associação.com*. Pois ninguém mais vive isoladamente. A aldeia global está posta."

"Associação é, também, a união de forças para superar diferenças, divergências e, ainda assim, prosseguir, fazendo histó-

ria, escrevendo páginas de uma categoria que tem por missão defender o patrimônio público, mas, antes disso, a defesa da lei justa, ou, se injusta, a defesa de sua legal alteração, porquanto na luta pelos ideais de justiça o seu mister maior."

20 Documento

A evolução da ADVOCEF

A primeira impressão sobre a ADVOCEF foi passada ao advogado Alexandre Baseggio pelos colegas da sua unidade [Campo Grande], ainda antes do período de integração. "Falaram que era ótima Associação e que eu devia me associar o quanto antes." A impressão se confirmou. "Passamos por várias gestões da ADVOCEF, algumas mais turbulentas, outras menos, mas no final, estamos sempre unidos, porque é assim que progredimos."

No início, o advogado Grey Bellys Dias de Lira [Goiânia] percebia a ADVOCEF como uma entidade distante, mera repassadora de honorários (irrisórios, na época), com interesses voltados para os colegas mais antigos. "E por outro lado, nós, a maioria dos recém-chegados, estávamos com os olhos voltados para as oportunidades que existiam fora da empresa. Não éramos ouvidos, não impúnhamos nossa voz ou talvez não quiséssemos fazê-lo."

No entanto, em pouco tempo os novos se tornaram muitos e as vozes se multiplicaram, diz Grey. "As cicatrizes das batalhas passadas se uniram à necessidade de novas lutas. E nesse momento percebi nossa Associação ganhar corpo, crescer, as-

sumir o papel que efetivamente é seu. Daí surgiram grandes conquistas."

Do embate para o debate

A relação de Fernando Abs com a ADVOCEF começou cedo, quando o presidente era Luis Fernando Miguel, de Porto Alegre. Abs trabalhava por perto dos colegas Davi Duarte, Roberto Maia e Amanda Cardoso, envolvidos com a Associação, e assim a criação de vínculos foi natural. Em agosto de 2001 já estava indo ao sétimo congresso, em Brasília.

"A evolução da entidade, nesse período, foi impressionante", diz Fernando Abs, lembrando o aumento dos rateios de honorários. "Além disso, a entidade tem se profissionalizado cada vez mais. Seu patrimônio apresenta constante crescimento e o nome ADVOCEF, hoje, tem uma penetração institucional incrivelmente grande. Muita



■ Encerramento do XVII Congresso da ADVOCEF, em Poconé/MT, em junho de 2011

gente importante sabe quem é, o que faz, e respeita a ADVOCEF."

Participante de seis congressos, Luciano Nogueira [Belo Horizonte] vê que a ADVOCEF evolui com a carreira. "Tivemos momentos em que houve uma exasperação da categoria, uma postura de procurar mais o embate. Creio que evoluímos para o debate, o que somente fez crescer o respeito da ADVOCEF interna e externamente."

Trecho de reportagem publicada na ADVOCEF em Revista de julho de 2011, que registra os 10 anos do primeiro concurso externo da CAIXA, em 2001.

Principais realizações

3



■ Participantes da reunião histórica de 27/07/2012, quando foi assinado acordo com a CAIXA corrigindo distorções das carreiras profissionais. Em pé, da esq. para a dir.: Marcelo Salis, Carlos Castro, Marcelo Dutra, Rumiko Tanaka, Valdecir Reis, Inêz Campos e Salomão Azulay. Sentados: Lourenço do Prado, João Manoel Simões, Ana Telma do Monte, Wesley Santos, Sebastião Andrade e Frederico Rennó

Acordos históricos

Em 27 de julho de 2012, advogados, arquitetos e engenheiros assinaram com a CAIXA acordo histórico que põe fim às distorções salariais antigas das carreiras profissionais. A negociação entre a empresa e a Contec, assistida pela ADVOCEF e ANEAC, foi festejada pela categoria antes mesmo da imprescindível anuência - por se tratar de empresa pública - de duas outras instâncias. A primeira, representada pelo Conselho Diretor da empresa, acabou concedendo seu voto favorável em 28 de agosto. Desde então, os profissionais esperam pela última e decisiva palavra, que deve vir do Ministério da Fazenda.

Na negociação, os profissionais da CAIXA tiveram atendidas as reivindicações relativas à incorporação do ATS (Adicional por Tempo de Serviço) e VPATS (Vantagem Pessoal do Adicional por Tempo de Serviço) ao Salário Padrão. De acordo com o

presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, e o diretor de Negociação, Marcelo Dutra Victor, o resultado obtido "soluciona o sério problema do achatamento do teto salarial com sua adequação à média praticada pelo mercado".

Ao completar 20 anos de existência, numa trajetória de muitas conquistas, a ADVOCEF está muito perto de computar essa outra, que promove a sonhada unificação entre novos e antigos, reduzindo consideravelmente as diferenças atuais. Registre-se já, portanto, a notícia alvissareira, embora ainda não inteiramente confirmada, que fecha com chave de ouro o percurso vitorioso.

A ADVOCEF chega à assinatura do acordo de julho de 2012 exibindo uma extensa folha de serviços prestados. Uma enquête apontou como grandes realizações os acordos coletivos de 1996 e de 2001, expoentes no rol de façanhas atingidas na defesa e valorização profissional dos associados. Os tratados garantiram vitórias essenciais contra a terceirização radical e asseguraram a percepção legal e justa dos honorários sucumbenciais.

Entre os acertos, figura naturalmente o espaço conquistado ao lado de outras instituições representativas dos advogados - a OAB em primeiro plano - e trabalhadores em geral. Algumas entidades, como a Contec, Contraf e Fenae, deram seu apoio fundamental nas lutas por melhores condições de trabalho. Outras, como a ANPEPF (Associação Nacional dos Procuradores de Empresas Públicas Federais), são parceiras na busca por valorização da carreira de advogado público.

Mas a história se constrói passo a passo.

O primeiro presidente, José Gomes de Matos Filho, realça que duas realizações de sua gestão (1992/1994) foram determinantes para a consolidação da ADVOCEF.

Uma está representada no ofício encaminhado à CAIXA pelo Conselho Federal da OAB, através do seu Pleno, determinando a imediata revogação de uma medida interna que ordenava aos chefes



Foto: Éder López

■ Mutirão do FGTS na CAIXA, em 2003: mais de um milhão de processos

dos Jurídicos a avaliação dos advogados, atribuindo a estes conceitos do tipo "insuficiente" e "regular". Nesse comunicado, a OAB deixava expresso que só ela podia avaliar os advogados.

"Isso, sem dúvida, trouxe mais oxigênio à nossa luta e encorajou os colegas a acreditar na viabilidade da ADVOCEF", garante José Gomes.

A outra conquista que o primeiro presidente considera essencial foi ter deixado em caixa dinheiro suficiente, ao término do mandato, para a aquisição da primeira sede da ADVOCEF.

Em maio de 1996, a CAIXA firmou com os advogados, representados pela ADVOCEF, um acordo coletivo para adequar os contratos de trabalho às novidades da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

Observa o advogado Angelo Ricardo Alves da Rocha, representante do Jurídico de Vitória, que o acordo abriu as portas para o reconhecimento da jornada diferenciada e percepção de honorários e horas extras que até então não eram pagos.

A advogada Isabel de Fátima Ferreira Gomes, da Dijur, fez parte da primeira comissão que negociou o acordo com a CAIXA:

"Ficamos 45 dias em Brasília, e até pela novidade, era tudo muito difícil. Havia muita resistência da empresa, o diretor responsável definitivamente não nos via com bons olhos, mas o interessante é que tudo isso serviu para nos unir."

Lembra bem disso o advogado Darli Bertazzoni Barbosa, que administrou a entidade nos períodos de 1996 a 1998 e 2000 a 2002 (como vice-presidente) e de 2002 a 2004 (como presidente).

"Entre 1996 e 2001 participei ativamente, com outros colegas (Davi Duarte, Gisela Morone, Gizela Aranha, Isabel de Fátima, João Pedro, Luis Miguel e Margit), de infindáveis negociações que

acabaram na formalização do acordo de honorários que temos hoje de forma normatizada."

Em sua gestão, transferiu a sede da ADVOCEF para Londrina e modernizou a forma de rateio dos honorários.

"Tivemos muito embates contra magistrados que não queriam reconhecer nossos direitos nos projetos de conciliação que principiavam em todo o Brasil, e foi também na minha gestão que firmamos um acordo histórico com a CEF que nos deu honorários em valor até hoje não alcançado."

Os acordos, destaca Alfredo Ambrósio Neto, de Goiânia, resolveram questões essenciais para os advogados. O de 2001 "solucionou em grande parte uma das principais dificuldades, que era a falta de regulamentação interna no âmbito da CAIXA, em relação ao recebimento e controle dos honorários dos seus advogados".

Em um dos episódios mais marcantes, a ADVOCEF ajudou a impedir a terceirização radical em atividades da empresa hoje consideradas essenciais, como a área jurídica.

O projeto de terceirização

Quando a moda era neoliberal, ainda nos anos 1990, a iminente privatização da CAIXA compôs um dos episódios mais marcantes da história da ADVOCEF e exigiu a atuação de vários dirigentes e colaboradores. Antes disso, lembra o diretor de Comunicação, Roberto Maia, houve as tentativas de terceirização radical de várias das atividades da empresa, hoje compreendidas como essenciais, como a área jurídica.

"Há fortes razões para entender-se que, não fosse a atuação concatenada da ADVOCEF e muitos de seus associados naquele tempo, talvez a história tivesse sido bem diferente", afirma Roberto Maia.



Foto: Rebecca Ômena, da OAB/DF

■ Audiência em 25/01/2012: advogados da ANPEPF, acompanhados do presidente da OAB, Ophir Cavalcante, ganham apoio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo

O advogado Manoel Diniz Paz Neto, representante do Jurídico de Curitiba, conta que na época da diretora jurídica Dalide Correa (1998-2003) sabia-se da existência de um voto escrito, já pronto para aprovação pelos gestores, que reduzia o quadro de advogados da CAIXA para pouco mais de cem profissionais.

"A ADVOCEF, por seus representantes, atuou firmemente e conseguiu reverter a situação. Se nada fosse feito, teria acontecido uma tragédia, com a demissão de centenas de advogados", afirma Diniz.

Segundo o advogado Davi Duarte, que integrava então a diretoria da ADVOCEF, o projeto era mesmo manter cerca de cem advogados na CAIXA, cuja tarefa seria "algo como controlar a terceirização".

Em entrevista ao Boletim da ADVOCEF de agosto/setembro de 2002, o então presidente Luis Fernando Miguel conta que a CAIXA havia contratado um escritório de advocacia para estudar a reestruturação da área jurídica. O estudo recomendou, ao final, a terceirização maciça das atividades jurídicas.

"Essa perspectiva era ruim para os advogados e péssima para a CAIXA", disse Miguel. Contou que, então, os advogados agiram para reformular o plano de ação.

"Houve uma atuação contundente do Ministério Público Federal que conven-

ceu a administração da CAIXA acerca da nocividade da terceirização exacerbada, tanto para a empresa, quanto para seus administradores. Foi então que, diante do descomunal volume de trabalho e da impossibilidade de ampliação da terceirização, se conquistou a realização de um concurso para contratação de novos advogados."

Luis Miguel considera que é um dos episódios mais marcantes de suas duas gestões, de 1998 a 2002.

Comenta Manoel Diniz:

"Só por ter evitado a extinção do quadro jurídico da CAIXA, que era a intenção dos gestores da empresa naquele momento, a ADVOCEF já justificou a sua existência. Não precisava ter feito mais nada."

Davi conta mais sobre o período, quando a administração da CAIXA procurava cumprir o projeto do governo de terceirizar o trabalho das unidades jurídicas:

"Nessa época acontecia o auge dos julgamentos das ações do FGTS e SFH e começavam as ações sobre as diferenças de índices aplicáveis às cadernetas de poupança. Eram cerca de 1,2 milhão de processos para algo em torno de 380 advogados, em todo o país. Os advogados trabalhavam para demonstrar a sua importância e indispensabilidade à CAIXA e esta agia sem se importar, porque o plano era terceirizar."

"Todavia, com o auxílio do Ministério Público Federal, foi possível reverter esse quadro, tendo a empresa realizado o concurso de 2001, para Advogado Júnior, embora o tenha feito para uma jornada de oito horas."

"Importantíssima vitória da CAIXA ocorreu em 2000, com o RE 226.855-7/RS, de autoria do então advogado no Rio Grande do Sul, Dr. Afonso Stangherlin, o qual, selecionado pelo Dr. Darli Barbosa, que diligenciou no Supremo Tribunal Federal, foi admitido e, sob a relatoria de um dos mais sábios ministros, Moreira Alves, afastou a exigência de índices em milhares de processos do FGTS. Com isso, o FGTS e a

União ficaram livres de uma conta em torno de 25 bilhões de reais."

A tensão dessa etapa está descrita em matéria publicada na ADVOCEF em Revista de julho de 2011, em que o advogado Grey Bellys Dias de Lira descreve a sua admissão na CAIXA, através do primeiro concurso externo, em 2001:

"Era um momento de turbulência na área jurídica, onde ainda vigia o RH008, fato este que, associado à 'pressão' para assinatura do acordo de jornada para oito horas, tornava pouco propícia a boa recepção de empregados novos recebendo salário bastante inferior."

Ações questionavam, naqueles dias, a ascensão de escriturários ao cargo de Advogado após a Constituição de 1988.

"Existia a desconfiança e, para muitos, nós éramos uma ameaça patrocinada pela administração. Lembro-me que até fui convidado a deixar uma reunião de advogados, pois, 'a partir daquele momento iria se tratar de questões que não eram de interesse dos advogados novos'."

Grey conta que os advogados eram chamados de "Sandy e Júnior", em alusão à jovem dupla sertaneja. Os novos ficaram conhecidos também como "genéricos", "pois fazíamos o mesmo efeito e custávamos bem menos".

O acordo entre a CAIXA e a ADVOCEF assinado em novembro de 2001 representou, em última análise, uma vitória do diálogo, conforme registrou a edição de dezembro de 2001/janeiro de 2002 do Boletim da ADVOCEF:

"Pondo fim à ação de cumprimento movida pela entidade, ficaram estabelecidas as premissas a partir das quais serão tratadas de agora em diante as relações entre empregado e empregador."

"Oficialmente, a ADVOCEF é reconhecida como a representante legítima dos advogados da CAIXA, como administradora do fundo comum de honorários, conforme o Regulamento. A decisão acata o re-

conhecimento judicial do Tribunal Regional do Trabalho de Brasília, incluído nos autos da ação de cumprimento."

"Por outro lado, acabou em definitivo a pretendida isenção indiscriminada para pagamento de honorários advocatícios. Pelo contrário, os pagamentos estão garantidos e já têm indicados os seus patamares mínimos de incidência. A decisão vale também para as ações de execução fiscal promovidas pelos advogados da CAIXA."

Em palestra no VIII Congresso, em 2002, a então diretora jurídica da CAIXA, Dalide Barbosa Alves Correa, fez um balanço da gestão, desde 1998, quando havia 452 advogados na área. Ao se realizar o congresso, já eram 554 profissionais. O número de processos havia passado de 400 mil para 1,3 milhão.

O relato de Dalide, no evento:

"Começamos então por propor uma nova estrutura para a Surid. Estamos na metade desse trabalho. Inicialmente tivemos um trabalho da consultoria Azevedo Sette, traumático, como todos se recordam, que propunha a redução do quadro em cerca de 70, 80% dos profissionais. A proposição também de que ficaríamos em 126 advogados e uma terceirização total do Contencioso."

"Esse trabalho não me preocupou, porque a parte que achei interessante foi a parte que detectou os problemas: falta de controle, falta de sistematização. Com relação à proposta, ela era totalmente impensável para uma empresa pública. Mas qual não foi a nossa surpresa quando a Superintendência de Desenvolvimento e Estratégias Empresariais (Suade) ratificou na íntegra esse trabalho."

"Tivemos várias conversas, mas não nos restou alternativa senão levar ao presidente da CAIXA, Dr. Emílio Carazzai, a posição da

Os acordos foram uma vitória do diálogo e resolveram questões essenciais dos advogados, como a regulamentação interna dos honorários sucumbenciais.

área jurídica, por meio da CI 161, de 2000, onde dissemos o seguinte: que havia uma ausência de visão integrada da realidade CAIXA tanto no trabalho da Azevedo Sette, quanto no trabalho da Suade. Que os trabalhos apresentados desconsideravam a visão estratégica da CAIXA, ou seja, a diretoria estava trabalhando numa direção e os trabalhos apresentados estavam totalmente desfocados."

"E mais. Na condição de advogados de empresa pública, a área jurídica atuava muitas vezes defendendo interesses da União, do FGTS, e, portanto, ficava registrado que o nosso entendimento, como gestores da área jurídica, era no sentido contrário do apresentado pela Azevedo Sette, enquanto concordássemos com as premissas de terceirização."

A conquista dos honorários

José Irajá de Almeida, representante da unidade de Maringá/PR, diz que a aplicação da Lei 8.906/94 na CAIXA foi a maior conquista da Associação.

"Sem isso, a ADVOCEF não seria o que é hoje."

É o que sublinha também a 2ª secretária da ADVOCEF, Lya Rachel Basseto Vieira:

"A defesa e organização na distribuição dos honorários advocatícios (garantia integrada ao nosso contrato de trabalho), sem dúvida, foi um grande feito, fruto da atuação junto às áreas diretivas da CAIXA."

Para Flávia Karrer, advogada aposentada da CAIXA em São José dos Campos/SP, o rol de serviços prestados pela ADVOCEF é imenso, mas o recebimento dos honorários advocatícios, de forma legal, efetiva e integrada ao contrato de trabalho, é a grande vitória.

"A ADVOCEF conseguiu essa conquista via Poder Judiciário e fez muita diferença na vida de seus associados. Há muitas empresas públicas federais, com personalidade jurídica semelhante à da CAIXA,

sendo que seus advogados não conseguiram, até hoje, tal feito."

O episódio mais marcante para Flávia foi quando um diretor elaborou um parecer afirmando que a CEF não pagaria nenhum valor a seus advogados a título de honorários de sucumbência, pois a proposta seria absurda.

"A ideia influenciou o grupo gerencial de tal forma que por muitos anos trabalhamos para poder reverter tal pensamento equivocado, mesmo depois de já estarmos com o recebimento determinado pela Justiça."

A advogada Prazeres Oliveira não esquece que foi o primeiro acordo referente aos honorários e horas extras que possibilitou sua primeira viagem pela Europa.

"Foi uma longa e linda viagem que só se realizou graças à intervenção da ADVOCEF na negociação com a CAIXA."

A advogada Liana Mousinho, de Belém, prestava serviço na Matriz e lembra perfeitamente do dia em que a CAIXA assinou o acordo para o recebimento de honorários, "intermediado pela saudosa Dra. Graci [*Maria das Graças dos Campos Sério*]".

"Quando a Graci abriu a porta do salão onde estavam os advogados e avisou do fechamento do acordo, foi um momento inesquecível, pois havia muito lutávamos para que isso acontecesse."

Com um ano de CAIXA, o advogado Adonias Melo de Cordeiro, de Fortaleza, teve "a grata surpresa" de receber um valor significativo de honorários. Guarda na memória a alegria dos colegas.

"Alguns outros, pequena minoria, ficaram tristes, pois, por questão de dias, não haviam sido contemplados, em virtude do afastamento do quadro de advogados da CAIXA."

Era grande a rotatividade dos profissionais do Jurídico.

Quando Karla Karam Medina, colega de Adonias na unidade de Fortaleza, ingressou na CAIXA, em 2001, os honorários eram

O bode e os honorários

Arcinélío Caldas - Campos dos Goytacazes/RJ.

O trabalho pela consolidação do recebimento de honorários em consonância com o Estatuto da Advocacia chegou ao ápice na adolescência da ADVOCEF, época em que seus associados representavam mais de noventa por cento do corpo jurídico da CAIXA. Preparada para cumprir seus objetivos, principalmente o da justa remuneração, a ADVOCEF abre frentes de luta pela valorização profissional dos associados e enceta uma campanha hercúlea em prol da unificação da carreira jurídica e do piso salarial condizente com o mercado.

Nesse diapasão surgem as medidas de efeito prático, capazes de mudar as decisões da CAIXA a favor de seus advogados. Foi autorizada a implantação de novas regionais, a contratação de novos advogados e a criação do cargo de Coordenador das novas representações regionais.

Chegou a Campos dos Goytacazes/RJ, em 2005, investido do recém criado cargo de Coordenador, o advogado Sylvio Ricardo. Bom mineiro, desconfiado, logo procurou estimular a unidade jurídica do Centro, Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro para a implacável cobrança de honorários advocatícios de sucumbência e consequente aumento de renda dos profissionais.

Uma das primeiras ações vencidas pela CAIXA versava sobre

a cobrança por eventual dano moral em decorrência do indevido protesto de duplicata colocada em cobrança simples pelo emitente na agência de Porciúncula, município de colonização italiana e vocação agrícola ao Norte do Estado.

Em 2008, ultrapassadas as etapas processuais, as marchas e as contramarchas dos recursos, baixa o processo do E. TRF para cumprimento do V. Acórdão. Por unanimidade, reconheceu o Excelso Pretório a legitimidade da cobrança e condenou o autor a pagar os honorários do advogado da CAIXA. O cálculo importou em R\$ 800,00. Intimado, o devedor não se pronunciou. Foi requerida a penhora de bens. O meirinho efetuou a penhora, para garantia do Juízo, de duas cabras leiteiras da raça Saanen, originária da Suíça e altamente produtiva, avaliadas em R\$ 500,00 cada uma. Em ato contínuo, foi requerida a adjudicação das caprinas em favor do crédito. O M.M. Juiz deferiu o pedido e determinou a remoção dos animais para a agência local da CAIXA.

O devedor, depositário fiel dos animais, instado a cumprir a determinação, informou ao oficial de justiça encarregado da diligência que as cabras tinham morrido. Da certidão do oficial constava que, no pasto do pequeno sítio do devedor, restava um bode branco, de chifres retorcidos, cavanhaque comprido, aparentando



ser da mesma raça das cabras falecidas. Foi reiterado o pedido de penhora, desta feita, do bode velho. Efetivada a medida, foi requerida a adjudicação do bode que já estava com o destino traçado: iria para a panela do Bar do Ovo num sábado de festa da S.S.A.D.S.S.A.A.D.F, antiga confraria da cidade, revertendo-se o valor de sua compra a favor da ADVOCEF.

Tudo pronto, dia e hora agendados com o gerente da agência Porciúncula, Cleber Bravo, para o traslado do bicho até Campos, eis que toca o telefone da Rejur/CM e o gerente informa que se encontrava na agência o devedor, humilde sitiante, implorando clemência para o animal, único reprodutor de seu plantel. Foi negociado o acordo em R\$ 500,00 e ficou o sonho de saborear o Capretto alla Napoletana com a irmandade campista.

de R\$ 50,00. Nos meses de descontos das despesas do congresso, os advogados praticamente não recebiam nada. No final do ano, com a normatização dos honorários, a arrecadação começou a aumentar.

"Em 2002, recebemos uma quantia considerável. A notícia do acordo começou a circular por telefone. O colega que recebeu o comunicado não se conteve e gritou em alto e bom som que a gente iria receber uma 'bolada'. Em questão de segundos, 'compramos' carros novos, apartamentos, etc. Como a notícia ainda não era oficial, no outro lado da linha, o advogado informante, preocupado com a gritaria no Jurídico de Fortaleza, resolveu dizer que era brincadeira, para desespero de todos. Não conformados, resolvemos entrar em contato com o advogado do Jurídico que estava em Brasília e, para nossa felicidade, o boato/brincadeira era verdadeiro."

O advogado André Falcão de Melo, de Maceió, aponta, entre as "muitas realizações", a defesa dos advogados do último concurso interno.

"Como interessado direto, a despeito do direito que entendia a nosso favor, senti que estava bem representado pela Associação, tanto que aceitei a sugestão de contratar o escritório de advocacia por ela indicado. No fim, deu tudo certo."

Outra realização que lhe vem à cabeça é a defesa do direito à jornada de quatro horas, que redundou no acordo das horas extras, após a edição do novo Estatuto da OAB.

"Perdemos um bocado, é verdade, mas ganhamos outro tanto, embora talvez não na mesma proporção. Porém, quem viveu aquelas centenas de dias sabe, imagino, que dadas as circunstâncias então presentes (políticas e históricas), resultou num acordo tão bom quanto possível."

Jayme Lima, advogado aposentado da CAIXA em Curitiba, destaca a sequência de diretorias que mantiveram o compromisso de luta. "Alguns foram até mesmo perseguidos", aponta.

"Um grande abraço a esses bravos dirigentes que aguentaram as consequências e fortaleceram a ADVOCEF."

As publicações

O advogado Francisco Spisla, de Londrina/PR, afirma que graças à ADVOCEF o quadro gerencial acabou reconhecendo o valor que os advogados têm para a empresa. Outros bons resultados obtidos pela entidade: a integração através dos congressos e as publicações, como forma de valorização do material cultural corporativo.



■ O primeiro jornal...



...e a revista de hoje

Depois do Jornal da ADVOCEF, lançado em setembro de 1993, surgiu o Boletim da ADVOCEF, em outubro de 2001, quando o primeiro já não circulava mais. Apesar de não resolver imediatamente todos os problemas de comunicação sentidos pela administração de Luis Fernando Miguel - boa parte deles estava relacionada com a pluralidade de atividades dos diretores, que dificultava a prestação tempestiva da informação -, houve um grande progresso.

"O Boletim conseguiu resgatar aquele contato periódico com o associado, que havia sido perdido", segundo o presidente. Em setembro de 2008 o Boletim passou a se chamar ADVOCEF em Revista.

Desde o número 2 a publicação circula com o encarte *Juris Tantum*, primeiro espaço oferecido aos associados para divulgação de trabalhos técnicos. Muitos autores da casa iniciaram e se projetaram através do suplemento, que publica também autores externos, que trazem contribuições valiosas a todos.

A Revista de Direito

Além da própria consolidação da ADVOCEF, "um feito maior no contexto", o advogado Antônio Dilson Pereira salienta entre as obras da entidade a Revista de Direito. (Também elogia a participação em eventos com entidades coirmãs e "a capacidade de encaminhar os assuntos de interesse dos advogados da CAIXA com equilíbrio e altivez.")

O diretor de Comunicação da ADVOCEF, Roberto Maia, revela detalhes do processo que levou à criação da Revista de Direito:

"Nascida de uma concepção 'visionária' de uns poucos, dentre os quais o nosso ex-colega Fabiano Jantalia Barbosa, a ideia foi apresentada ao então presidente Altair Rodrigues de Paula, que imediatamente acolheu-a e exigiu: eu topo, mas a primeira edição deverá ser lançada no próximo congresso da ADVOCEF [em agosto de 2005]."

"Alguns poucos meses depois de correria total e participação de nove estudiosos colegas de vários cantos do país, era

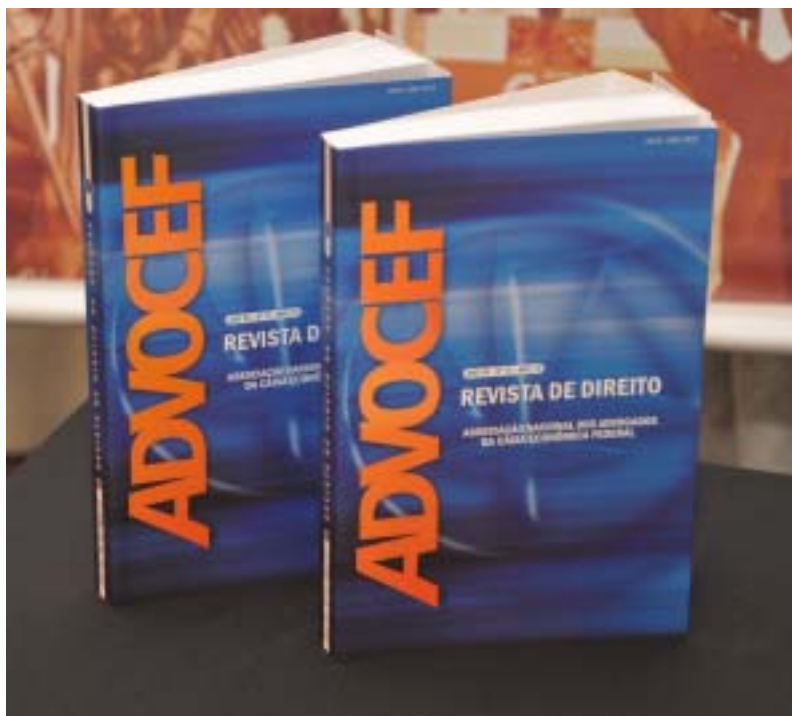
lançado o primeiro número, contendo artigos doutrinários de relevo, jurisprudência focada no cotidiano da advocacia da CAIXA."

"Ano após ano, a ideia frutificou e hoje temos mais uma frente de dignificação e de orgulho para os profissionais da CAIXA e para sua entidade de representação."

O advogado Fabiano Jantalia, atualmente procurador do Banco Central, em Brasília, testemunha:

"A Revista da ADVOCEF nasceu a partir de algumas reflexões minhas e do Dr. Roberto Maia. Discutíamos a necessidade de investir em iniciativas voltadas a incentivar o lado acadêmico dos colegas e chegamos à ideia da Revista. Apresentamos o plano ao Dr. Altair, então presidente, que nos hipotecou total apoio. O nascimento da Revista não ocorreria se não fosse a aposta do Dr. Altair. Quando apresentamos a ideia, ele ficou ouvindo, ouvindo, pensou e, logo em seguida, nos disse: 'Vamos em frente, então.'"

"Desenvolvemos durante alguns meses o projeto editorial e a adequação aos padrões de normatização. Após muitas pro-



■ Revista de Direito da ADVOCEF, semestral, com as teses dos advogados da CAIXA



■ Eduardo Galeano: para que serve a utopia

vas, chegamos ao modelo final. Com a implementação do Conselho Editorial e, posteriormente, com a própria experiência da Revista, essas regras foram sendo aprimoradas, chegando ao modelo atual, que me parece muito bom."

"Um detalhe curioso é que, no início, havia uma grande dificuldade de reunir

artigos em número suficiente para se fechar uma edição. Hoje, com a Revista a pleno vapor, a dificuldade maior parece ser escolher entre tantos artigos que são submetidos à análise. Isso mostra que a Revista atingiu seu maior objetivo: estimular a produção de textos de qualidade por parte dos advogados da CEF."

Ao anunciar o lançamento da RD no XI Congresso da ADVOCEF (em Belo Horizonte, em 11/08/2005), o advogado Alaim Stefanello, outro idealizador do projeto e membro do Conselho Editorial, mencionou uma passagem do escritor Eduardo Galeano:



■ Ministra Eliana Calmon, com Eduardo Bromonschenkel, em dezembro de 2005: a RD é uma iniciativa maravilhosa

"Dizia ele que, certa vez, olhou para o horizonte e viu a utopia. Então ele deu dois passos para tentar alcançá-la e viu que a utopia se distanciou dois passos. Eduardo Galeano andou mais dez passos em sua direção, e ela se afastou mais dez passos. Ele correu mais 20 passos para chegar até a utopia, e ela correu dele outros 20 passos. 'Mas para que serve, então, esta tal utopia?', questionou-se o escritor. 'Para isso, para nos fazer andar!'"

Concluiu, então, Alaim:

"Com esta Revista de Direito da ADVOCEF nós estamos fazendo isso, iniciando o primeiro passo em busca da nossa utopia, que é a valorização profissional da nossa classe."

Em campanha de divulgação, advogados da CAIXA em Brasília visitaram ministros dos tribunais superiores.

No Superior Tribunal de Justiça, o ministro José Delgado considerou a iniciativa importante para a divulgação do trabalho da categoria. Pediu mais um exemplar para um assessor e perguntou se poderia publicar um artigo na Revista. O ministro Luiz Fux (hoje no STF) destacou a necessidade de os advogados públicos divulgarem suas teses.

No Tribunal de Contas da União, o ministro Benjamin Zymler elogiou a forma encontrada de valorização dos profissionais e também quis saber se poderia escrever um artigo.

Os advogados Fabiano Jantalia e Eduardo Bromonschenkel levaram um exemplar para a ministra Eliana Calmon, no STJ. Fabiano mandou a notícia para o Boletim da ADVOCEF de dezembro de 2005:

"A ministra Eliana ficou absolutamente encantada com a Revista. Disse ela: 'É uma iniciativa maravilhosa, que engrandece e valoriza a classe'. E completou: 'É muito bom ver um trabalho desses. A atuação em temas de massa, como os expurgos do FGTS, acabou transformando o advogado da CAIXA num emissor de petições. A Revista ajuda a resgatar e

Para ler e para pensar

Trechos de discurso do ex-advogado da CAIXA Fabiano Jantalia (hoje procurador do Banco Central), no lançamento da 5ª edição da Revista de Direito da ADVOCEF, em Brasília, em 7/12/2007. Fabiano integrava o Conselho Editorial da Revista.

(...) Ao não resolver seus problemas com a edição de leis de boa qualidade, a nação opta, ainda de forma omissiva, por levar a vida social e econômica às barras dos tribunais, inchando a máquina judiciária a ponto de quase inviabilizar seu funcionamento e sua capacidade de resolução dos conflitos que lhe são postos. Sem leis de qualidade e com um Judiciário assoberbado, a sociedade se vê à deriva, e a espada da Justiça perde seu poder de corte, criando um dissenso entre o Direito "no papel" e o Direito no mundo dos fatos.

É preciso buscar novos rumos, transcender os limites de nossa visão, ir além de nosso tempo. Para isso, é importante buscar estimular a produção do Direito, e não apenas a sua reprodução e trabalhar para a formação de juristas e não meros operadores do Direito. É necessário também conferir uma visão interdisciplinar à pesquisa jurídica, o que começa pela criação de espaços formais para debates pragmáticos, que se concentrem menos na teoria e mais na prática e produzam resultados socialmente desejáveis.

A Revista de Direito da ADVOCEF, que hoje tem o lançamento de sua 5ª edição, se propõe a desempenhar esse papel, constituindo-se num espaço institucional, criado pela ADVOCEF para abrigar o resultado das pesquisas e das reflexões dos

advogados da Caixa Econômica Federal.

Sua criação decorreu da inquietude de alguns, diante do gigantesco manancial de informações e conhecimentos desenvolvidos e empregados pelos profissionais da área jurídica desta empresa mais que centenária, que, no entanto, permanecia embotado, circunscrito aos limites da peças e manifestações produzidas.

O corpo jurídico da CEF sempre contou com grandes profissionais em assuntos altamente relevantes e especializados, mas a produção de seu conhecimento pouco ou nada se comunicava com a academia. Assim, não obtinham o reconhecimento técnico que lhes era devido.

(...) Da primeira edição para cá, muitos e importantes passos foram percorridos. Firme no compromisso de proporcionar melhorias contínuas à Revista, o Conselho Editorial, do qual tenho orgulho de fazer parte, vem trabalhando incessantemente para aumentar o nível da publicação. Hoje, é possível afirmar que a obra atende aos padrões exigidos para publicações de alto nível no Brasil, contando com uma rede de leitores institucionais que compreende todos os tribunais do país e, de modo especial, todos os ministros de tribunais superiores e desembargadores de Tribunais Regionais Federais, sendo também distri-



■ Foto de José Irajá de Almeida

buída para diversas bibliotecas de universidades públicas e particulares no país.

(...) Por fim, como estímulo à reflexão dos senhores, gostaria de trazer à lembrança de todos uma brilhante exortação do mestre Rui Barbosa, que tem muito em comum com as preocupações aqui expostas. Trata-se de trecho de sua conhecida Oração aos Moços, texto escrito aos formandos de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em que assim pontificou:

"Os que madrugam no ler, convivem madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas ideias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação por que passam no espírito que os assimila. Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas."

mostrar o valor desses profissionais'. A ministra destacou seu orgulho ainda maior, em face de suas raízes: 'Eu fui estagiária da CAIXA'."

No lançamento da 11ª edição, no Conselho Federal da OAB em novembro de 2010, o presidente Ophir Cavalcante afirmou em palestra:

"Essa publicação representa a exteriorização da independência, da autonomia da advocacia brasileira."

O Conselho Executivo da Revista é composto também pela advogada Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim. No Conselho Editorial, que registrou a saída de Fabiano Jantalia, atuam ainda o juiz do TRT da 4ª Região João Pedro Silvestrin (ex-advogado da CAIXA) e os advogados Davi Duarte, de Porto Alegre, Iliane Rosa Pagliarini, de Curitiba, e Bruno Queiroz Oliveira, de Fortaleza.

A advocacia da CAIXA

Uma obra lançada em junho de 2011, no congresso de Poconé/MT, aproveitou o aniversário da CAIXA para registrar a parceria antiga entre a empresa e seus advogados. O livro "Advocacia na Caixa Econômica Federal - Trajetória de 150

Anos", encomendado pela ADVOCEF à historiadora Elizabeth Torresini, conta a história do Jurídico que, na prática, funciona na empresa desde a fundação, em 1861, embora formalmente só tenha surgido após 1930.

A historiadora deu exemplos da participação histórica dos advogados à ADVOCEF em Revista:

"A primeira lei brasileira que trata dos bancos de emissão, do meio circulante, das sociedades e companhias financeiras foi redigida e assinada pelo ministro da Fazenda Ângelo Muniz da Silva Ferraz, diplomado em Direito pela Faculdade de Olinda. Também é dele o Decreto 2.723, que autorizou a criação da Caixa Econômica e o Monte de Socorro do Rio de Janeiro."

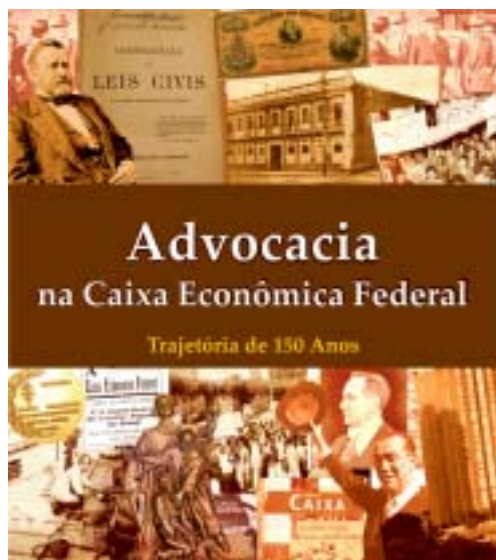
Outros:

"Nas décadas seguintes, constata-se a presença constante dos advogados nos Conselhos Superiores Fiscais, depois Conselhos Superiores e Conselhos Administrativos das diversas Caixas Econômicas do Brasil, tanto no Império quanto na República. A reforma das Caixas Econômicas, promovida no governo de Getúlio Vargas, em 1934, e comandada pelo advogado Francisco Solano Carneiro da Cunha, é de autoria do juriconsulto Justo de Moraes. São exemplos da participação histórica dos advogados na CAIXA."

A Revista de Literatura

Manoel Messias Fernandes de Souza, de São Paulo, acrescenta, na lista dos periódicos, sua preferência pela Revista de Literatura, publicada uma única vez em dezembro de 2009. "Fica a minha cobrança pela segunda edição", aproveita.

O volume de 90 páginas com as obras de 24 ficcionistas e poetas das unidades jurídicas (incluindo o apoio administrativo) de todas as partes do Brasil foi presente de fim de ano da ADVOCEF a todos os integrantes do Jurídico. Alguns dos autores dos contos, crônicas e poemas já eram conhecidos através das publicações da entidade, poucos tinham livros publicados e quase todos eram novatos.



■ Livro sobre o Jurídico, na comemoração dos 150 anos da CAIXA

"Suspeito para falar", pois era membro do Conselho Deliberativo da ADVOCEF e também um dos autores presentes na obra, o advogado Arcinélcio Caldas, de Campos dos Goytacazes/RJ, considerou que a oportunidade, "no campo fértil da literatura", superava qualquer inquietação espiritual:

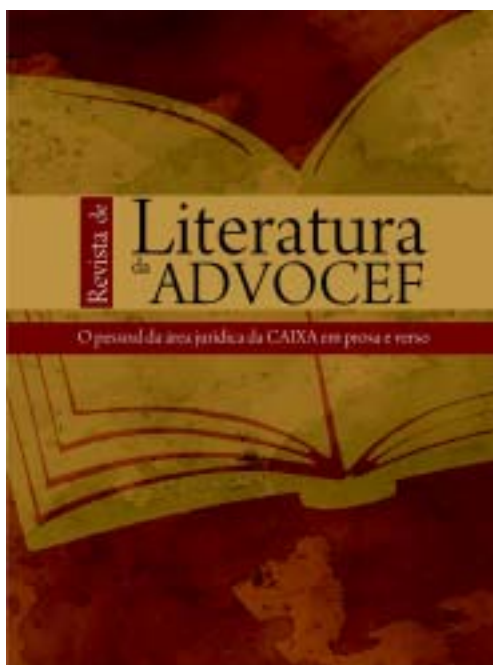
"Põe por terra o zelo exagerado e permite rasgadas louvações ao projeto que ora se concretiza, capaz de estimular e revelar talentos adormecidos."

O advogado Antônio Dilson Pereira achou "genial" a ideia e se orgulhava de ter sido um dos fundadores da ADVOCEF e continuar a ela ligado após mais de treze anos de sua aposentadoria.

Florianio Neto declarou que a literatura tem vínculo estreito com o Direito.

"Numa peça jurídica nós argumentamos, criamos, discutimos, abordamos o tema da forma mais favorável ao nosso cliente."

Considerando o advogado um profissional das letras, disse que orienta os estagiários a se aprofundarem no estudo da gramática e da literatura, para escrever bem e de maneira simples.



■ Livro com a arte literária dos integrantes do Jurídico da CAIXA



■ Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, em 24/11/2010: a Revista de Direito da ADVOCEF é a exteriorização da autonomia da advocacia brasileira

José Irajá endossou:

"A palavra escrita é a principal ferramenta do advogado e tanto a construção de textos jurídicos quanto a produção literária (mesmo modesta como a minha) levam ao aperfeiçoamento da habilidade de usar essa ferramenta."

De sua rotina no apoio administrativo do Jurídico de Curitiba, Lilian Deise de Andrade Guinski disse que capta uma gama imensa de sentimentos e sensações. Resultado: desse universo retira ideias de personagens (cômicos e trágicos) para seus contos e extrai sentimentos para suas poesias.

A greve de 2009

Os advogados, arquitetos e engenheiros realizaram, primeiro, uma paralisação de 24 horas, em 7/04/2009. A adesão de 90% era o sinal, viu-se depois, que a greve iniciada em 28/04/2009 seria a maior já ocorrida na Caixa Econômica Federal.

O descontentamento da categoria tinha chegado ao máximo, vencendo a paciência. No site da ADVOCEF, em 17/04/2009, o então presidente Davi Duarte havia exposto a frustração geral devido ao descumprimento da CAIXA do que fora negociado no ano anterior: a apresentação de um projeto para nova carreira jurídica.



■ Advogados, arquitetos e engenheiros, em 2009: a maior greve da história da CAIXA

"Agora se vê que a empresa não quer dialogar. Quer procrastinar. Quer desvalorizar. Quer desmobilizar. Sabemos que não conseguirá. Estamos unidos e fortes", afirmou Davi no seu manifesto. Mencionou as "propostas absurdamente inaceitáveis". E previu, 11 dias antes da deflagração da greve histórica, "um movimento de 30 a 60 dias". Até a volta ao trabalho, em 17/06/2009, transcorreriam exatos 50 dias.

Na paralisação, os profissionais trabalharam intensamente, sob forte pressão, numa rotina inusitada.

Em 13 de maio realizaram a Marcha para Brasília, reunindo-se em frente ao prédio da Matriz da CAIXA, no Congresso Nacional e no Centro Cultural do Banco do Brasil.



■ Jurídico de Curitiba: tudo o que foi preciso fazer

Em 14 de maio, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) indeferiu os pedidos de liminar da CAIXA para reconhecer a abusividade da greve e o retorno da categoria ao trabalho.

Em 18 de maio, não houve acordo na audiência de conciliação realizada no TST. Inicialmente, a empresa impôs, para retomar a negociação, que os trabalhadores retornassem ao trabalho. O ministro João Oreste Dalazen, então vice-presidente do TST, respondeu que de modo algum negaria a única maneira de pressão dos trabalhadores, "o constitucional e sacrossanto direito de greve".

Para o presidente Davi Duarte, na audiência ficou mais uma vez clara a intransigência da CAIXA, que sequer apresentava contraproposta. "Mantém-se firme no desrespeito à cláusula que livremente firmou", disse Davi, referindo-se ao item 47º do Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2009, pelo qual a CAIXA se comprometeu a revisar a estrutura da carreira profissional para implantação ainda no primeiro trimestre de 2009.

O movimento dos profissionais, com mais de 80% de adesão, repercutia na imprensa. Em 24 de maio, com a chamada "O PAC parou", o jornalista Ancelmo Gois comentou em sua coluna de O Globo, do Rio de Janeiro, uma das mais lidas do país:

"A greve dos engenheiros, advogados e analistas da Caixa Econômica Federal parou o PAC. É que grande parte da grana das obras passa pelo banco."

"Há uma greve da área de Engenharia, Arquitetura e Direito da CAIXA desde o início do programa, em abril, que já começa a incomodar", comentou em 1º de junho o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady, à Agência Estado. "Isso está prejudicando também as obras do PAC", acrescentou.

A greve mostrava seus efeitos ao emperrar os programas governamentais.

"A grita geral já começou e o impacto em breve fugirá ao controle da empresa, pois não é possível esconder o sol com uma peneira", afirmou o presidente da ADVOCEF.

Pelo país ocorriam atos de solidariedade promovidos pelas Seccionais da OAB.

Em 10 de junho, a CAIXA apresentou sua última proposta. Na avaliação da Contraf, continha avanços, com a melhoria dos valores da tabela do PCS (Plano de Cargos e Salários), apesar de estarem mantidas as restrições relativas à migração - não ter ações colidentes e não estar no REG-Replan não saldado.

A Contraf/CUT orientou seus sindicatos a defender a aprovação da proposta nas assembleias. "Trata-se de uma proposta construída na mesa de negociação, valorizando o processo democrático de dis-

cussão entre empresa e trabalhadores", declarou.

Segundo o Comando representante dos profissionais, a maior vitória obtida, nos termos propostos, era manter o canal de negociação com a empresa, "única via capaz de assegurar novas conquistas no futuro próximo".

Em 16 de junho de 2009 terminava o maior movimento paredista da história da CAIXA, realizado ao longo de 50 dias com a participação expressiva de seus advogados, arquitetos e engenheiros - com a adesão, ao final, de 88%.

Ao longo da campanha, mantida com coragem e criatividade, os manifestantes

Depoimento

Cuide dos meninos

Carlos Castro, presidente da ADVOCEF.

Um episódio que me marcou ocorreu no início de 2009. Eu, então diretor de Articulação e Relacionamento Institucional da ADVOCEF, recebi um telefonema do presidente Davi Duarte, preocupado com a equipe que estava à frente da negociação do PCS (Plano de Cargos e Salários) junto à CAIXA, como colaboradores da Contec. Alegava o então presidente que os meninos eram muito jovens e temia que os calorosos embates que se avizinham - a greve estava sendo sinalizada - pudessem queimá-los profissionalmente junto à administração da empresa. Por essa razão entendia que estava na hora deste associado acompanhá-los, o que ocorreu.

Ao término da primeira reunião de que participei na mesa de negociação, na sala do Conselho Diretor da CAIXA, no 21º andar da Matriz, descemos to-

dos, inclusive com a representante da Contec, Rumiko Tanaka, à sala do então Dijur e hoje ministro do STJ, Antonio Carlos Ferreira, para transmitir-lhe a nossa solidariedade. Naquele momento, ele sofria todo tipo de pressão de algumas áreas da empresa, por apoiar o nosso movimento. Ao nos despedirmos, já quase 22h, o diretor jurídico disse que estava feliz com a minha participação e fez o seguinte pedido: "Tome conta desses meninos por mim".

Isso realmente ficará marcado como um ato de grandeza do nosso



■ Mesa de negociação no dissídio de 2011

gestor e superior hierárquico para com os seus subordinados. Ressalto ainda que foi minha atuação como colaborador dos queridos companheiros Anna Claudia Vasconcelos, Bruno Vanuzzi e Gryecos Loureiro que me credenciou a disputar a presidência da ADVOCEF em 2010.

Manifesto de greve

Declaração do então presidente da ADVOCEF, Davi Duarte, no site da entidade, conclamando à greve, em 17/04/2009.

Companheiras e companheiros associados da ADVOCEF, advogadas e advogados da CAIXA:

Hoje lhes escrevo de um jeito diferente. Não me interpretem mal. Escrevo-lhes com a alma e o coração, mais do que com o lado racional. Esse está sendo e será usado bastante, como o foi no editorial de nossa Revista da ADVOCEF de outubro, onde consta:

"É tempo de negociações coletivas na CAIXA. A ADVOCEF, por sua gestão 2008/2010, estabeleceu o diálogo como o caminho mais eficaz para realizar, em parceria, as suas atividades. Seguindo essa premissa, a Associação participa diretamente das negociações e o resultado tem se mostrado muito positivo. O interesse é negociar ao máximo, até exaurir as pretensões, tornando desnecessário o Dissídio Coletivo. Afinal, se podemos construir as soluções para os problemas da empresa, por que deixar para o Judiciário os pontos sobre os quais assentamos os nossos diretos interesses?"

Mas agora se vê que a empresa NÃO quer dialogar. Quer procrastinar. Quer desvalorizar. Quer desmobilizar. Sabemos que não conseguirá. Estamos unidos e fortes. E assim nos mantenhamos, com a mobilização já costumeira e em contagem regressiva, a partir de hoje. (...)

Tenhamos paciência, mais um pouco, e novamente, de sorte que possamos conhecer - em toda a sua

extensão - o tamanho total da incongruência, do pouco caso e do des-caso. Quem tem o dever de temporizar e cumprir o contrato "está apagando incêndio com gasolina", com propostas absurdamente inaceitáveis. Quem deve promover a paz somos todos, mas se a empresa tem se esforçado - repetidamente - para dividir, para causar insegurança, para impedir que o processo chegue a bom termo, logo mais colherá o fruto amargo, que plantou com afincos. O seu agir é típico de quem quer fazer uma desnecessária guerra para chegar à paz.

E quem de nós não está acostumado a enfrentar tais problemas diariamente? Advogadas e advogados estão habituados a tratar com litígios. Somos forjados na luta. Essa é uma condição invejável. E litígio é caracterizado por partes diversas em situação de antagonismo. Apenas não queríamos que fossem em tão elevado número, pois nossa missão é desempenhar o trabalho e não ser por ele escravizados. Mas são ossos do ofício e podemos solicitar orientação à OAB ou à OIT para que os parâmetros razoáveis sejam fixados e atendidos. E o novo administrador parece desconhecer essa parte. Mais, nem quer conhecê-la. Afinal, se resolvemos o problema, então o problema não chega a ele.

Convido-os, pois, a que façamos a remessa do problema a quem não o conhece... Vamos demonstrar que a impunidade não compensa. E

que os compromissos assumidos precisam e devem ser cumpridos, de forma adequada e no tempo contratado.

Por outro lado, sabemos que as pessoas não são mais experientes porque mais viveram e nem envelhecem apenas pelo avançar dos anos. Jovens podem ser experientes e "envelhecemos quando abandonamos os nossos ideais" (general MacArthur).

Tenhamos a certeza de que a solução de nossas maiores dificuldades está em nossas mãos. Somos capazes de resolver o litígio. E vamos fazê-lo. Com prudência - como temos feito. Com coragem e determinação - como temos agido. Mas, sobretudo, com perseverança e tenacidade, porque tempo e paciência podem mais do que fúria e violência.

A pressa é da empresa, mas avalio que precisamos de um tempo, não muito breve para solucionar a pendência. Preparemo-nos para um movimento de 30 a 60 dias, ao menos, caso a decisão final seja pela paralisação por prazo indeterminado. Enquanto isso, permaneçamos fortemente unidos e intensamente mobilizados, ao passo que o problema deverá estar posto na mesa do novo administrador... (...)

Unidos somos fortes. Façamos acontecer.

Um afetuoso abraço a todas e a todos.

Davi Duarte, presidente da ADVOCEF.

fizeram piquetes, desdobraram-se em performances, acamparam em praças, atenderam o público e colaboraram em eventos beneficentes.

Ao final do movimento, a ADVOCEF em Revista registrou que havia ao menos duas unanimidades constatadas com os advogados entrevistados. Primeira: o acordo entre a empresa e os profissionais não contemplou o principal objetivo, que era a reestruturação da carreira profissional. Segunda: no movimento, a categoria olhou para si mesma e, surpreendida, viu que era mais forte do que imaginava.

Impressão colhida do advogado Alfredo de Souza Briltes, de Campo Grande:

"Creio que o dogma de que advogados não fazem greve está definitivamente afastado."

Os advogados venceram o medo da greve e dos prazos judiciais, disse o advogado Dione Lima da Silva, de Porto Alegre, hoje diretor de Honorários da ADVOCEF.

"Agimos com ousadia ao enfrentar os equívocos da direção da CAIXA e forjamos, com maestria, a mais longa greve na história dos profissionais de nossa empresa, da qual muito me orgulho de ter participado."

De acordo com Adonias Melo de Cordeiro, de Fortaleza, se não se fez cumprir a cláusula 47ª, fundamento da greve, o reajuste do salário serviu como paliativo, aceito pelo Comando Nacional no contexto das negociações.

"Entretanto, o aumento salarial, desacompanhado de uma nova carreira, sejamos justos, não foi insignificante para uma boa parte da categoria."

"Poderia ter sido melhor?", perguntou a advogada Daniele Macedo, de São Paulo, hoje 2ª tesoureira da ADVOCEF.

"Talvez sim, mas essa é uma resposta que nunca teremos. Só posso garantir que

eu e muitos dos colegas em greve de São Paulo estávamos dispostos a arriscar."

O então presidente da ANEAC (Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da CAIXA), Luiz Guilherme de Matos Zigmantas, enviou uma carta à ADVOCEF destacando a parceria construída, que permitiu aos profissionais sustentar, "com organização e elevado índice de adesão, o maior movimento paredista da categoria bancária do país, em todos os tempos".

O presidente Davi Duarte fez o balanço:

"Conseguimos o maior aumento fora de época. Conquistamos o respeito no meio sindical e no Judiciário. Hoje, a ADVOCEF e a ANEAC têm seu nome marcado de forma indelével. A CAIXA não mais nos subestimar."

O então vice-presidente da ADVOCEF, Bruno Vanuzzi, listou como momentos decisivos os transcorridos entre a última reunião de negociação e a tomada de posição das diretorias das associações pela aceitação da proposta.

"Decidir entre consolidar os avanços, na ordem de mais de 30% para um contingente considerável de profissionais, justamente os mais prejudicados no processo de 2006, ou arriscar a sorte, foi uma das tarefas mais árduas."

Para a então diretora de Negociação, Anna Claudia de Vasconcellos, o momento mais importante foi uma reunião com os representantes dos Jurídicos em São Paulo, antes da greve.

"Com ela a Associação desempenhou um papel que há muito lhe era cobrado - o de dar voz e vez aos associados perante a

Ao final, havia ao menos duas unanimidades. Primeira: o acordo não contemplou a reestruturação da carreira. Segunda: a categoria viu que era mais forte do que imaginava.

Fim da greve

Declaração do então presidente da ADVOCEF, Davi Duarte, no site da entidade, encerrando a greve em 14/06/2009.

Companheiras e companheiros associados da ADVOCEF e ANEAC, profissionais da CAIXA

O momento é de profunda reflexão e de muito difícil tomada de decisão, tendo em vista a dimensão que nossa luta tomou. Fugiu ela a todos os parâmetros e expectativas, para se consolidar no mais expressivo, coeso e forte movimento paredista registrado na história da Caixa Econômica Federal. Afinal, hoje, 14/06/2009, completamos 48 dias de greve, com a adesão de 88% dos profissionais. É um feito memorável, sob o enfoque sindical e do ponto de vista dos trabalhadores.

Agora temos uma proposta da empresa, que se mostra última, depois de "tantas últimas que lhe precederam" e que representa um substancial avanço, se olhada amplamente, tanto sob a ótica de reajuste salarial quanto sob outros aspectos, também importantes. E o avanço precisa ser comparado ao que poderá ou não ser obtido na via judicial.

Sabem vocês de nosso espírito de luta, combativo mas leal, e conhecem nossos propósitos voltados ao bem; ao fazer sempre o melhor possível; ao aprimoramento; ao não desistir nunca, e, sobretudo, à solidariedade.

Agora é chegado o momento de transformar o resultado da luta em vitória. Fomos até onde vocês nos levaram. E sabemos que mais poderemos ir. No entanto, compreendemos que ir

adiante não será garantia de novos ganhos, senão poderá provocar um distanciamento da realidade já alcançada.

É difícil, muito difícil a decisão, em especial para quem não esteve ou não está tão próximo ao centro das decisões como tive o privilégio de estar - graças a vocês. Mas é por isso mesmo que tomo a liberdade de indicar o caminho de aprovação da atual proposta da CAIXA.

É chegado o momento de "suspender a luta, ainda com energia suficiente para retornarmos íntegros, e mais, trazendo os frutos que permitem repor a força para manter altos o moral e a autoestima".

Reafirmo que o movimento está forte e tal como o artista ou o atleta sábio, que se retira do cenário em alta, assim façamos nós. Compreendo que é difícil a muitos valorosos companheiros e companheiras que, exatamente por sentirem a força de nossa união, gostariam de ir avante. Especialmente a vocês digo-lhes que não se sintam frustrados por parar nesta fase, e que essa energia será necessária para que desfrutemos o sabor da vitória. E para, se preciso for, retomar o movimento, em momento mais adequado. Mantenham vivo esse ideal, de exigir respeito e de preservar direitos, porque essa é a característica de quem se fez imprescindível, pela dedicação e competência.

Mas falo em vitória, sim, porque as dificuldades também foram gran-



■ Retorno com vitória: mais unidos e respeitados

diosas. E a par delas poderemos contabilizar ganhos que, sem a existência da cláusula 47 do ACT 2008, não seriam sequer cogitáveis.

Podemos listar uma série de itens não conquistados, e que permearam e permeiam nossos sonhos. Mas podemos realizar comparações entre o que tínhamos em SET/08 e o que teremos em JUN/09. A diferença, certamente, é muito positiva, a nosso favor.

E o ganho institucional, pela capacidade de mobilização, de comunicação, de união e de solidariedade, sem precedentes, constituem o ponto alto e marcará, indelevelmente, cada um de nós, a CAIXA e a história das reivindicações na empresa. Possivelmente o momento é único, como única é nossa conquista.

Convido-os, portanto, a que desfrutemos o sabor da vitória e mantenhamo-nos unidos, agora mais respeitados, e continuemos buscando a plena valorização, com atos de inteligência e persistência, tal como o rio, que, serenamente, chega ao mar, desviando os obstáculos.

De qualquer modo, a decisão precisa ser tomada em assembleias, pelo sagrado exercício do voto, modo de decidir mais civilizado que conhecemos.

A todas e a todos um afetuoso abraço, porque UNIDOS SOMOS BEM MAIS FORTES.

Davi Duarte,
Presidente da ADVOCEF.

CAIXA, orquestrando os advogados na greve e encabeçando o movimento em todas as suas etapas."

O então diretor de Honorários da ADVOCEF, Gryecos Loureiro, considerou como principal conquista a quebra do paradigma "advogado não faz greve".

"De agora em diante, quando a carreira profissional negociar perante a CAIXA, os colegas que representam nossa empregadora saberão que estão diante de um grupo sólido, com efetivo poder de negociação."

O então 2º secretário da ADVOCEF, José Carlos Pinotti Filho, computou conquistas importantes e pregou mudanças no ambiente de trabalho.

"A CAIXA e nós, seus empregados, juntos devemos buscar melhorar o entrosamento e a sinergia entre nossos colegas gerentes, coordenadores e os advogados, buscando a valorização do quadro profissional."

O advogado Luciano Caixeta Amâncio, de Brasília, atualmente membro do Conselho Deliberativo, julga hoje que a greve foi o ponto alto da maturidade da ADVOCEF.

"Juntamente com as entidades sindicais, tivemos a honra e o orgulho de participar de um dos maiores movimentos de luta de classe da história da CAIXA e do país. A batalha culminou na edição do nosso atual Plano de Cargos e Salários, arrancado à força. Evidentemente não é um plano ideal, já que contempla ainda algumas distorções, mas constitui inegável avanço para toda a categoria."

O editorial da ADVOCEF em Revista nº 77, de julho de 2009, avaliou:

"A ADVOCEF, juntamente com a ANEAC, foi mais uma vez competente para quebrar os paradigmas e afrouxar as amarras que historicamente impediam o avanço de seus representados como categorias fortes e capazes de se movimentarem no intrincado mundo sindical. Contaram com o inestimável estímulo, apoio e

participação dos sindicatos de bancários, das confederações, das entidades de classe e de uma infinidade de pessoas, algumas visíveis e outras tantas trabalhando de forma incansável e anônima."

Em meio à apreensão da greve, o advogado Éder Maurício Pezzi López, do Jurídico do Rio de Janeiro, foi nomeado para o Senado Federal. Sua situação era complicada, sem saber o futuro do movimento, de eventuais retaliações, de descontos no salário.

"Mas, no final, foi um dos momentos em que mais senti o coleguismo e a camaradagem dos meus colegas dentro da CAIXA e que guardarei para sempre na minha lembrança."

A atual diretora de Prerrogativas da ADVOCEF, Maria Rosa de Carvalho Leite Neta, tem tudo na memória:

"Foi um marco pra mim o momento que recebemos a mensagem do Dr. Davi Duarte, então presidente da ADVOCEF, convocando os advogados para a greve. Nem acreditei, nunca pensei que nós advogados faríamos greve, e ainda mais juntos apenas dos outros profissionais da empresa."

"Lembro que levantei e saí de mesa em mesa pedindo para os demais colegas lerem a mensagem. Eu falava 'botei fé no presidente'."

"O intuito nunca foi afrontar a empresa, pois sempre achei e continuo achando que o diálogo, a composição de interesses são o melhor caminho. Somos empregados, estamos do mesmo lado, temos os mesmos interesses. Mas penso também que tem certos momentos da vida que uma atitude mais dura precisa ser efetivada, sob pena de perda de oportunidades e de crescimento. Acho que naquele momento a ADVOCEF rompeu qualquer barreira que a impedia de crescer."

Em certos momentos, uma atitude mais dura precisa ser tomada, para não perder a oportunidade. A ADVOCEF rompeu qualquer barreira que a impedia de crescer.

O advogado Jayme de Azevedo Lima, aposentado da CAIXA em Curitiba e hoje integrante do Conselho Fiscal da ADVOCEF, faz o resumo da história:

"Por um bom tempo nenhum dirigente da CAIXA comparecia em nossos congressos. Usamos nariz de palhaço, fitinhas pretas na lapela, protestamos na frente das agências. Enfim, fizemos tudo que qualquer trabalhador que é aviltado em seus direitos tem que fazer. Mas nada bate a primeira grande greve de 50 dias. Aquilo valeu ser sócio da ADVOCEF."

O Quinto Constitucional

A indicação do ex-diretor jurídico da CAIXA Antonio Carlos Ferreira para uma vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) teve um significado especial para a ADVOCEF. Com a nomeação, a entidade viu seu esforço na campanha coroado de pleno êxito e pôde comemorar, em poucos anos, a escolha do terceiro associado para os tribunais brasileiros.

Além do paulista Antonio Carlos, empossado em junho de 2011 no STJ, saíram da CAIXA os gaúchos João Batista Pinto Silveira, para o Tribunal Regional Fede-

ral da 4ª Região, e João Pedro Silvestrin, para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Na posse de João Batista, em 06/02/2004, a então vice-presidente do TRF-4, Marga Inge Barth Tessler, disse que recebia com satisfação um profissional integrante do setor jurídico da CAIXA, "órgão que reconhecidamente tem a melhor advocacia pública do Brasil, testada no enfrentamento do maior número de demandas em andamento na Justiça Federal". De acordo com a desembargadora, "ninguém é juiz sem ter sido antes advogado, sem ter se sustentado na nobre e desgastante atividade, com a vênia de quem pensa em contrário".

Ressaltando que João Batista sabia ouvir, citou Piero Calamandrei, que no clássico "Eles, os Juízes, Vistos por um Advogado" escreveu "que conheceu magistrados tão cheios de si, tão convencidos de sua incomensurável sapiência que viam com desdém todos os advogados e consideravam uma diminuição de sua dignidade dar atenção ao que eles dizem". Em outro trecho, segundo Marga, Calamandrei diz que "grave defeito num juiz é a sua soberba, mas talvez seja uma doença profissional", e mais adiante, que "a profissão do advogado, ao contrário, é mestra de modéstia".

Na solenidade, a desembargadora referiu-se à CAIXA, que viveria um dilema típico da pós-modernidade. "Dilema que se transforma em rica experiência, pois se posiciona a CEF de forma bifronte: é órgão público mas é um banco, é um banco mas é um órgão público, com imensa função social nem sempre bem compreendida nem levada em consideração."

Tendo de competir no mercado, disse a vice-presidente do Tribunal, a CAIXA também tem o dever de atuar socialmente em áreas cruciais como a habitação, o saneamento e a infraestrutura urbana. "Não é assim uma instituição financeira tradicional, tem inegável fun-



■ Da CAIXA para os tribunais brasileiros: João Batista, João Pedro e Antonio Carlos

ção social, mas não é instituição de caridade. Eis, pois, a rica experiência que vem trazer o nosso novo integrante."

(Informações tiradas de matérias publicadas no Boletim da ADVOCEF nº 16, de fevereiro/março de 2004.)

"É como se fosse um processo que se quer ganhar", comparou o ex-advogado do Jurídico de Porto Alegre João Pedro Silvestrin, para expressar como encarava a nova atividade de juiz do TRT da 4ª Região, que assumia em 22/10/2004. A unanimidade conquistada na indicação demonstrava, para ele, que o seu trabalho e o da área jurídica da CAIXA tinham sido reconhecidos.

Até a indicação, João Pedro tinha participado de todas as administrações da ADVOCEF, exceto a do período 2002-2004, quando exercia o cargo de gerente nacional da Geten.

Leia trechos de entrevista concedida ao Boletim da ADVOCEF de outubro de 2004:

"Tudo o que aprendi na CAIXA será útil na magistratura, em especial o que se refere ao aspecto social da empresa pública. Atuando na área trabalhista, tinha como dever defender os interesses da CAIXA, que em tese são contrários àqueles almejados pelos empregados, e isso ensina muito, no sentido de abnegação e convicção. E também eleva o espírito público, a capacidade de analisar o interesse do coletivo sobre o individual."

"Meu projeto é continuar trabalhando da mesma maneira que na CAIXA, para bem representar os seus advogados. Tenho origem no Quinto Constitucional destinado aos advogados e isso implica em uma enorme responsabilidade em relação à OAB e aos colegas da CAIXA. Qualquer erro, vão dizer: 'Olha aí, era advogado'".

[As maiores virtudes de um juiz:] "Além do conhecimento jurídico, ter sensibilidade, equidade, e estar convencido de que está decidindo de forma correta. Em resumo, não basta o simples conhe-

cimento técnico, é necessário que ele esteja de conformidade com a realidade fática do dia a dia da sociedade. Se assim não fosse, a tarefa de julgar poderia ser feita por um computador."

[Os advogados da CAIXA:] "Que continuem a defender a CAIXA de forma leal, com entusiasmo, dedicação e com foco no objetivo a ser buscado, sem desmerecer a capacidade da parte contrária, e não perdendo o estímulo diante de qualquer obstáculo. Isso só vai engrandecer ainda mais suas vidas profissionais."

Após a confirmação do nome de Antonio Carlos para o STJ, o advogado Lourenço Neto, de Salvador, montou uma figura para demonstrar a grandeza do feito da categoria, que foi capaz de se mobilizar e pedir votos:

"Se a ADVOCEF fosse um time de futebol, diria eu que temos hoje, bordada, nossa primeira estrelinha no escudo da camisa."

O presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, empenhado na campanha de Antonio Carlos desde o início, disse que a indicação do colega - assim como as de João Batista e João Pedro - representava o reconhecimento da atividade dos advogados da CAIXA.

Aos colegas, fez um cumprimento especial: "Parabéns por mais esse belo trabalho, que vem comprovar que unidos somos bem mais fortes."

Declarou o advogado Alfredo Ambrósio Neto, de Goiânia:

"O ministro Antonio Carlos Ferreira representa mais visibilidade da ADVOCEF perante os tribunais superiores e o Poder Judiciário brasileiro, o que já vem ocorrendo com as publicações da Revis-

A indicação para o Quinto Constitucional representa o reconhecimento do trabalho dos advogados da CAIXA e a visibilidade da ADVOCEF perante o Judiciário.

ta de Direito, assim como melhor interlocução para viabilizar a defesa de nossos direitos e conquistas."

Para o ex-presidente Altair Rodrigues de Paula, o fato de o diretor ter atuado em uma empresa do porte da CAIXA, que tem a sua principal atuação no cumprimento das metas sociais do governo, po-

derá contribuir com uma maior humanização da Justiça a favor dos cidadãos brasileiros.

Outro ex-presidente da ADVOCEF, Davi Duarte, disse que "fará muito bem ao STJ ter entre seus quadros um profissional que conhece, na prática, os reflexos que o julgado produz".

20 Documento

A bandeira da ADVOCEF

Com as cores branca, vermelha e azul, foi inaugurada, no XVI Congresso realizado em Gramado, no mês de maio, a bandeira da ADVOCEF. Um exemplar será enviado aos representantes jurídicos, para que possa ser utilizado em atividades da Associação. A bandeira estará exposta também na sala de reuniões, na sede da ADVOCEF em Brasília.

Segundo o diretor de Comunicação da ADVOCEF, Roberto Maia, a existência de símbolos, mais que uma questão de marketing, "ilustra uma identidade, sobre a qual os seus vinculados têm vivências e se reconhecem uns aos outros como integrantes de uma comunidade, envoltos em anseios comuns".

Para o ex-presidente Davi Duarte, um dos autores do projeto, a bandeira tem o efeito má-

gico de se transformar, onde estiver, numa imagem que remete à entidade. "É uma face visível e essencial para marcar presença em qualquer evento", explica.

Despojado, moderno, o desenho da bandeira é rico em significados, conforme Davi: "O branco prepondera, representando paz e diálogo. O símbolo

Alfa é o começo de tudo. O azul espelha o céu com serenidade. O vermelho vem de luta e de intransigência em face de injustiças. A balança, para que não



esqueçamos de pesar, de quando em vez, nossas ações".

Publicado na ADVOCEF em Revista de julho de 2010.

Por que vou aos congressos



■ Gramado, 2010: muitas razões para a presença

Todas as razões

Há muitas razões para se ir aos congressos da ADVOCEF, realizados impreteivelmente todos os anos, desde 1995. A primeira delas é que todos os assuntos importantes para os advogados da CAIXA são discutidos, aprovados ou rejeitados nos eventos. Neles decide-se, por exemplo, que atitude tomar sobre medidas que envolvem terceirização, jornada de trabalho, falta de profissionais, baixos salários, honorários de sucumbência.

No primeiro congresso, em Brasília, o foco das atenções foi a Lei 8.906/94, então recém-promulgada, que trazia alterações importantes em relação à jornada de trabalho e atribuía ao advogado o direito aos honorários de sucumbência. A despeito da polêmica existente na empresa, os advogados saíram do encontro com o seu Regulamento de Honorários, documento que se tornou referência para os empregados advogados de empresas públicas.

Anos de litígio com a CAIXA, até chegar aos acordos celebrados em 1996 e 2001, foram passados e ultrapassados, naturalmente, nos congressos.

O espaço é aproveitado pelos dirigentes da área jurídica, que vão prestar contas, expor sua posição sobre os temas de interesse da categoria e da empresa. Gestores das áreas operacionais também aparecem, sedimentando cada vez mais a aproximação pretendida – e executada. No último congresso, em Fortaleza (maio de 2012), a presença de Jorge Hereda representou a primeira visita ao evento de um presidente da CAIXA.

Outro aspecto importante tem a ver com os novos advogados. Eles vão chegando curiosos, veementes, prestativos, impulsionando com sua energia as potencialidades do grupo.

Uma pesquisa realizada pelo Boletim da ADVOCEF em julho de 2005 mostrou

as principais razões dos advogados para frequentar os congressos:

- Para estabelecer metas e tomar decisões comuns dos Jurídicos;
- Para representar de fato os anseios dos colegas;
- Para difundir e elevar o prestígio profissional da categoria na CAIXA;
- Porque os congressos simbolizam a união, e a união faz a força;
- Porque os congressos sempre trouxeram conquistas para a categoria;
- Para conhecer o próprio papel na empresa;
- Para desenvolver a autoestima e a motivação;
- Para revisar posturas profissionais, em prol da empresa e da Associação.

Entre outras evidências, uma constatação na enquete: quanto maior o número de participantes, maior é o engajamento da categoria.

O sentimento em torno da importância dos congressos da ADVOCEF está expresso com fidelidade na manifestação do advogado Roberto Maia, em reportagem publicada no Boletim da ADVOCEF de agosto de 2005. Na matéria, Roberto, hoje diretor de Comunicação da entidade, sugere uma pauta para um evento futuro:

“Lembrar dos diversos anos em que os advogados acorreram aos congressos com um sentimento de franco desprestígio profissional, até mesmo ultrajados por condições salariais quase infames, sem previsão de reposição das vagas que se abriam, mas que nem por isso deixaram de se unir em torno de anseios comuns, capitaneados por uma Associação que nunca deixou de promover ações em favor dos seus representados.”

A advogada Roberta Mariana Corrêa, do Rio de Janeiro, defende que todos os advogados deveriam participar, pelo menos uma vez, de um congresso da ADVOCEF. Seus argumentos:

“É uma experiência muito rica, na qual há troca de ideias, relevantes embates de

pontos de vistas, prestações de contas da Associação e, o mais importante, a integração dos colegas do Brasil inteiro, que se conhecem ou se reencontram, observam a diversidade de realidades, aprendem com as boas práticas de outras unidades e percebem as dificuldades enfrentadas por todos.”

Por ter filhos pequenos, além de outras razões, o advogado Antônio Xavier, de Recife, não frequentava os congressos. Colegas lhe diziam que postar no Fórum do site era fácil, queriam ver era “falar olhando no olho”. Estreando no evento de Gramado, Xavier descobriu a “imensa” importância do congresso para uma Associação de âmbito nacional que congrega quase mil advogados em todos os estados do país.

“Descobri o quanto era necessário o ‘olho no olho’ e pude perceber o quanto o nível de conscientização e difusão de informações é importante e o quanto o congresso cumpre esse papel.”

Adonias Melo de Cordeiro, de Fortaleza, participou de muitos congressos e deles tem ótimas recordações.

“Vivemos em um país continental, de muitos costumes e hábitos. Penso que a maioria das pessoas gosta de conhecer outros lugares. Dá para conciliar o trabalho sério com o lazer.”

Renato Luiz Harmi Hino, de Curitiba, salienta que participou atentamente dos vários congressos em que esteve.

“Congresso não é turismo e não é lazer, especialmente quando suas despesas são custeadas pela ADVOCEF. Acompanho a corrente que entende não ser necessário que os hotéis dos congressos tenham grande estrutura de lazer, já que os participantes que efetivamente participam de todas as plenárias não têm tempo para desfrutar desses serviços.”

Com poucos meses de CAIXA e em seu primeiro congresso, em Belém (2006),

Daniele Macedo, de São Paulo, buscava assimilar todas as novidades.

“Foi bastante curioso verificar o trabalho desenvolvido, me esforçando para compreender tantos assuntos novos para mim.”

Jayme Lima, advogado aposentado da CAIXA em Curitiba, diz que a ADVOCEF lhe proporcionou amigos em todo o Brasil, “profissionais competentes, apaixonados pelo que fazem”. Tem um desejo:

“A cada congresso, em que me torno paulatinamente um ancião, fico esperando que outros que se aposentem não se esqueçam de continuar a participar da ADVOCEF. Somos a memória viva, antes que nos tornemos uma plaquinha em um evento qualquer.”

Cada congresso em que compareceu lembra ao ex-advogado da CAIXA Fabiano Jantalia (hoje procurador do Banco Central) fases da vida profissional e pessoal que guarda com carinho, “como se fossem marcos”. Ressalta um episódio, ocorrido em 2002.

“Lembro bem do Dr. Darli batalhando para garantir que nossos honorários fossem iguais aos dos advogados da parte adversa. Aqueles honorários me permitiram comprar meu primeiro carro zero e mobiliar meu primeiro apartamento...”

Após o congresso desse ano, realizado no Rio de Janeiro, o Boletim da ADVOCEF (de setembro de 2002) aprofundou o tema:

“Mas afinal, perguntaria alguém, parodiando o ‘Monólogo das Mãos’, para que serve um congresso?”

Para debater

Para criticar

Para construir

Para convencer

Para discutir e conciliar

Razões para frequentar os congressos: porque sempre trouxeram conquistas; para elevar o prestígio da categoria; para conhecer o próprio papel na empresa; para desenvolver a autoestima.

O I Congresso e os honorários

Marcos Vinícius de Andrade Ayres - Belo Horizonte/MG.

O I Congresso da ADVOCEF, em Brasília, foi profundamente marcante. Participei dele como delegado por Minas Gerais e representava dezenas de colegas, o que me dava oportunidade de ter um certo peso nas votações. Isso, por si só, já era um alento.

É curioso como temos a tendência de "abraçar" nossas ideias como as mais corretas e torcer pela sua vitória como se tivessem algo de cunho até pessoal.

Também é interessante observar que nos congressos existe uma certa tendência à formação de blocos ideológicos que se unem na hora das votações aos outros blocos com os quais se tem mais afinidade de pensamentos. No final das contas, as deliberações nos congressos, ou em especial no I Congresso da ADVOCEF, de 1995, no qual foi debatido e criado o Regulamento dos Honorários Advocatórios, reproduzem-se, em uma escala obviamente menor, os processos de negociação que existem no Congresso Nacional para troca de apoios na aprovação de propostas e emendas.

Aquele congresso em especial teve a marca de ser essencialmente deliberativo, justamente por ter tido a responsabilidade de estabelecer as bases do Regulamento de Honorários tão importante para a categoria.

Lembro-me que os participantes foram inicialmente divididos em grupos, responsabilizados por analisarem diferentes aspectos das abordagens que deveriam conter no Regulamento. Cada grupo nomeou um redator. Posteriormente, os redatores

reuniram-se numa Comissão de Sistematização, que teve a missão de aglutinar as propostas num esboço de regulamento que pudessem ser apresentado à assembleia.

A partir desse trabalho foram apresentadas novas propostas, que precisaram ser discutidas e votadas.

Algumas delas eram de fácil consenso. Outras tantas, porém, geravam discussões tremendas e era difícil até iniciar a votação, pelo afã de vários defensores de cada proposta alternativa apresentarem suas "sustentações orais". Nunca se viu tanta sustentação oral por parte de advogados da CAIXA. Parecia que o tempo seria insuficiente para a finalização do regulamento.

Porém, com o esforço de muitos, conseguimos chegar ao texto final do Regulamento que foi basilar para a conquista de direitos tão caros para todos nós.

Lembro-me que fora escolhido como redator do Grupo de Análise em que participei, e como tal, também compus a Comissão de Sistematização. Por esse motivo, cheguei a ficar reunido com os demais integrantes da Comissão até de madrugada.

Outro fato curioso é que o grupo do qual participei ficou responsável por analisar o conceito de honorários de sucumbência. Meu entendimento era que os arts. 22 e 23 da Lei 8906/



■ Mesa do congresso de Brasília, que estruturou a ADVOCEF

94 não permitiriam conceber que houvesse a previsão de honorários sucumbenciais em acordos. Para mim, o conceito de sucumbência estaria intrínseco ao julgamento da causa, enquanto os honorários em acordo seriam os convencionais.

Porém, graças a Deus, também estavam presentes no meu grupo, se me lembro bem, o Dr. Darli (de Londrina) e o Dr. Silvio Padilha (de Belo Horizonte), que defenderam com veemência e arrojo técnico que nos acordos seria plenamente cabível a fixação de honorários sucumbenciais. Tentei demovê-los dessa ideia porque temia que um regulamento audacioso não viesse a ser reconhecido pela administração da CAIXA.

Entretanto, para nossa alegria, os nobres colegas Darli e Silvio foram muito mais convincentes e hoje podemos celebrar a vitória da tese que espousaram como uma das mais relevantes deliberações de todos os congressos da ADVOCEF, eis que os honorários sucumbenciais sobre acordo correspondem hoje a uma parcela substancial da nossa verba honorária mensal.

*Para trocar e para ceder
Para buscar sonhando
Para difundir conhecendo
Para crescer pela soma
Para resultar com o todo.*

O congresso representa um momento quase mágico, coberto por expectativas e resultado de um conjunto multifacetado de vontades e ansiedades.

Ele só existe e acontece porque nós, advogados e Associação, existimos e o queremos.

Porque o congresso, sem pessoas, seria um vazio.

E as pessoas, sem trocar e sem ansiar por melhores dias, perderiam a razão de existir.

Um congresso é feito por todos, para todos e com todos.

Suas demandas, resultados e conclusões são e sempre serão a face visível e predominante do quanto desejam seus participantes, nascidas e fomentadas a partir de concretas exigências.

E participantes não são apenas os que fisicamente estão presentes, mas todos os que, de alguma forma, canalizam à concretização do evento um pouco de si.

Qualificando os debates, lançando propostas, compartilhando ideias e integrando-se para construir os resultados, difundindo experiências, enriquecendo o grupo com as pequenas ou grandes contribuições individuais, todos e cada um dos integrantes de nossa comunidade muito têm a ganhar com todas as formas de realizações coletivas.

Esta oitava edição mostrou, mais uma vez e de maneira definitiva, que o verbo somar é um dos mais significativos a conjugarmos."

Evento inesquecível

Qual o congresso inesquecível, e por quais razões?

O advogado Adonias Melo de Cordeiro menciona o congresso de Fortaleza, realizado em maio de 2012. Diz que, depois



■ Presença da Dijur em Poconé, 2011, retornando aos congressos

de participar de vários eventos, sentia muita vontade de retribuir, de alguma forma, o carinho e a hospitalidade observados nos colegas anfitriões.

"Em todos os congressos de que participei senti a seriedade no trato das nossas causas e a preocupação dos dirigentes da ADVOCEF em resolver as questões atreladas aos interesses da nossa categoria."

Refere a presença do presidente da CAIXA, Jorge Hereda, no congresso de Fortaleza.

"Foi um encontro ímpar e caracterizado pela ausência de formalidades, gerado por um bate-papo simples, direto e descontraído."



■ Jorge Hereda em Fortaleza, 2012 (entre Jailton Zanon e Carlos Castro): primeiro presidente da CAIXA em congresso da ADVOCEF

Ressaltou a atuação dos colegas André Justi, Karla Karam e Maria Rosa na organização do evento. Diz que, na festa de encerramento, teve o prazer de fazer valer um pequeno refrão de origem popular que sempre leva consigo para difundir:

“A noite é uma criança e eu sou como seu brinquedo, não é que eu chegue tarde, é o sol que chega cedo!”

“Quem teve o privilégio de curtir o último dia do nosso congresso, sentado à beira-mar, ao som de violão, escutando muita coisa boa e compartilhando um bom papo com a felicidade estampada em cada rosto, entende o que eu estou falando.”

O evento de Fortaleza foi também especial para a advogada Karla Medina, que integrou a Comissão Organizadora e pôde ver os dois lados – em um, preocupada com os detalhes do evento; em outro, como participante, aproveitando as palestras e o reencontro com os colegas dos outros Jurídicos.

Alaim Stefanello, de Curitiba, tem muitas lembranças do congresso de Rio Quente/GO (2003), dos embates entre advogados recém-contratados e antigos.

“Ao final, preponderou a união e o bom senso.”

O congresso de Belo Horizonte (2005) também se destaca em suas lembranças pelo lançamento do primeiro número da Revista de Direito da ADVOCEF.



■ Ariano Suassuna (de pé), com Carlos Castro, José Gomes e Josemildo Felisardo da Silva, em Recife, 1998

“Lembro-me que vários colegas elogiaram a iniciativa, pois mostra o lado estudioso e acadêmico dos advogados da CAIXA, os quais estavam estigmatizados, na época, por terem que fazer petições em lotes repetidos, em razão do enorme volume de processos de SFH e FGTS.”

O advogado Ricardo Siqueira, de Recife, participou dos primeiros congressos e se recorda bem daquele realizado em Recife, em 1998, “quando fomos brindados com uma palestra de Ariano Suassuna, numa verdadeira aula-espetáculo de fazer todos rir e sair com uma sensação de que poderia ter durado muitas horas mais”.

Conta mais:

“Esse congresso foi organizado de forma exemplar pelo nosso atual presidente da Associação, Carlos Castro, que, por sua amizade com Ariano Suassuna, conseguiu a proeza da realização dessa palestra sem custo algum para a ADVOCEF, e que teve em seu encerramento uma festa carnavalesca ao som do frevo pernambucano. Tenho certeza de que todos os que participaram desse congresso jamais esquecerão desses dois momentos.”

O advogado Júlio Cezar Hofman, de Maceió, estava lá.

“Ver o nosso ex-colega e atual procurador da AGU Gonçalves dançar frevo com guarda-chuvinhas e tudo foi inesquecível e impagável. Até isso o Carlos Castro conseguiu...”

De um modo geral, todos os congressos foram muito bem organizados e agradáveis, na opinião de Júlio Hofman. Alguns foram tranquilos, outros “pesados”, refletindo a situação vivida pela área jurídica em cada época.

“Alguns geraram desdobramentos internos na CAIXA. Todos, entretanto, foram de grande importância para a consolidação de nossas conquistas.”

O encontro de Recife ficou na lembrança também do advogado Angelo Rocha, de Vitória.

“Foi meu primeiro congresso, sendo que a partir daí participei de todos, com exceção apenas do congresso em Aracaju.”

Lembra que o evento foi marcado não apenas pelos debates dos assuntos da categoria, mas também pelos passeios por Recife, Recife antigo e Olinda, e também pela “simpática palestra” de Ariano Suassuna.

“Atualmente, os formatos dos congressos não permitem mais que os congressistas desfrutem das cidades visitadas.”

Acha que é preciso repensar as reuniões e a forma de custeio, para que mais colegas possam participar, com tempo previsto para percorrer os locais.

O organizador do evento de Recife, hoje presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, participou de 11 congressos, como delegado, diretor, convidado (quando exercia o cargo de Diretor Geral do Tribunal Regional Federal da 5ª Região) ou mesmo por conta própria. Considera todos importantes, cada um na sua época, “com as reivindicações próprias de cada momento e instantes únicos de confraternização da nossa categoria”.

Mas concorda em listar alguns:

“O primeiro foi o de Recife, pois tive o privilégio de coordená-lo e foi um divisor de águas na história dos nossos encontros. Foi naquele IV Congresso que procurei instituir a abertura solene, com patrocínio da prefeitura e do governo do Estado. Foi lá que consegui como palestrante o grande mestre Ariano Suassuna, que levou todos os nossos congressistas ao delírio. Foi um evento realmente maravilhoso.”

“O segundo foi o de Gramado/RS (2010), onde tive o privilégio de ser empossado como presidente da nossa ADVOCEF. Evento digno da nossa categoria, em que os colegas gaúchos não mediram esforços para bem nos receber.”

“O terceiro foi o de Poconé/MT (2011), organizado em nossa gestão com o incondicional apoio dos colegas de Cuiabá.



■ Registro da participação no congresso de Recife, em 1998

Aquele encontro teve como marco o retorno da Dijur aos nossos congressos e a presença da Emgea nos nossos debates.”

“O quarto foi o da cidade de Fortaleza (2012), onde fui reconduzido à presidência da nossa Associação. Foi um congresso dos mais importantes institucionalmente falando e que marcou o prestígio da nossa categoria ao receber a visita de tantas autoridades governamentais, entre elas a do presidente da CAIXA. Ficará para sempre não só na minha lembrança, mas no meu coração, por razões sentimentais, uma vez que a minha família (Castro e Silva) descende da cidade de Aracati, no belo litoral norte do Estado do Ceará.”

“O quinto, com toda a certeza, será o da bela cidade de Florianópolis [escolhida para sede do congresso de 2013]. O sexto ainda não sei onde será, mas nele estarei passando o bastão ao meu sucessor ou minha sucessora, esperando ter cumprido bem as atribuições a mim delegadas pelos companheiros.”

O advogado Henrique Chagas (Presidente Prudente/SP), membro do Conselho Deliberativo da ADVOCEF, também tem na memória o congresso de Recife, com a palestra de Suassuna e as visitas a Olinda e Recife antigo. Cita também o primeiro, em Brasília, quando elaboraram o Estatuto e o Regulamento de Honorários.

“Participamos por paixão pela Associação, pagando parte das despesas e utili-

zando-nos de APIPs para comparecer ao congresso.”

Dessa época, Henrique lembra as articulações dos delegados para a aprovação das cláusulas e aditamentos, além dos debates apaixonados e eufóricos. Registra, a propósito, que teve “a honra de ajudar na construção da ADVOCEF”, auxiliando a redigir e aprovar o primeiro Estatuto e Regulamento de Honorários (no I Congresso) e o Estatuto vigente (aprovado no congresso de Poconé/MT, em 2011), como relator do GT Revisor.

Do congresso de Salvador (1999), ficou em sua memória a palestra da ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon.

“Lembro-me que a Dra. Eliana elogiou o esforço e a dedicação dos advogados da CAIXA na defesa dos interesses do FGTS.”

Estavam no auge as ações referentes aos planos econômicos. Sem entrar no mérito, a ministra disse que graças ao trabalho dos advogados da CAIXA é que a questão seria decidida no STF e STJ.

Documento

O novo Estatuto

Em 11 de junho de 2011, no XVII Congresso, em Poconé/MT, foi aprovado o atual Estatuto da ADVOCEF, elaborado pelo Grupo de Trabalho Revisor com propostas dos associados.

O advogado Fernando da Silva Abs da Cruz, então diretor jurídico da Associação, comentou o novo documento em artigo publicado na ADVOCEF em Revista:

“Ao final das votações, a plenária e a mesa diretora aplaudiram o dedicado, árduo e bem sucedido trabalho dos colegas do GT Revisor, que se dedicaram intensamente à difícil tarefa de revisar integralmente o texto do Estatuto. Foram diversas reuniões, presenciais e virtuais, onde tiveram de dedicar tempo e raciocínio.”

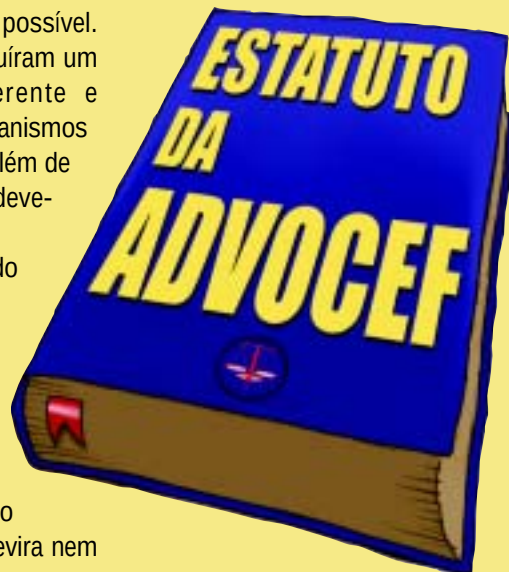
“Foi um grupo marcado pelo pluralismo, cada qual trazendo ao debate suas convicções, mas sempre imbuídos de muito idealismo, comprometidos apenas com a melhor técnica e a busca pela redação

mais perfeita e completa possível. Com este espírito, construíram um texto equilibrado, coerente e isonômico, dotado de mecanismos de freios e contrapesos, além de simetria entre direitos e deveres.”

Em seu artigo, Fernando Abs afirma que o GT Revisor depurou várias inconsistências do Estatuto vigente, tornando-o mais completo, prevendo e regulando uma série de situações “onde o texto antigo era lacunoso, pois não previra nem regulara”.

Os integrantes do GT: Bernardo Cruz (MG), Henrique Chagas (SP, relator), José Nicodemos Varela (DF), Juliana Porto (DF), Justiniano da Silva Júnior (PE), Lya Rachel Vieira (SP), Marcelo Dutra Victor (MG), Renato Lobato de Moraes (PA).

Suplentes: João Batista Gabbardo (RS), João Carlos Matas Luz (RS) e Pedro Jorge S. Pereira (PE).



Também compuseram o GT Revisor o presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, o diretor jurídico, Fernando Abs da Cruz (presidente do GT, substituindo o ex-diretor jurídico Bruno Vanuzzi, que saiu da CAIXA) e os representantes dos Conselhos Fiscal, Adonias Cordeiro, e Deliberativo, Renato Hino.



■ Ministra Eliana Calmon, no congresso de Salvador, 1999

O ex-presidente da ADVOCEF Darli Bertazzoni Barbosa afirma que, “sem sombra de dúvida”, jamais poderá esquecer o congresso de Rio Quente/GO, em 2003. Havia tantos participantes que foi preciso fretar um Boeing para levar o pessoal de São Paulo, onde estava a maioria, para a cidade de Caldas Novas. Graças à baixa temporada e a uma boa negociação, foi possível realizar o evento por baixíssimo custo, aproveitado por muitos que foram por conta própria e levaram familiares.

“Esse congresso ficou conhecido como de ‘trabalho’, pois foram inúmeros os temas de procedimentos e outros para aparar dúvidas e arestas na administração da ADVOCEF.”

Darli relata uma situação curiosa. Alguns advogados vindos do Nordeste não conseguiram pegar a conexão em São Paulo, no Boeing fretado, e foram colocados em um voo para Goiânia. Uma van foi buscá-los. O motorista aguardava com uma placa indicando “ADVOCEF” e um congressista retardatário achou que era para ele. Horas depois, os colegas do Nordeste reclamaram a demora e se constatou o equívoco, sendo contratada outra van.

Aí, os congressistas não quiseram mais pegar o voo de retorno em São Paulo e pediram providências para embarcar em Brasília, sendo enviada uma van para levá-los até lá. No deslocamento,

barrados numa blitz, descobriu-se que a camioneta era clandestina. “O policial ainda foi muito gentil”, diz Darli, só apreendendo o veículo depois de conduzidos os advogados até o aeroporto de Brasília.

O I Congresso, em Brasília (1995), significou o momento mais marcante na Associação para o seu organizador, o advogado Alberto Cavalcante Braga. Vice-presidente da ADVOCEF, ele tinha assumido

a vaga do ex-presidente Asiel Henrique de Souza, que saiu para a magistratura. Para montar o evento, Alberto contou com a ajuda “incansável” dos colegas Gisela Morone (eleita vice-presidente), Davi Duarte, Renato Dias e Isabella Machado, entre outros.

“Saímos daquele encontro com nosso Regulamento de Honorários e nossas deliberações sobre a independência técnica da atuação do advogado, após intensos debates que se arrastavam noite adentro.”

Foi inesquecível também para o advogado Renato Hino:

“Foram dias e noites de intensos e ininterruptos trabalhos, onde sequer tivemos tempo para dormir, pois atravessamos as noites preparando e discutindo as pro-



■ Alberto Braga, no I Congresso, em Brasília, 1995



■ Lançamento da 4ª edição da Revista de Direito da ADVOCEF no congresso de 2007, em Maragogi/AL: Roberto Maia (de roupa clara) e Patrícia Guadanhim, com os ex-presidentes Luis Fernando Miguel, Davi Duarte, Altair Rodrigues de Paula (em seu mandato, na época) e Darli Bertazzoni Barbosa

postas que seriam levadas a plenário no dia seguinte. E as plenárias? As discussões foram intermináveis, cláusula a cláusula, parágrafo a parágrafo, pois todos os presentes queriam participar. Lembro-me que entrei no hotel no primeiro dia e dele só saí para a viagem de volta. Esse congresso foi o principal marco para o que hoje é a ADVOCEF.”

Também para o ex-presidente Davi Duarte foi o evento mais expressivo.

“Nele, foi estruturada a ADVOCEF. Com ele a Associação se agigantou. Percebemos que a força da Associação estava em seus associados e na capacidade de produzir textos, orientar e disciplinar a forma de atuação do advogado da CAIXA.”

“Nesse congresso foram traçadas as linhas mestras de autonomia e independência da atuação profissional que marcaram, de forma indelével, o futuro da Associação.”

“Muitos outros foram importantes, mas também aquele realizado em Recife, em 1998, chamou a atenção e do

qual guardo saudade, pois nele palestrou o excepcional brasileiro, o imortal Ariano Suassuna.”

Participar do congresso “que deu início à ADVOCEF” foi muito significativo para a advogada Gracione da Mota Costa:

“Naquele trabalhoso fim de semana iniciamos a criação de importantes laços unindo os advogados da CAIXA, laços esses que fortalecem a imagem do advogado e dão condições para que se busquem melhorias contínuas para a carreira. Muito já se conseguiu, mas, para que se sustente o conquistado, há que se continue procedendo com maturidade e discernimento.”

Para a advogada Isabel de Fátima Ferreira Gomes, de Brasília, o mais marcante foi o de Curitiba (1996), por ter acontecido na sua terra e porque participou da organização.

“Tudo ainda era muito novo e havia muita emoção. Lembro com carinho das pessoas com as quais dividi essa emoção.”

Indo a vários congressos, Prazeres Oliveira, de Recife, trabalhou, se divertiu e fez amizades com colegas de Norte a Sul do país. Tem lembrança especial do primeiro em que compareceu, o de Curitiba (o segundo da ADVOCEF).

“Naquele congresso eu senti pela primeira vez a força e a união da categoria. Senti orgulho de fazer parte da nossa Associação, senti que unidos nos tornaríamos grandes e tive a noção do quanto poderíamos construir juntos.”

Francisco Spisla estava no evento:

“Houve um embate, que muitos entenderam como de caráter particular, entre um colega e o que seria hoje o diretor jurídico. Ali deu para perceber que além de que a Associação podia se impor sem exageros, sem baixarias, a discussão sobre ideias é que ia imperar, e que não interessava transformá-la em veículo de disputas pessoais: todos tinham, e têm, voz.”

Por trás dos congressos

Como são preparados os encontros anuais da ADVOCEF

Três dias de debates, encontros e confraternizações em um congresso anual da ADVOCEF indicam que muitos meses foram gastos nos preparativos. E muita gente esteve envolvida: diretorias da entidade, Conselhos Fiscal e Deliberativo, representantes nas unidades jurídicas, delegados eleitos para participarem do evento.

Uma importante frente de trabalho está a cargo da Comissão de Organização local, sempre com muita vontade de mostrar o que há de melhor na sua terra. Esse roteiro é encaixado na programação geral, executado geralmente à noite.

Baseada em Londrina (*), a equipe de suporte da ADVOCEF faz a sua parte. Auxilia a Comissão, verifica custos, confere uma quantidade incrível de detalhes. É preciso preparar todo o material que será utilizado nas votações. E elaborar o roteiro, que deve prever o que for possível quanto à apresentação, os discursos, as homenagens, a composição da mesa, a pauta de debates, a ata.

A experiência acumulada com os erros e acertos das edições anteriores conta bastante. “O evento segue o formato que já provou funcionar direitinho”, diz Patrícia Guadanhim, 2ª secretária da ADVOCEF. A grande tarefa, diz ela, é proporcionar aos congressistas um bom ambiente. “Eles levam procurações dos colegas das unidades jurídicas. Têm, portanto, a responsabilidade de bem representá-los nas discussões.”

O evento, no entanto, não se resume às horas de trabalho. Os advo-



■ Análise de propostas no congresso de Belo Horizonte

gados aproveitam os períodos vagos para confraternizar, rever amigos, fazer novas amizades. Patrícia afirma que isso une os profissionais e até facilita o trabalho na CAIXA. “Eu, por exemplo, recebo e envio peças processuais a muitos desses amigos que fiz em congressos. Afinal, conhecer os rostos ajuda muito.”

O segredo é gostar

Nos últimos anos, ocorre no evento o lançamento da Revista da ADVOCEF. Mais um item na lista de providências. “Para que a cerimônia tenha o brilho que se espera, é preciso pensar em muitos detalhes prévios”, nota Patrícia. Tradução: meses de trabalho. Todos absolutamente recompensados, conforme observação de Altair Rodrigues de Paula, presidente da ADVOCEF: “Nada deve ser poupado para garantir esse espaço onde os advogados da CEF debatem e decidem as questões mais importantes de sua vida profissional”.

Cumprida a programação do antes, é preciso cuidar para que tudo aconteça direito durante o evento, da chegada dos participantes à partida.

Precisa atenção o tempo todo, conta Patrícia. “Normalmente, somos os últimos a sair. No congresso de Belém, eu, o Altair, o Gilberto (Gemin da Silva, colega de Londrina) e a Tatiane (funcionária da ADVOCEF), depois que todos foram embora, ficamos fechando contas, verificando se estava tudo certo.” Quem não esteve lá deu suporte de Londrina, como o tesoureiro José Carlos Pinotti e as funcionárias Ivete e Thais.

O negócio é gostar do que se faz, explica Patrícia. “Partindo dessa premissa posso dizer que amo trabalhar e principalmente com esta equipe.”

O término do congresso não significa o fim da missão. “Quando voltamos, há a ata elaborada para revisar e divulgar e muitas, muitas novas providências para decidir.”

E é preciso não esquecer que todo o trabalho deve ser encaixado nas horas vagas do expediente da CAIXA.

(*) Quando foi feita a matéria, a sede da ADVOCEF ficava em Londrina/PR.
Publicado no Boletim da ADVOCEF de abril de 2007.

Ficou em sua lembrança também o evento de Goiás, em Rio Quente, “porque era muito bom ao final dos trabalhos sair e repousar naquelas águas modorrentas”.

O diretor jurídico Jailton Zanon destaca o congresso do Rio de Janeiro, em 2002, que ajudou a organizar.

“Tivemos muito trabalho, como sempre acontece nos congressos, mas o resultado foi bom. Os associados gostaram da organização.”

O congresso do Rio tem um significado especial para o advogado Jorge Paulo Schlemm Neto, integrante da Comissão

20 Documento

Tributo à ética

Homenagem da ADVOCEF à desembargadora Maria Helena Cisne Cid (*)

Destacadamente, queremos afirmar que nos sentimos mais seguros ante a figura da desembargadora Maria Helena Cisne Cid e muito honrados com a presença de V.Ex^a. em nosso congresso.

Repudiamos, de forma cabal e indignada, todas as violências de que V.Ex^a. tem sido alvo, como ameaças contra a vida e sequestros que pretendem atingir até familiares.

Nos declaramos marcialmente solidários, entoando em coro vivas e hurras ao trabalho empreendido por V.Ex^a. à frente da Corregedoria da Justiça Federal, que como um Cid, o Campeador, batalha contra os infiéis, pela ética, pela correção, pela integridade de um poder que só é reconhecido como tal quando sentido como a expressão própria da justiça como resultado.

Ante a violência crescente no cenário nacional, a concentração ilegítima da riqueza e a disseminação covarde da pobreza, há que se perseguir e acompanhar o etos exemplar da desembargadora, para reverter o sentido arriscado no caminho atual, cujos passos finais nos parecem iminentes, similar a outros casos na América, onde a corrupção

endêmica, acompanhada da traficância endinheirada dos ricos, está usurpando a cidadania de todos.

É um conforto lembrar de Maria Helena Cisne Cid, e de outros alicerces da nação e da vida pública do país, como pessoas especiais, consistentes, éticas, que expressam em atos, palavras e obras a imensurabilidade da grandeza humana, com toda a beleza que uma existência digna pode abranger.

E ainda se some a vitória da realidade frente ao preconceito, já que em torno da mulher representada por V.Ex^a. há um bem-vindo contingente, ocupando espaços, gerando fatos e dados de conteúdo consistente, de inestimável valor, de qualidade, de firmeza, do que é justo, encerrando os predadores da cidadania e mostrando o quanto melhores podemos ser, onde podemos ir e aonde podemos alcançar sob uma ótica muito mais humana e própria da mulher quando administra o que quer que seja.



■ Desemb. do TRF-2 Maria Helena Cisne Cid, homenageada no Rio de Janeiro, 2002

E naqueles momentos de lamentável viver, quando a dor nos acomete, quando presa das circunstâncias adversas que parecem ameaçar a crença no melhor destino, nosso espírito busca energia vital em exemplos cidadãos como o de V.Ex^a., para retomar o élan perdido.

Os advogados da Caixa Econômica Federal pedem a V.Ex^a. que aceite as nossas mais reverenciadas homenagens, a nossa solidária companhia em sua jornada e o nosso mais entusiasmado aplauso.

Texto do advogado Jorge Paulo Schlemm Neto, do Rio de Janeiro/RJ, lido no VIII Congresso da ADVOCEF, em 2002.

Organizadora. Na cerimônia de abertura, Jorge Paulo leu na tribuna um texto em homenagem à desembargadora federal Maria Helena Cisne Cid, então corregedora geral do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Foi uma demonstração de solidariedade, pois a desembargadora, hoje presidente do TRF-2, vinha recebendo ameaças por investigar irregularidades em sentenças judiciais.

Jorge Paulo lembra hoje que a motivação era de duas naturezas, destinadas à realização de um bom encontro:

“A primeira, a determinada ação da desembargadora ao enfrentar a corrupção; a segunda, afirmar a proposta dos advogados da CAIXA com a ética.”

Após a leitura, Maria Helena foi aplaudida de pé. Emocionada, disse que nunca havia recebido homenagem igual. Manifestou sua alegria em ver os advogados reunidos para discutir problemas relacionados com a Justiça.

“Temos muitos obstáculos neste nosso Brasil complicado e só conseguiremos resolver fazendo exatamente isso, nos reunindo, trocando ideias, tendo um agir ético.”

Jorge Paulo conta que, numa reunião reservada em seu gabinete depois do congresso, a desembargadora afirmou que gostaria que sua família pudesse ter assistido.

Foi um evento notável também para Éder Maurício Pezzi López (ex-CAIXA, atualmente advogado da União em Rio Grande/RS).

“Estava recém entrando na CAIXA – eu era um guri recém-saído da faculdade –, e foi muito marcante a acolhida dos colegas e o debate em torno de questões tão interessantes sobre a categoria.”

Tendo comparecido aos três últimos congressos (2010, 2011 e 2012), Jairdes Carvalho Garcia, de Ipatinga/MG, acha que o de Poconé/MT (2011) foi o mais importante, por ter marcado uma mudança de postura da ADVOCEF frente à administração da CAIXA e por ter se aproximado das instituições congêneres.



■ Congresso em Natal, 2004: anúncio de 300 novos advogados

“Também foi um congresso ‘pós-resaca’ da greve dos ‘100 dias’, onde pudemos pensar, sem arroubos, sobre nosso destino enquanto categoria, além de marcar a reaproximação ADVOCEF/Dijur. Fortaleza veio consolidar esse caminho, mostrando nosso amadurecimento e importância no cenário interno e externo à CAIXA.”

Para Jairdes, a tendência é que os próximos congressos sejam ainda mais produtivos, por existirem, cada vez mais, objetivos comuns e claros para todos.

José Irajá de Almeida tem boas lembranças do X Congresso, em Natal (2004), quando foi anunciada a contratação de 300 advogados, implementação de novas funções para os Jurídicos e a criação de novas Representações Jurídicas.

“Sem dúvida, o Jurídico da CAIXA e a ADVOCEF iniciavam uma nova fase.”

Impressiona a forma apaixonada nas discussões da pauta. As acaloradas defesas pró ou contra determinado ponto de vista dão a medida do engajamento dos colegas.

Nos congressos, iam aparecendo a força e a união da categoria. Imperava o sentimento de que, unidos, os advogados poderiam almejar muita coisa.

Antes das boas novas, porém, um acontecimento causou alvoroço logo ao iniciarem os trabalhos do primeiro dia. Naquele mesmo momento, em Brasília, a Polícia Federal invadia a sede da CAIXA em busca de pistas sobre os contratos da empresa com a GTech. Não encontrou nenhuma irregularidade, mas os policiais levaram computadores com informações estratégicas da administração. Meses depois, a própria PF isentou a CAIXA das acusações da época, por “não se ter configurado qualquer das condutas delituosas definidas na Lei 7.492/86” (crime de gestão temerária).

Os congressistas expuseram seu repúdio através de uma “Nota ao Público”, aprovada na assembleia e publicada no Correio Braziliense de 19/08/2004. Davi Duarte, que sugeriu a nota, lembra que a ADVOCEF foi a única entidade, na CAIXA, a adotar uma postura de protesto.

Dioclécio Cavalcante de Melo Neto, de Maceió, gostou do congresso de

Maragogi/AL (2007), o primeiro de que participou.

“Lá, foi possível aliar dever com diversão, num ambiente bastante agradável.”

É um dos preferidos também da 2ª tesoureira da ADVOCEF, Daniele Cristina Alaniz Macedo, pelos muitos assuntos polêmicos e votações disputadas. Ela aponta também o congresso de Aracaju, em 2009.

“Estávamos em greve havia muitos dias, aflitos e um pouco desgastados, mas sempre esperançosos quanto ao desfecho do nosso movimento paredista.”

Para Arcinélcio de Azevedo Caldas, de Campos dos Goytacazes/RJ, este se tornou o mais importante dos movimentos recentes da Associação.

“Foi emocionante”, confirma a 1ª secretária da ADVOCEF, Lenymara Carvalho.

“Na minha percepção, foi o momento em que a categoria se uniu, se fez realmente forte e mostrou a sua organização. Os dias de greve foram extremamente desgastantes e a mobilização diária em Brasília era marcada por vários momentos de incerteza, de dúvidas se agíamos certo ou não. Ao encontrar com os colegas de outras regiões percebe-

Documento

Nota ao público

A Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal - ADVOCEF, face ao excesso praticado por alguns integrantes da Polícia Federal, nas dependências da CAIXA, em Brasília, no dia 12-08-2004, vem a público REPUDIAR, com veemência, a forma acintosa dessa ação policial que, extrapolando decisão judicial, feriu a ordem jurídica e, portanto, afrontou o Estado Democrático de Direito, causando danos à imagem e à atuação operacional da Centenária Empresa Pública.

Ao mesmo tempo, PARABENIZA os Advogados que obtiveram, no próprio dia 12-08, ordem judicial determinando a imediata devolução do material indevidamente apreendido, bem como por terem adotado, nos autos do respectivo Procedimento, as providências cabíveis.

Brasília, 16 de agosto de 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CEF
ADVOCEF

Dr. Altair Rodrigues de Paula – Presidente.

mos que o sentimento era o mesmo, a mobilização era a mesma e que de fato estavam todos unidos. Naquele congresso foi possível perceber a importância de ser associado e do sentimento que é fazer parte da história da categoria dos advogados.”

Roberta Corrêa, do Rio de Janeiro/RJ:

“O congresso estava repleto – em proporção maior que a habitual – de expectativas, anseios, preocupações e embates acalorados. Nunca, como categoria, havíamos feito uma greve. E o movimento atingiu proporções nunca antes imaginadas, com forte adesão da maioria dos Jurídicos e Representações, que impressionou a CAIXA como um todo.”

Luciano Caixeta Amâncio:

“Houve grande união entre todos os associados. ‘Frangos e dinossauros’ (na gostosa denominação criada pelo querido Dr. Schmidt), gestores e geridos, aposentados e da ativa, todos em harmonia definindo os rumos que a ADVOCEF e a categoria queriam trilhar.”

Numa “provocação” espirituosa aos colegas do Jurídico de São Paulo, que em sua maioria não aderiram à greve de 2009, o pessoal de Ribeirão Preto distribuiu camisetas especiais aos paulistas grevistas. Os advogados desfilaram no congresso com a frase “Sou paulista mas faço greve” estampada no peito.

O congresso de Belém (2006), não sairá da memória da advogada Flávia Karrer, aposentada, por causa da filha, que a acompanhou. Nanaidê cursava o segundo ano colegial e não sabia que carreira seguir.

“Até então ela dizia que não queria ser advogada...”

No congresso, ela acompanhou os trabalhos em plenária, teve contato com as atividades desenvolvidas e conheceu diversos colegas jovens.

“No retorno, ela continuou a pesquisar a respeito de uma carreira a trilhar, mas o



■ Greve com bom humor: Antonio Kehdi, Sandro Chiaroti e Giuliano D'Andrea (hoje na Defensoria Pública de São Paulo), de Ribeirão Preto; Flávia Karrer e Cleucimar Firmiano, de Campinas; e Daniele Macedo, de São Paulo

‘bichinho’ do Direito já havia lhe contaminado... E ela olhou o curso de Direito com outros olhos. Neste ano de 2012 minha filha se formará em Direito. Este foi o maior legado que a ADVOCEF me deixou. É impossível esquecer aquele congresso e os olhinhos de minha filha ‘descobrimo’ nosso universo! Tenho muito a agradecer a todos os amigos que sempre me acolheram com tanto carinho e que formam o corpo de nossa Associação!”

Manoel Diniz Paz Neto:

“Embora cada congresso de que participei tenha ficado na lembrança, lembro com carinho do XII Congresso (2006), por causa de um conjunto de fatores: o local, a acolhida calorosa dos colegas do Jurídico de Belém e a pauta bastante produtiva.”

Admitindo “suspeição”, Liana Mou-sinho também gostou mais do congresso de Belém (integrou a Comissão Organizadora).

“Acho que o evento foi melhor do que eu e todos esperávamos, até porque, por ser Belém, as pessoas não vieram com muitas expectativas. Os colegas estavam com uma energia legal, contagiante. Gostaria de repetir o congresso em Belém, antes de me aposentar.”

Gostim de pão de queijo

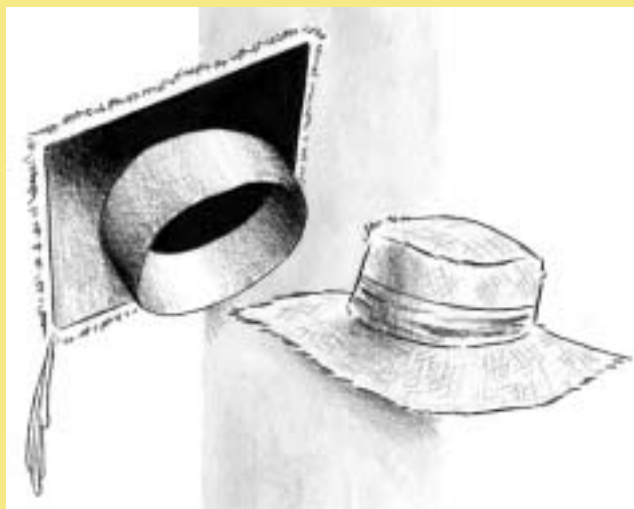
Francisco Spisla - Londrina/PR.

(...) É nesta hora que gostaria de usar outra palavra, conagraçamento, por exemplo. Mas não tem o mesmo colorido, o mesmo sabor, o mesmo peso. Isto porque o congresso anual, de certa forma, tornou-se a marca registrada da Associação, esperado ansiosamente por todos, se não apenas pelos profícuos resultados no encaminhamento dos interesses dos advogados da CAIXA, mas sobretudo pela grande oportunidade de conagraçamento (agora a palavra cai bem), de reencontro, de união, de apaziguamento da saudade (porque ela nunca vai embora), de lembranças e de fortalecimento.

Alguns podem não concordar com o que sinto, e criticar, como já ocorreu, principalmente porque nesta edição muitos mais amigos vão se reunir. Podem dizer que são gastos desnecessários e que todos estaremos pagando o turismo de alguns. Quem pensa assim, desculpe, mas quem dera que os setecentos e tantos advogados da CAIXA pudessem se reunir pelo menos uma vez por ano nem que fosse para tomar um refrigerante, uma cerveja, um vinho e participar de um jantar caprichado, isto é, comemorar e beberorar!

É claro que aqueles que só vão a congressos para fazer turismo e

não participam das sessões e debates devem ser objeto de repúdio por todos e devem responder perante aqueles que representam. Estes têm uma dívida ética, diria mais, moral com os demais associados. Mas negar que precisamos alimentar nosso companheirismo e nos-



sa união é desconhecer a força do encontro. Se a empresa não pode, ou não tem condições de possibilitar um encontro semelhante, por que abrir mão dessa oportunidade? Quem participou recentemente do encontro da área jurídica da CAIXA em Atibaia sabe do que estou falando.

(...) Não pretendo fazer as efemérides dos congressos, tarefa para aqueles com dom de historiador, mas ousar lembrar de alguns (participantes, não temam: nenhum fato fora dos anais oficiais será re-

gistrado!). Os primeiros, os mais cansativos e mais combativos: um grupo de advogados cheios de ideias, não sabendo exatamente o que queriam, com suas idiosincrasias, discutindo vírgulas, mas com um grande ideal na frente (grande turma!), primórdios que co-

incidiram com a defenestração do Collor; o de Recife, talvez um dos mais animados, contagiado que foi com a graça de Ariano Suassuna; o de Curitiba, um dos mais tensos, com um embate verbal entre um consciencioso colega e a alta chefia da unidade jurídica de então; o de Florianópolis, o mais chuvoso, pois caiu água nos quatro dias; o do Rio que celebrou os dez anos da

Associação; o de Caldas Novas, primeiro fora do circuito das capitais; o de Natal, onde foi empossada a primeira diretoria eleita por efetiva disputa eleitoral, inaugurando uma nova fase na democracia advocafeana; e, agora, o de Belzonte que, antes de começar, já deixou um *gostim* de pão de *quej*, dos de *leit* e *cachacim* da boa. *Inté lá!*

Trecho de crônica publicada no Boletim da ADVOCEF de agosto de 2005.

O advogado Rogério Rubim Magalhães diz que o primeiro congresso de que participou, em Curitiba (1996), foi significativo para sua trajetória na ADVOCEF, pois pôde constatar a garra e o comprometimento dos advogados da CAIXA.

“O de Florianópolis (2000) também, pois naquela oportunidade me opus a toda a categoria reunida no congresso que, ao término de um dos dias de trabalho, deliberava sobre o encaminhamento de uma carta manifesto para o equivalente hoje à Dijur, com termos, em minha opinião, um tanto quanto ofensivos.”

“O curioso da história é que no dia seguinte, durante o café da manhã, a despeito do acanhamento do espaço existente no restaurante, tive de tomar café sozinho em uma mesa enorme, sem que nenhum dos colegas se dignasse a me fazer companhia.”

“A disputa foi resolvida naquela mesma manhã com a alteração dos termos da carta manifesto, na qual se utilizou termos menos ofensivos e mais conciliatórios.”

O congresso de que o diretor de Articulação da ADVOCEF, Júlio Greve, mais recorda é o de Vitória, em 2008.

“Me impressionou, pra não dizer que me assustou, a forma contundente, apai-



■ Cezar Britto, em Vitória, 2008: primeiro presidente da OAB em congresso da ADVOCEF

xonada nas discussões dos temas da pauta, especialmente as polêmicas em torno das alterações propostas para o Estatuto da ADVOCEF. As acaloradas e frenéticas defesas pró ou contra determinada proposição davam bem a medida do engajamento dos colegas com os objetivos e o destino a ser traçado para a nossa Associação.”

O evento teve a presença, pela primeira vez, de um presidente do Conselho Federal da OAB, Cezar Britto.

Associação jovem e madura

5



■ Grupos de trabalho no XVI Congresso, em Gramado, em 2010

As palavras "jovem" e "madura" são compatíveis na opinião dos associados para definir a ADVOCEF, que completa 20 anos de existência e relevantes serviços prestados aos advogados da CAIXA. Mesmo ostentando currículo já vasto, segundo os entrevistados, a entidade se mantém em plena forma para novas conquistas.

Luciano Caixeta Amâncio, membro do Conselho Deliberativo:

"Apesar da pouca idade, a ADVOCEF é madura e sensata, características adquiridas ao longo de uma vida de trabalho e dedicação à categoria dos advogados da CAIXA. Não desanima nas adversidades nem arrefece nos ataques que sofre. Acumula vitórias e conquistas sem se acomodar, sempre olhando para frente. Todas essas qualidades fazem da nossa Associação a gigante que nós merecemos."

Lenymara Carvalho, 1ª secretária da ADVOCEF:

"Assim como me orgulho muito de trabalhar numa empresa como a Caixa Econômica Federal, que presta serviços de tanta relevância à população e ao país, me orgulho bastante de fazer parte da ADVOCEF, que tem se mostrado uma entidade muito madura e consciente da sua importância para os seus associados e para a própria empresa."

Antônio Xavier, do Conselho Deliberativo:

"Parabéns à ADVOCEF e a todos os advogados públicos, integrantes do corpo jurídico da Caixa Econômica Federal, por terem elevado a tão alto nível nossa instituição, ao longo desses seus primeiros 20 anos de existência, e que todos os seus propósitos sejam cumpridos ao longo dos próximos anos, nos quais teremos muitas outras conquistas e motivos para comemorar."

"Testemunhei, ao longo dos últimos seis anos, uma grande evolução da ADVOCEF, que acompanhou a evolução do próprio Jurídico da Caixa Econômica Fe-

deral, tendo ganhado cada vez mais projeção e destaque em sua atuação institucional, congregando advogados públicos em todos os estados da federação, na defesa de seus direitos e prerrogativas, no atendimento dos interesses dos seus associados, da própria CAIXA e da coletividade."

Prazeres Oliveira, de Recife, vê também hoje uma ADVOCEF respeitada, forte e atuante, transmitindo confiança e orgulho. Ela que, em alguns momentos, se preocupou com o seu futuro e temeu que fosse se desintegrar.

"Isso aconteceu nos dois últimos congressos que frequentei, quando percebi que alguns advogados estavam atacando seus próprios pares, esquecendo que a ADVOCEF é uma Associação de todos, do advogado mais novo e do mais antigo, do que exerce a mais alta função e do que não tem função nenhuma. Preocupei-me porque nenhum grupo, organização ou associação sobrevive se não estiver unido, coeso."

Prazeres diz que os ataques continuam acontecendo no Fórum, do site, mas isso não preocupa mais.

"A ADVOCEF demonstrou que é imune a essa tentativa de desagregação."

Mario Luiz Machado, de Brasília:

"Com o esforço de todos, hoje a ADVOCEF está estruturada e possibilita prestar um bom serviço aos seus associados e aos advogados que ainda não se associaram. Além disso, a ADVOCEF é uma



■ Participantes do VIII Congresso, no Rio de Janeiro, em 2002

referência no mundo jurídico nacional com a publicação de sua Revista de Direito."

Júlio Greve, diretor de Articulação e Relacionamento Institucional:

"Vejo hoje a ADVOCEF como uma verdadeira empresa, uma corporação que não só arrecada e rateia recursos financeiros para os advogados da CAIXA, como representa ativamente a categoria internamente, bem como perante os órgãos externos, em especial as entidades profissionais e sindicais."

Rogério Spanhe da Silva, de Porto Alegre:

"Vejo-a como uma entidade associativa que se encontra com bom nível de amadurecimento, mas ainda com bastante espaço para crescer e se aprimorar, seja na defesa das prerrogativas e condições de trabalho do advogado, seja auxiliando o seu desenvolvimento pessoal e profissional, como, por exemplo, na fixação exata e equilibrada de direitos e deveres."

Jayme Lima, aposentado da CAIXA em Curitiba:

"Duas décadas depois, a ADVOCEF tem credibilidade, é a efetiva representante dos advogados junto à direção da CEF, está estruturada e em constante aperfeiçoamento para recepção dos honorários e conta com o apoio de toda a categoria, mesmo dos que operam em oposição política. Não se discute mais a importância da ADVOCEF, ela é definitiva."

Com pouco menos de um ano de CAIXA e de ADVOCEF, o advogado Rômulo dos Santos Lima, de Teresina, já percebeu "a enorme representatividade da Associação não só para seus associados, mas também para os profissionais das carreiras semelhantes à da advocacia da CAIXA, que tomam a ADVOCEF como exemplo a ser seguido".

Há quatro anos na CAIXA (e na ADVOCEF), o advogado Augusto Cruz Sou-



■ Votação de propostas no XI Congresso, em Belo Horizonte, em 2005

za, dae Rio Branco, assiste a uma "visível valorização" da categoria. Sua impressão:

"Vejo-a como uma entidade de classe que possui maturidade. Tem uma ação institucional efetiva, representa bem seus associados e aparenta manter bom relacionamento com a CAIXA, posições estas difíceis de conciliar."

André Falcão de Melo, de Maceió:

"Penso que a imagem primeira que tenho da ADVOCEF, passados esses 20 anos, é de um projeto plenamente consolidado e vitorioso. Sua presença é notada e respeitada não apenas entre os advogados da CAIXA, mas também junto à própria administração da empresa."

Júlio Cezar Hofman, da mesma unidade:

"A ADVOCEF hoje é uma instituição consolidada e respeitada, cuja história está repleta de episódios que interferiram em muito na inegável evolução de nossas condições de trabalho e remuneração. Olhando para trás, acho difícil que boa parte das nossas conquistas tivesse ocorrido sem a participação da ADVOCEF."

"Tanto os episódios em que aparentemente saímos derrotados, quanto aqueles em que obtivemos expressivas vitórias,

A ADVOCEF tem credibilidade, está estruturada, é a efetiva representante dos advogados. Não se discute mais a importância da ADVOCEF, ela é definitiva.

as, formam o grande mosaico que nos levou a uma sensível melhora nas condições de trabalho e remuneração."

"O próprio fato de atualmente conseguirmos que nossas reivindicações sejam levadas à mesa de negociação sindical é uma grande vitória, alcançada pela ADVOCEF."

Júlio Cezar enaltece a contribuição de todos os que dirigiram a Associação, sa-

bendo que não é fácil conciliar as atividades com as da ADVOCEF.

"Pior ainda é agradar a todos, especialmente quando esse 'todos' é composto de advogados. A certeza que tenho é de que todos que dirigiram a ADVOCEF, em cada momento, guardadas as peculiaridades da situação da categoria perante a CAIXA, deram o máximo de si e contribuíram muito para a consolidação de nossas conquistas."

Depoimento

Como vejo a ADVOCEF

"A ADVOCEF é uma entidade forte, respeitada e articulada institucionalmente, possuindo voz ativa dentro da CEF e visibilidade no mundo político e jurídico."

(Alaim Stefanello, de Curitiba/PR.

Ex-representante da ADVOCEF. É membro do Conselho Editorial da Revista de Direito da ADVOCEF.)

"Sem dúvida, a ADVOCEF é uma entidade associativa forte, estruturada e reconhecida como um canal legítimo de discussões e conquistas."

(Alfredo Ambrósio Neto, um dos fundadores da ADVOCEF presentes em Brasília, em 15/08/1992.

Ex-integrante dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da ADVOCEF e representante em Goiânia/GO.)

"Vejo a ADVOCEF como uma jovem bonita, um corpo bem formado, graciosa, experiente, mas com muito ainda a aprender, exigente na medida certa. Assim, um bom partido para manter o casamento."

(Francisco Spisla, de Londrina/PR.

Ex-integrante do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da ADVOCEF.)

"Uma maravilhosa conquista dos advogados, que muito nos fortaleceu. Acredito que o advogado da CAIXA jamais teria o espaço e as condições de trabalho que desfrutamos na atualidade se não houvesse a ADVOCEF."

(Isabel de Fátima Ferreira Gomes, de Brasília/DF. Ex-integrante da Diretoria Executiva da ADVOCEF.)

"Acho que o que melhor posso dizer é que folgo saber de sua existência [da ADVOCEF], cada vez mais forte e ativa, na defesa de nossos interesses."

(André Falcão de Melo, de Maceió/AL.)

"Vejo a ADVOCEF como uma iniciativa exitosa, nascida da criatividade e do amor de um grupo de advogados que soube encaminhar uma ideia que tinha tudo para dar certo."

(Antônio Dilson Pereira, advogado aposentado da CAIXA em Curitiba/PR.)

"Forte, independente, com uma visão especial da importância do advogado para a CAIXA nos seus desafios diários."

(Jailton Zanon, diretor jurídico da CAIXA.

Ex-integrante do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da ADVOCEF.)

"Vejo a ADVOCEF como uma entidade madura, ciente dos seus atos e das suas consequências, profissionalizada e, em decorrência disso, objeto de credibilidade e respeito."

(Lenymara Carvalho, de Brasília/DF, 1ª secretária da ADVOCEF.)

"A ADVOCEF é uma associação sólida e reconhecida nacionalmente no meio jurídico, resultado do trabalho sério e comprometido durante todos esses anos."

(Roberta Mariana Corrêa, do Rio de Janeiro/RJ.)

O progresso da ADVOCEF mostra exatamente isso, concorda a advogada Liana Mousinho, de Belém: o comprometimento extremo de cada um dos que participaram da administração nesses 20 anos. Liana parabeniza todos, nominando Davi Duarte ("por quem tenho imenso respeito e admiração") e Carlos Castro e sua equipe ("que vêm fazendo um excelente trabalho").

Júlio Greve:

"Eu acrescentaria que, se a ADVOCEF, nesses 20 anos de existência, tem uma cara, essa cara é a de Davi Duarte, que participou ativamente da sua fundação e, durante todo esse tempo, sempre ocupou papéis de destaque, inclusive por duas vezes a presidência da entidade e pelo mesmo número de vezes, ou mais, a presidência do Conselho Deliberativo. Eu diria mais: Davi Duarte é 'o cara' da ADVOCEF."

Fabiano Jantalia, ex-advogado da CAIXA, atualmente procurador do Banco Central, em Brasília, diz também o que pensa:

"A ADVOCEF tem uma capacidade incrível de enfrentar seus desafios e resolver suas questões internas. Além disso, desenvolveu uma estratégia de articulação política e institucional muito eficiente. Hoje, a entidade é muito mais do que uma mera distribuidora de honorários. É um instrumento de congraçamento e de união em prol de causas relevantes para a carreira."

Flávia Karrer, advogada aposentada da CAIXA, de São José dos Campos/SP:

"A nossa Associação efetuou conquistas que efetivamente não sonhávamos à época da fundação. As necessidades dos advogados se tornaram muito distintas neste íterim e a ADVOCEF conseguiu crescer, amadurecer e buscar os objetivos dos associados diuturnamente, se consolidando como forte e leal representante dos verdadeiros anseios de seus representados. Os problemas que surgiram foram todos enfrentados e, grande parte, so-



■ Reunião de trabalho no XIII Congresso, em Maragogi/AL, em 2007

lucionados com muito profissionalismo e união entre nós."

Na CAIXA desde outubro de 2005, a advogada Maria Rosa de Carvalho Leite Neta, atual diretora de Prerrogativas da ADVOCEF, atesta que nesse período a Associação cresceu muito, principalmente depois da greve e da presidência de Carlos Castro.

"Esse último congresso [Fortaleza, 2012] mostrou muito isso. Nossa Associação está mais atuante, mais requisitada e mais importante para os associados. Acho que ela está no caminho certo, está consciente de que pode se tornar uma das maiores e mais respeitadas associações



■ Votação de propostas no XIV Congresso, em Vitória, em 2008



■ Cerimônia de abertura do XV Congresso, em Aracaju, em 2009

de classe, dentro do cenário jurídico brasileiro."

Cláudio Castim, de Natal, considera que a atual administração vem desempenhando com eficiência o papel da ADVOCEF, que é o de unir os advogados da CAIXA e se fortalecer institucionalmente, assegurando a representação dos seus associados administrativa ou judicialmente. Tudo isso sem perder de vista a sua colaboração com a sociedade.

Como o advogado Manoel Diniz Paz Neto, de Curitiba, vê a ADVOCEF:

"Como um canal de comunicação entre os advogados empregados e a empregadora CAIXA; como um instrumento de luta e defesa da categoria; como o órgão oficial que representa institucionalmente

os advogados da CAIXA perante terceiros; como uma espécie de 'ouvidoria' dos seus associados e, principalmente, sinto que ela nos sorri mensalmente quando credita em nossa conta os honorários de sucumbência."

Manoel Messias Fernandes de Souza, de São Paulo:

"Vejo a ADVOCEF como entidade genuinamente corporativa, que tem se esforçado para cumprir a missão assumida perante os seus associados, máxime o papel defensivo e negocial. Do ponto de vista da defesa dos interesses dos advogados da CEF, tenho observado que a entidade, em face de sua legitimidade, não tem se esbarrado em muitos obstáculos."

"O problema fica por conta da questão negocial, uma vez que, inobstante a luta pela criação da carreira de Procurador de Empresa Pública Federal, até o momento sem êxito, ainda somos considerados bancários, o que, a meu ver, tem obstaculizado a atuação da ADVOCEF."

"Porém, vislumbro possibilidade de avanços nesse aspecto, já que a entidade, mediante a maximização do seu papel defensivo e atuando institucionalmente junto à AGU, poderá conseguir a tão sonhada regulamentação da carreira, o que trará reflexo óbvio no papel negocial perante a CEF/governo."

Jorge Paulo Schlemm Neto, advogado aposentado do Jurídico do Rio de Janeiro, acha que os associados ainda não perceberam a dimensão e potência da instituição. Ele pensa especialmente no desenvolvimento de projetos "para oferecer alternativas mais consonantes com os interesses da CAIXA, no sentido de aperfeiçoar as condições de nosso trabalho. Podemos muito mais do que temos feito".

O que diz hoje o primeiro presidente, José Gomes:

"A ADVOCEF é a semente boa que foi plantada em terra fértil; cresceu vigorosa,



■ Ex-presidentes da ADVOCEF reunidos no congresso de Maragogi/AL, em 2007, com o então presidente Altair Rodrigues de Paula (no centro): Luis Fernando Miguel, Alberto Cavalcante Braga, Darli Bertazzoni Barbosa e Davi Duarte

deu, dá e certamente continuará dando bons frutos. Esclareço que terra fértil aqui significa o conjunto dos advogados ávidos por uma entidade que pudesse defender os seus interesses junto à CEF e não o momento de sua criação, que era extremamente desfavorável. Aliás, poucos acreditavam que a nossa Associação conseguisse 'deslanchar' e muito menos que um dia atingiria a maioria.

Para o terceiro presidente, Alberto Cavalcante Braga, a ADVOCEF é uma instituição amadurecida, que conseguiu alcançar seus objetivos graças à qualidade profissional dos seus associados.

"Nossos atuais dirigentes associativos souberam como nenhuma outra gestão imprimir uma agenda de discussão política de extrema relevância para afirmação da nossa ADVOCEF como entidade indis-

20 Documento

Os curingas da CAIXA

A maior prova da importância da área jurídica da CAIXA para o país é que a União tem confiado a esses profissionais algumas das mais importantes defesas da advocacia pública. A afirmação é do presidente da ADVOCEF, Carlos Castro, comentando a participação dos advogados na comemoração dos 150 anos da CAIXA, em 12/01/2011. Veja trechos da entrevista concedida à ADVOCEF em Revista de janeiro de 2011:

"Os advogados sempre atuaram como curingas na nossa empresa. Acredito ser a área mais requisitada da CAIXA, até porque ao longo da nossa história é comum os administradores de todos os segmentos gerenciais ouvirem o opinamento dos advogados."

"Sempre ouvi falar que no passado os advogados da CAIXA tinham muito poder porque decidiam. Hoje acredito que estamos vivendo outro momento, em que atuamos como profissionais do Direito e auxiliamos os administradores nas suas tomadas de decisão."

"Também tem sido de suma importância a defesa em juízo da instituição, quando, através de peças bem fundamentadas e elaboradas pelos nossos companheiros, tem-se impedido grandes prejuízos à empresa e à nação."

"Tenho repetido que nas mãos dos advogados da CAIXA a União tem depositado algumas das mais importantes defesas da advocacia pública. Essa é a maior prova do compromisso do quadro jurídico para com a nossa empresa e o povo brasileiro."

"Em termos comparativos com a advocacia privada, não conheço maior e mais preparado escritório de advocacia de abrangência nacional. E contamos ainda com um grande diferencial, de termos sido aprovados em concurso para o cargo."

"A CAIXA é hoje a que sempre defendi, uma instituição pública por excelência, reconhecida e respeitada, chegando a atuar com sucesso como reguladora de mercado, a exemplo do que ocorreu com a última crise econômica mundial gerada pelos Estados Unidos."



■ Carlos Castro: a área jurídica é a mais requisitada da CAIXA

"A ADVOCEF foi criada num momento crítico da nação, onde a privatização era a palavra de ordem. Nesse contexto, a nossa Associação foi instituída não só para a defesa dos nossos interesses enquanto advogados da CAIXA, mas principalmente para defender a nossa secular empresa, que ao longo da sua existência vem prestando relevantes serviços ao país e ao povo brasileiro, em especial aos menos favorecidos."



■ Presidentes da CAIXA, Jorge Hereda, e da ADVOCEF, Carlos Castro, com integrantes do Jurídico em evento dos 150 anos, em janeiro de 2011

pensável no debate sobre as carreiras de advocacia do estado."

Gisela Morone, vice-presidente em 1995:

"A ADVOCEF cresceu, profissionalizou-se, é muito respeitada. E assim deve manter-se. Persistir na defesa dos interesses dos advogados, dos seus associados, mas nunca perder o equilíbrio dessa defesa e a razão de ser de um quadro jurídico da CAIXA."

Seus votos para a ADVOCEF:

"Desejo muito que a Associação tenha sucesso em seus pleitos. Mas que ela tenha também bastante bom senso ao fazê-los; não deve pedir o impossível pensando em obter o razoável; deve pedir o que seja de direito, fundado em bases concretas, e ter plena vitória nesses pedidos."

A opinião de Davi Duarte, presidente em 1996 e 2008:

"A Associação está mais forte, mais estruturada e, pela dedicação de muitos, influenciando no cenário cultural nacional, com projeção de seus associados no Judiciário, no cenário literário-técnico-jurídico, no campo político e junto à OAB, em diversos estados. Estamos mais fortes e mais confiantes. Podemos fazer muito pela CAIXA, pelo Brasil e, consequentemente, por nós também."

Para Darli Bertazzoni Barbosa, presidente em 2002 e vice em 1996 e 2000, a ADVOCEF hoje está muito organizada. Em seu tempo, diz que tudo exigia sacrifício e, às vezes, até o deslocamento de colegas para reuniões em Brasília era custeado com os recursos de cada um.

"Para diminuir esses gastos, nós do Paraná nos unimos aos colegas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para mandar um só representante."

Altair Rodrigues de Paula, presidente em duas gestões, de 2004 a 2008:

"A ADVOCEF evoluiu de forma fantástica em todos os aspectos. Hoje se apresenta como uma entidade forte e reconhecida nacionalmente, com amplo trânsito junto à administração da CAIXA, Contec, OABs regionais e nacional."

Altair fala da importância da atuação da ADVOCEF na defesa da categoria, tanto coletivamente quanto em episódios pontuais, colhendo frutos relevantes em benefício de todos os advogados do quadro. Isso traz tranquilidade, ressalta.

"Hoje temos a quem recorrer quando os nossos direitos são aviltados."

O atual presidente, Carlos Castro, reeleito para 2012-2014, lembra que entre as causas da fundação da ADVOCEF estão a defesa da CAIXA e o fortalecimento da categoria. O sucesso foi alcançado:

"Ao longo desses 20 anos de fundação, a ADVOCEF mais que triplicou o número de associados, amadureceu e se firmou no cenário jurídico nacional como uma associação forte e respeitada. Para isso, muitos dos nossos dirigentes foram obrigados a buscar os necessários e fortes embates com a administração da CAIXA, que nos serviram até como crescimento e aprendizado."

Do ponto de vista da história, o que representam 20 anos para uma entidade como a ADVOCEF? A pergunta é feita à historiadora Elizabeth Torresini, autora da obra "Advocacia na Caixa Econômica Federal - Trajetória de 150 Anos", editada pela ADVOCEF e lançada em junho de

2011, no congresso de Poconé/MT. Elizabeth responde:

"A conquista da solidez é uma marca importante da ADVOCEF. Ela provém do exercício que começou na própria fundação da CAIXA. Acredito que a ADVOCEF nasceu em razão desse exercício e da experiência secular que os advogados adquiriram na administração da CAIXA. Com isso, fundaram, em 1992, uma associação sólida, com princípios definidos e embasados no desejo de continuar atuando em defesa da instituição e da sociedade. Por ser uma herdeira importante da história, a ADVOCEF decidiu comemorar os 150 anos da CAIXA escrevendo um livro de registro dessa longa 'parceria histórica'".

Eu e a ADVOCEF

6



**A relação especial do advogado da CAIXA
com a ADVOCEF**

O futuro do passado



Francisco Spisla - Londrina/PR.

Sentei-me à mesa pela manhã para saborear o café que agora preparava todos os dias. Só. Todos ainda dormiam. Ultimamente dei de acordar muito cedo. "Coisa de velho", disse minha esposa. "Coisa da idade," defendi-me imaginando uma sutileza que não fazia muito sentido. Mas a verdade é que o peso dos anos já me faz sentir diferente, estranho. E quando me sentei foi mais estranho ainda.

O dilúculo apontava no horizonte visto da porta envidraçada da cozinha. Mas o tempo mostrava chuva, com nuvens pesadas e escuras que gladiavam com a claridade. Chamou-me a atenção que em cima da mesa, ao lado da garrafa térmica, estava uma revista da Associação dos advogados da CAIXA, ainda dentro do plástico, com meu nome na etiqueta. Não lembrava de tê-la trazido, nem daquela capa, comemorativa de vinte anos de sua fundação. Dei de ombros, reputando como mais uma estranheza da idade: fazer as coisas insignificantes e não se lembrar de tê-las feito. Levantei-me para ir buscar o leite na geladeira.

Ao abrir a porta levei o maior susto. Surgiu de dentro dela um homem nu em pelo, que foi me empurrando e logo falando:

- Ah, obrigado, não aguentava mais ficar aqui congelado todos esses anos. Ainda bem que você percebeu que estava na hora de me soltar para a gente conversar.

Eu fiquei boquiaberto. Não conseguia pensar em nada. O que era aquilo? Eu estava ficando louco? Era algum tipo de sonho? Ou melhor, pesadelo? O que estava acontecendo? Um homem pelado saindo de dentro de uma geladeira, na minha

casa? Meu coração estava batendo descompassado, acelerado; minha respiração curta e intensa.

- Calma, rapaz! - falou aquele ser estranho. - Respire fundo! E feche esta porta que está ficando frio. Vamos sentar que já lhe explico tudo - tomou-me pela mão e me conduziu à cadeira, onde me acomodou com leves tapas nas costas. - Você não está ficando louco, nem está tendo alucinações. Apesar de que, de certa forma, eu sou uma. Mas fique tranquilo. Sou da paz, sou do bem. Mas que atrapalhado e mal educado sou eu! Nem me apresentei. Deve ser dessas coisas de velho, como alguém já lhe falou, não é?! - e me deu uma piscadela.

Eu não tinha me recomposto. Ainda me sentia como quando fui pular para agarrar um galho em uma árvore para mostrar ao meu filho como se subia nela só com impulso, mas o maldito quebrou e eu caí de costas e fiquei ofegando e puxando o ar como se estivesse me afogando. E era essa mesma sensação. Naquela hora, algo oprimia meu peito e eu arfava como um asmático.

- Nossa, você tá feio mesmo; tá pálido! - ele percebeu antes de terminar a apresentação. - Tome um pouco de água.

Peguei a moringa e enchi um copo com dificuldade, derrubando água porque minhas mãos tremiam. Depois de uns goles vagarosos, e procurando respirar mais compassadamente, de repente a situação foi voltando ao normal e eu, num rompan-te, me exaltei e gritei, com o instinto de sobrevivência e de segurança da minha manada, aflorando:

- Quem... - me dei conta de que poderia acordar todo mundo e colocá-los em

perigo frente àquela criatura estranha, além de ser impossível explicar à minha esposa o que eu estava fazendo àquela hora da manhã com um homem pelado na cozinha. Diminuí a voz falando com certa raiva, apertando os dentes - ...Quem você pensa que é para entrar assim na minha casa?

Um pouco mais calmo, pude observar melhor aquele ente, ou o que quer que fosse. Parecia de carne e osso, normal, mas havia algo de fluido, como se não fosse real. Cãs raleadas em toda a cabeça, apresentava rugas acentuadas ao redor dos olhos e nas faces, e a pele mostrava-se manchada em alguns pontos do rosto. Uma pessoa idosa. Mas tinha, ainda, uma jovialidade que transparecia nos olhos e um corpo que se mostrava até bem conservado e, na medida da idade, atlético.

- Pois é, eu estava me apresentando... Meu caro eu! Eu sou seu passado no futuro, nu e cru! - e riu.

- O quê? Eeeeeuuu? - gaguejei assustado. - E por que está assim, pelado? - interrompi-o procurando não falar muito alto.

Aí baixei a guarda, e me deu um nó na cabeça. De repente percebi que realmente era muito parecido comigo. E quase acreditei que fosse verdade. Eu do passado no futuro? O que seria isso? Viagem no tempo? E a geladeira era a máquina de transporte?

- Olhe! Não tenho muito tempo porque logo todos vão acordar e não sei como você vai lhes explicar essas minhas, suas, vergonhas de fora - deu um sorriso malicioso. - Não vou explicar as metáforas e parábolas. A minha missão é simples. Estou somente cobrando participação de você.

- Participação? No quê?

- Está vendo esta revista aí na mesa? Pois é, eu que a fiz chegar, antes de mim, para economizar tempo - peguei-a. - Não, não abra agora! O que vou lhe dizer é muito importante.

- Mas eu quero entender...

- Não precisa tentar entender nada. Só vou registrar. Há o passado, e há o futuro. No passado, há uns vinte anos não estávamos naquela foto do dia quinze de agosto, naquela passeata ao lado daquele cara nu da cintura para cima.

- Era o Bernardo - interrompi-o - um dos combatentes.

- Pois é! Queria ter sido parte mais atuante e concreta da história. Mas o tempo era difícil para muitos. Por isso que eles têm registro como heróis, porque acima de tudo conseguiram montar uma entidade respeitável e forte.

- Mas e daí, o que tenho a ver com isso?

- E é aí que falo do futuro. Se ela é respeitável e forte, tem de ser longeva. E é aí que entro.

- É, entrou mesmo, mas não precisava me assustar desse jeito - ainda estava achando aquilo tudo estranho. Apesar de estar satisfeito em ver que não ficaria decrépito, se realmente fosse eu.

- Se ela conseguiu vinte anos com aqueles heróis, então temos de despertar outros, novos para esse mister.

- Mas que quer que eu faça? Estou numa fase da vida em que o ânimo não costuma visitar com frequência. E eu? O que vou fazer sozinho?

- Você não está sozinho. Hoje, nos mais diversos rincões desse Brasilão, todos aqueles, pais e mães dessa Associação, estão recebendo as visitas de seus passados no futuro, nus e crus como eu, homens e mulheres. Para lembrar que a chama daquilo que um dos presidentes certa vez falou ser a "soma de energia e dedicação, de esperança, de solidariedade, de realizações, conquistas e revezes" deve ser avivada pela comemoração desses vinte anos, para que os novos heróis possam mantê-la viva e atuante, e que sua velhice seja sempre sua força.

- Tá, e daí?

- Ora, meu caro. No seu, no meu caso é fácil! É só lembrar, é só falar, é só participar, é só escrever...

- Escrever o quê?
- Você vai descobrir... - e dizendo isso se virou e abriu a geladeira. De costas para mim, vi a pinta acima da nádega esquerda. Era eu! Sumi para o futuro naquela nuvem fria que sai quando a porta é aberta.

Ainda embaçado com aquilo, rasguei sôfrego o plástico da revista e, folheando, encontrei um texto meu que não lem-

brava ter escrito, pelo menos até aquele momento.

Minha esposa chegou sonolenta, perguntando:

- Você estava falando com alguém?

- Não... - vacilei. Procurava uma desculpa. Resolvi ser sincero. - Falava comigo mesmo.

- Hã!

- É! Coisa de velho!

A criação de um sonho coletivo



Estanislau Luciano de Oliveira - Brasília/DF.

Dado o momento festivo, vinte anos da ADVOCEF, evitaremos tragédias, como nas óperas. Também porque a ADVOCEF é um coletivo e, para não cometer injustiças, vamos nos furtar às identificações dos valorosos associados.

Saí da Cemig, onde adentrei por concurso público de 1986, para ser admitido na CAIXA, em 09/11/89, como escriturário. Era recém-formado no curso de Direito na Universidade Federal de Uberlândia, turma de junho de 1989, não havia tirado a carteira da OAB, nem tinha pretensão de advogar.

No Brasil, a democracia engatinhava.

A Constituição Federal de 1988 mal completara o primeiro aniversário, era virgem de emendas. O presidente da República era o vice do Tancredo, eleito de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, criação do regime de exceção estabelecido pelo golpe de 1964.

Para ilustrar o "Estado de Direito" de então, vejamos uma historinha da época: um jovem servia o Exército no Distrito Federal no posto de cabo e lá recebeu uma intimação para comparecer ao Palá-

cio do Buriti para responder a uma ação de investigação de paternidade. Pediu licença ao seu comandante para ir à audiência, mas recebeu ordens para não comparecer ao Tribunal. A ação foi extinta sem instrução e sem consequências para o militar.

Mas os ventos eram de mudança. A esperança, que nada mais é que o futuro visto pelas lentes do desejo, brilhava em nós.

No Dissídio Coletivo de 1989, o então Tribunal Federal de Recursos havia determinado à CAIXA que implantasse o Plano de Cargos e Salários já aprovado pela empresa, mas ainda sob análise dos órgãos de controle.

Esse Plano aprovado pelo Poder Judiciário repetia a forma de ascensão do cargo de Escrivão para os cargos profissionais: concurso interno, a despeito do que previa o art. 37 da CF/88.

Vivenciávamos uma transição do Estado de Exceção para o Estado de Direito. Hoje ainda não temos uma democracia plena, perfeita, mas naquele período, se tínhamos de um lado o raiar de um novo tempo, víamos de outro as sombras de

uma época obscura que teimava em nos acompanhar.

Meu curso de Direito refletia aquilo tudo. Eram aulas expositivas, nas quais tomávamos conhecimento das normas vigentes. Direito Constitucional não fazia parte do currículo. Pensar era uma coisa perniciososa. Formei-me antes da entrada em vigor da Lei de Licitações e Contratos e do ECA. Nem se falava em direito do consumidor e o Código Civil era o de 1916.

O curso não me despertou a vocação advocatícia.

Almejava ser caixa na CAIXA e não foi fácil, era uma atividade valorizada e disputada. Realizei esse projeto em julho de 1991, mas o meu relacionamento pessoal com a administração da agência e da superintendência estava desgastado e o ambiente profissional não me era favorável, razão pela qual optei, apesar da perda salarial que teria, por participar do certame interno para compor o quadro de advogados da empresa, aberto em 1992.

Dediquei alguns meses ao estudo, na ocasião. Minha esposa estava grávida e veio a dar à luz em 22/06/1992. À noite, após o trabalho, ela ia para a casa de minha sogra para que eu estudasse.

Quando saiu a minha aprovação para o cargo, procurei o chefe do Jurídico de Uberlândia, Dr. Auro, pessoa de gentileza ímpar, que me informou sobre a posse em 13/10/1992, quando eu deveria apresentar minha carteira da OAB, aquela que não quis tirar em 1989, por não encontrar minha vocação de advogado.

O jeito foi correr atrás. Inscrito para a prova na OAB/MG, que seria realizada em Uberlândia, com reconhecido grau de dificuldade e baixo índice de aprovação dos candidatos, também fiz inscrição para uma prova junto à OAB/AC. Fui aprovado pela OAB/MG, mas a solenidade de entrega das carteiras estava agendada para acontecer só em dezembro de 1992.

Um conselheiro da Ordem em Belo Horizonte, egresso da CAIXA, sabendo do

meu caso por intermédio de colegas da CAIXA, se prontificou a tomar meu juramento e entregar a carteira a tempo da posse.

Assim comecei meu estágio probatório de um ano em 13/10/1992.

Dos oito aprovados para o Jurídico de Uberlândia, apenas sete tomaram posse. Teve um colega que desistiu para ocupar a função de supervisor que lhe ofereceram na agência. A advocacia na CAIXA não era uma carreira almejada.

Na recepção, o Dr. Auro falou da recém fundada associação de advogados e sugeriu-nos a adesão.

Parênteses: havia participado da greve dos economiários de 1991, julgada ilegal pelo TST, com demissões de empregados, posteriormente readmitidos.

O ato de se associar a uma entidade de classe, apesar de não mais existir repressão explícita, não era apenas um ato de defesa de classe, era também um ato político de valorização de instituições capazes de garantir as recentes conquistas democráticas. Salvo engano, todos nós nos filiamos à ADVOCEF.

Além do aspecto político implícito no ato de nos associarmos, havia o custo financeiro: a receita da Associação advinha exclusivamente da contribuição de seus associados.

Foi assim, meio por acaso, com sonhos vagos, que acabei como advogado da CAIXA e associado da ADVOCEF, do que muito me orgulho.

Não tinha um projeto para construir na Associação, até por não conhecer bem a carreira, mas tinha uma família para criar, valores morais para defender e afinidade com os colegas: nós éramos uma classe, a classe dos advogados. Não pensávamos ainda em honorários (os honorários da sucumbência eram da CAIXA), mas vivíamos um sonho de criação coletiva.

A ADVOCEF foi uma Associação criada num momento de transformação da CAIXA e da sociedade brasileira.

No concurso de 1992 o quadro de advogados da CAIXA dobrou, ficando em torno de 700 advogados para cuidarem, apenas com livros, canetas e máquinas de datilografia, sem informática, de uns 100 mil processos e as demandas administrativas não mensuradas.

A renovação do quadro de advogados permitiu o fortalecimento da Associação recém-criada, com adesão massiva dos novatos e criação de um espaço para, a par dos projetos da empresa, discutir a carreira dos advogados na CAIXA. Não havia uma pauta de reivindicações da categoria consistente, nem uma estratégia clara de defesa de nossos interesses, mas caminharíamos para isso.

Os advogados enfrentavam problemas dentro da CAIXA, não eram valorizados. No início de 1992 a função de um caixa executivo, para cujo exercício não era exigido curso superior, era mais bem remunerada que o cargo de advogado da empresa. Sei, porque exerci a atividade, que ser caixa é um trabalho árduo, desgastante e de extrema importância para a CAIXA, mas se um caixa executa mal o serviço, no máximo terá uma diferença para apurar no fim do expediente; já um advogado que atuar com desleixo em um processo pode levar a empresa à falência.

Ao longo dos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique foi implementada na CAIXA uma administração inspirada pelo liberalismo inglês, à la Margaret Thatcher. Fato ilustrativo dessa política se deu por volta de 1998, em uma reunião na Matriz, com os cerca de 15 advogados que lá atuavam. O administrador ao qual a unidade estava subordinada, um engenheiro - o Jurídico era vinculado a uma vice-presidência -, informou que o projeto da CAIXA não era ter um grande escritório de advogados, era ser um grande banco comercial. Se tínhamos sonho de fazer carreira de advogados, deveríamos procurar outras praias.

Em vista de tal degradação da relação de trabalho do advogado empregado com a empregadora CAIXA, evidente que se justificou a fundação da Associação, ainda que não se vislumbresse no primeiro momento os meios e os modos de atuação da entidade, para valorizar seu associado.

Como dito, lançamo-nos numa empreitada sem mapas e sem destinos predeterminados. Mas desenhamos nossos mapas no dia a dia, construímos nossos destinos a cada passo. Nossa caminhada trouxe-nos até aqui.

Hoje somos uma Associação modelo, com recursos, respeitada, fruto do trabalho de todos os seus associados e orgulho dos visionários que a fundaram.

Já no primeiro congresso, realizado em Brasília em 1995, com custos bancados pelos associados, conseguimos a participação dos administradores da área jurídica da CAIXA e o debate foi caloroso: a ADVOCEF e a CAIXA se falavam frente a frente e começaram a construir uma relação que só poderia ser vantajosa para ambas.

A decisão de fazermos congressos itinerantes, levando os advogados a cada canto do país, é uma demonstração acertada de mostrar o tamanho da Associação: é nacional, é nossa missão e objeto de nossa predileção enquanto exercermos a advocacia nesta instituição financeira.

Sinto-me entristecido por minha ausência em alguns dos congressos realizados, quando perdi a oportunidade de crescer no contato com meus colegas, como foi o caso do evento realizado em Florianópolis. Agora, espero participar do próximo que lá irá se realizar.

A ADVOCEF não é a soma simples de associado por associado. É muito, muito maior. Sobreviverá à nossa transitoriedade pela empresa ou à nossa aposentadoria nela.

Somos advocefianos com orgulho, satisfação, por opção.

Sonho quase impossível



Arcinélío de Azevedo Caldas - Campos dos Goytacazes/RJ.

AADVOCEF, hoje, representa o que há de melhor na advocacia pública do país. Congrega uma casta de advogados públicos, preocupados não só com a sua carreira, mas, principalmente, com o mister da profissão em prol das ações governamentais voltadas para o povo brasileiro.

Os advogados da CAIXA, em 1992, em reduzido número, imbuídos dos princípios de integração, unidade e valorização profissional, num arroubo de esperança, levaram avante a ideia de tornar realidade um sonho quase impossível.

Lembro-me de, numa tarde fria e chuvosa, quando retornei da comarca de Nova Friburgo, onde fora cumprir carta precatória de uma das varas federais do Rio de Janeiro, ter sido abordado, no Jurídico estadual, pelo colega Dr. Jorge Paulo, para assinar instrumento de mandato outorgando ao Dr. Pardaul os poderes de nos representar na assembleia de discussão e votação de projeto do estatuto da ADVOCEF.

Na reunião assemblear ocorrida na Capital Federal, vingou a ideia, prosperou a luta, realizou-se o sonho!

Nesses vinte anos de existência profícuca e arrebatadora, prestes a completar a maioria e receber as chaves de sua morada, a ADVOCEF traduz para todos nós, associados, a concretização da força de propósitos.

Dentre as realizações, nesses 20 anos de vida intensa, além do direito ao recebimento dos honorários de sucumbência que forra nossa burra e alivia o bolso, parte mais sensível do corpo humano, ressalto a luta pela implantação de um PCS isonômico; a valorização da carreira profissional por meio de reivindicações à empregadora como forma de evitar a defasagem salarial e a consequente perda em seu quadro profissional de valorosos advogados; enfim, a incessante busca patrocinada pela ADVOCEF, de destacar e conscientizar o seu associado como parte importante e imprescindível no avanço e aprimoramento da empresa pública Caixa Econômica Federal.

Como a semente foi plantada



Bernardo José Bettini Yarzon - Campo Grande/MS.

No início dos anos 90 a situação dos advogados da CAIXA era calamitosa: excesso de serviço, falta de estrutura, poucos advogados, e o principal: salários aviltantes.

Chegamos ao ponto de nós, os advogados da CAIXA, formados em curso superior, aprovados em concurso específico, com pro-

curação para defesa da CAIXA, ganharmos menos que qualquer detentor da menor função de confiança existente no plano de carreira da CAIXA na época. Ou seja, a função de Caixa Executivo, a qual não exigia nenhum pré-requisito para sua investidura e era de livre nomeação dos gerentes. A insatisfação era geral.

Em dezembro de 1991, durante a realização de um curso de atualização em Direito em São Paulo, eu, o Dr. Renato Soares Dias e outros colegas advogados de outros estados que lá estavam, em uma conversa informal com o professor e juiz Antonio Carlos Marcato, transmitimos a ele nossas aflições e recebemos o conselho de criação de uma associação de advogados, a qual, segundo ele, teria legitimidade e força para lutar por nossas reivindicações.

Naquela noite, após jantarmos, andando pela Avenida Paulista em direção ao nosso hotel, fomos trocando ideias, traçando planos, estratégias, e também estudando os cuidados que deveríamos ter para a criação da nossa Associação.

A partir daí a semente germinou: Dr. Renato e colegas do Jurídico do Paraná elaboraram a minuta do Estatuto da Associação e começamos a fazer contato com os advogados da CAIXA espalhados pelo Brasil.

Tomamos conhecimento de dois outros movimentos também para criação de uma associação de advogados da CAIXA. Um encabeçado pelos advogados de Brasília, Dr. José Gomes Matos Filho à frente, e outro pelo superintendente da CAIXA na cidade de Bauru/SP.

Eu e o Dr. Renato entramos em contato com o superintendente da CAIXA em Bauru e nos pareceu que aquela seria uma associação pelega, que estava sendo criada apenas para dividir e enfraque-

cer o movimento, pois o empregado que encabeçava o movimento nem mesmo estava lotado no Jurídico da CAIXA.

Eu e o Dr. Renato entramos, então, em contato com os colegas de Brasília e pedimos que juntássemos nossas forças e, então, criássemos uma só associação, forte e representativa.

Fomos atendidos e, graças aos esforços dos colegas de Brasília, conseguimos, sem nenhum centavo em caixa, apenas com promessas de pagamento futuro, convocar uma assembleia, reservar hotel, comprar passagens e, no dia 15 de agosto de 1992, fundar nossa querida ADVOCEF.

Não bastasse isso, nesse mesmo dia, para coroar essa manifestação democrática de representação, atravessamos a rua em frente ao hotel em que se realizava a assembleia e participamos, todos vestidos de preto, das manifestações que pediam o impeachment do ex-presidente Collor.

Acredito que a ADVOCEF já fez muito e cumpriu os objetivos para a qual foi criada no sentido de unir e representar a categoria dos advogados perante a administração da CAIXA. Mas, muito ainda há para ser feito. A luta ainda deve continuar para a obtenção das duas principais metas e necessidades dos advogados da CAIXA: aumento do quadro dos advogados, visando evitar o excesso brutal de serviço hoje existente, e a equiparação do salário ao dos procuradores federais da AGU.

A ADVOCEF nasceu de uma necessidade



Antônio Dilson Pereira - Curitiba/PR.

Determinados segmentos do quadro de pessoal de uma empresa do tamanho da Caixa Econômica Federal, por suas próprias características, nem sempre se sentem representados pelas entidades de classe convencionais que congregam seus empregados.

No caso dos profissionais (advogados, engenheiros, etc.) que prestam serviços à CAIXA, além de suas características próprias, enfrentavam, e ainda enfrentam, um problema mais grave, no que diz respeito à sua representação junto à própria empresa ou, até mesmo, nas relações institucionais com seus órgãos de classe e com os setores com os quais devem interagir.

À época em que se pensou na criação de uma entidade que representasse os advogados da CAIXA, saltava aos olhos as dificuldades enfrentadas por esses profissionais no encaminhamento de suas reivindicações. Para se ter uma ideia, basta lembrar que nos idos de 1992 a empresa contava com mais de 60.000 empregados, dos quais apenas aproximadamente 500 eram advogados. Era uma gota d'água num oceano. Por sua pouca representatividade, não despertavam qualquer interesse das entidades representativas dos empregados quanto às suas necessidades.

Ora, num universo dessa magnitude, não existia espaço para o encaminhamento dos assuntos de interesse da classe dos advogados em todas as esferas. Ressentiam-se esses profissionais da ausência de um canal de comunicação que viabilizasse fosse ouvida sua voz, mesmo que desempenhassem papel relevante e indispensável na estru-

tura da empresa, particularmente, no que diz respeito à defesa dos interesses da instituição e, no âmbito interno, na orientação à administração, seja emitindo pareceres técnicos, seja elaborando os instrumentos contratuais dentro da melhor concepção jurídica.

Como no passado já tinha, na condição de dirigente da Associação do Pessoal da CAIXA no Paraná, enfrentado problema semelhante, ausência de um canal capaz de possibilitar o diálogo com a empresa quando de sua unificação, preocupava-me o assunto.

Lembre-se que o diálogo com a empresa unificada, nos idos de 1970, era quase impossível por falta de um canal próprio, já que a sindicalização dos empregados era vedada e, por uma lei de 1950, eles somente poderiam se filiar a associações de classe sem força para uma representação efetiva. Com a unificação tornou-se, senão impossível, muito difícil o diálogo da nova empresa com mais de vinte entidades representativas dos empregados nos estados. Esse fato levou à criação da Fenae, em maio de 1971, em Curitiba, evento do qual tive a honra de participar ativamente, desde a primeira iniciativa para sua realização.

Voltando à ADVOCEF, acho que a situação era semelhante, e naquela época cheguei a discutir com alguns colegas essa dificuldade enfrentada pelos advogados, lembrando o que ocorreria com os próprios economistas após a unificação das antigas Caixas Econômicas Federais e a experiência exitosa com a criação da Fenae.

Minha participação na criação de nossa Associação resumiu-se mais ao apoio

Eu e a Advocef

e ao estímulo aos colegas do Jurídico do Paraná, já que exercia a chefia da unidade, particularmente, ao Dr. Renato Soares Dias, com o qual cheguei a discutir alguns aspectos do estatuto da entidade.

Por pequena que tenha sido minha intervenção, com a licença dos colegas, reputo-a de grande significado pessoal por me sentir parte do grupo de pioneiros que teve a coragem e soube criar uma entidade que vem desempenhando a contento os seus sonhos e obtendo êxito em

suas iniciativas, na defesa dos interesses dos advogados da CAIXA.

Sem o menor medo de errar, afirmo que a ADVOCEF nasceu de uma necessidade dos advogados da CAIXA de criarem um canal onde pudessem ser ouvidos, por onde pudessem encaminhar suas reivindicações e fosse permitida a defesa de seus direitos e interesses. Parabéns a todos aqueles que contribuíram para o sucesso dessa conceituada Associação e souberam, nesses 20 anos, elevá-la ao status merecido em que hoje se insere.

Como vejo a ADVOCEF



Marcos Vinícius de Andrade Ayres - Belo Horizonte/MG.

A ADVOCEF emancipou-se antes de atingir a "maioridade"! Antes mesmo dos 18 anos ela já apresentara sinais claros de amadurecimento que a conduziram a um processo de inegável consolidação da sua importância para a categoria e autonomia em relação à nossa empregadora.

Hoje, aos 20 anos, demonstra um amadurecimento mais rápido e relevante até mesmo do que o próprio amadurecimento das instituições democráticas de nosso país no mesmo período.

Ela surgiu no momento em que a população brasileira saiu às ruas para demonstrar seu inconformismo com a corrupção e com a desvirtuação das instituições democráticas. Sua gestação ocorreu de forma simultânea ao impeachment do Collor.

Naquele momento, alguns colegas visionários, abnegados e corajosos não só pintaram também a cara com as tintas da cidadania, como vestiram a camisa da valorização da advocacia interna da CAIXA e

se organizaram de forma pacífica, mas eloquente, em sua busca da justiça e do aperfeiçoamento da qualidade do trabalho jurídico dentro da empresa. Foram a Brasília para dar o pontapé inicial no movimento reivindicatório que culminou com a melhoria substancial das condições de trabalho dos advogados da CAIXA: de uma só vez, obteve-se àquela época a autorização para a contratação de duas centenas de novos advogados, além da criação da função de assistente técnico, que atraiu para o cargo de advogado uma gratificação correlata, acrescida ao prevalente até então, reenquadramento do economiário no nível 80 (de 95 então previstos no plano de carreira).

Justamente naquela época eu ingressei no quadro. Lembro-me o tanto que a gratificação da função de Assistente Técnico mudou minha qualidade de vida! Para os advogados que já trabalhavam na CAIXA antes dessa grande vitória, o aumento do quadro deve ter sido tão relevante quanto a criação da função.

Esse primeiro e grande passo foi fundamental para o novo salto alcançado em 1995, quando a categoria se reuniu novamente para discutir a implementação das prerrogativas asseguradas à classe pela recém editada lei 8.906/94 - o Estatuto da Advocacia.

O congresso foi realizado em Brasília, menos de um ano depois da promulgação da referida Lei, e novamente naquela oportunidade, os advogados da CAIXA deram outro exemplo de cidadania ao fazer valer seus direitos e deliberar sobre a sua prerrogativa de percepção de honorários advocatícios a que a empregadora fizesse jus nas ações judiciais em que fosse representada pelos seus empregados advogados.

Naquele momento, a categoria debateu de forma árdua e bastante proveitosa e regulamentou os honorários advocatícios como um direito de todos os integrantes do quadro, e não só daquele que atuasse no processo. No regulamento ficou também definido o conceito de honorários de sucumbência, prevalecendo a noção observada até hoje, de que na realização de acordos também devem incidir os honorários sucumbenciais.

Pela representatividade do movimento e pela qualidade técnica do trabalho realizado naquele congresso, seus frutos permanecem latentes até hoje, eis que, algum tempo depois, esse regulamento foi acatado pela empresa e transformado em norma interna.

No ano seguinte (1996) houve nova vitória, também muito significativa: a realização de acordo trabalhista com a nossa empresa, pelo qual houve indenização do passivo trabalhista que teria sido originado do período em que os advogados trabalharam no regime de seis horas, durante a vigência da Lei 8.906, que definia a nossa jornada especial de quatro horas diárias.

Lembro-me que naquela época eu me casei, e os recursos provenientes do acordo me deram a oportunidade de mobiliar totalmente a minha nova casa, desfrutar de uma lua de mel maravilhosa, ajudar na realização de uma festa de sonhos e ainda guardar uma reserva para necessidades futuras.

Após isso, os congressos passaram a ser periódicos, e a força da Associação foi sendo consolidada ainda mais.

No início do novo milênio ocorreu outro congresso de suma importância: o realizado em Florianópolis, por meio do qual a categoria traçou estratégias que resultaram na mudança de foco da empresa quanto ao acompanhamento das atividades jurídicas. A equivocada pretensão de terceirização massiva do contencioso jurídico foi alterada para a contratação de novos advogados, que ingressaram no momento em que as condições de trabalho da área jurídica estavam seriamente comprometidas pelo achatamento do quadro e pelo grande e crescente número de ações envolvendo a CAIXA em todas as esferas do Judiciário.

Sem querer esgotar os relevantes passos posteriores, opto por avançar esse panorama histórico para o ano de 2011, no qual vejo a ocorrência do fato preponderante que atesta a maturidade da nossa Associação: a mobilização da categoria e de seus influentes quadros, em apoio à candidatura de nosso ex-diretor Antonio Carlos Ferreira, que culminou com a sua nomeação para ocupar a vaga de ministro do STJ, pelo Quinto Constitucional.

Por tudo isso, e por outras diversas razões não elencadas, dada a impossibilidade de se fazer um relato exaustivo, vejo hoje a ADVOCEF como uma Associação que tem o vigor e a disposição do jovem, a força de uma categoria unida e a importância de uma entidade experiente!

ADVOCEF: formadora de talentos



Éder Maurício Pezzi López - Rio Grande/RS.

Se a ADVOCEF, em sua gênese, teve como objetivo causas específicas, tais como honorários, melhorias salariais, etc., hoje podemos ver que ela ampliou muito seus horizontes. Na verdade esses vinte anos tornaram a Associação uma verdadeira formadora de talentos.

A realização de cada congresso, por exemplo, tem desenvolvido grande capacidade de organização dos colegas envolvidos. Tanto, que a cada ano os eventos se qualificam, já constando como importante ponto do calendário jurídico nacional.

No âmbito da formação parlamentar, a tomada de decisões no âmbito da ADVOCEF é um grande laboratório de realização da democracia. Nunca me esqueço de um congresso no qual o colega que presidia a mesa colocou um tema em votação, perguntando quem votava "contra a proposta que rejeita a negativa de aceitação da proposta original". Ninguém entendeu nada, e, depois da terceira tentativa, o colega conseguiu formular um encaminhamento simples e objetivo. Esse pequeno desliz foi decisivo para que ele encontrasse o rumo certo, conduzindo as demais votações com maestria.

No que toca à articulação política, a Associação promoveu vários encontros

com deputados e senadores, fazendo a advocacia da CAIXA conhecida e respeitada no Congresso Nacional. Mais do que isso, a ADVOCEF tem sido importante agente de integração das carreiras da advocacia pública, ao lado de associações de outras estatais e das carreiras da AGU.

Por último - e não menos importante -, a ADVOCEF tem sido grande fomentadora da produção textual, tanto jurídica como estritamente literária. A Revista de Direito da ADVOCEF, nesse sentido, tem sido importante veículo de publicação e discussão de teses, mesmo aquelas que sejam desfavoráveis à própria CAIXA, o que ressalta a sua independência e seriedade científica. No campo literário, posso dizer que sem o apoio e o espaço do nosso Boletim eu não teria sequer me arriscado a escrever crônicas e outros textos. Além disso, é sempre inspirador ler os textos dos colegas Spisla, Jayme, Chagas e Arcinério - só para citar alguns.

Enfim, o fato é que, mais importantes que os resultados alcançados pela ADVOCEF, as vivências e amizades que fizemos ao longo da caminhada são o que realmente ficam. E essas não faltaram nesses belos vinte anos da nossa Associação. Parabéns!

Uma história de mudanças, planos e sonhos



Floriano Benevides de Magalhães Neto - Fortaleza/CE.

Tantos advogados se foram, tantos outros se aposentaram, mas ser advogado da CAIXA é sempre um desafio. Por outro lado, é a oportunidade de a cada dia se superar diante do grande número de processos e da versatilidade que deve estar presente, sempre com a conhecida competência do quadro da empresa.

Antes de ser advogado da CAIXA, fui escriturário, admitido lá nos idos de 1989. Lembro-me ainda da máquina elétrica em que trabalhava, dando apoio jurídico a advogado e da já alta carga de serviços daqueles profissionais. Aliás, a comunicação com agências do interior era feita mediante telex ou CI (Comunicação Interna), enviada por malote.

O quadro era pequeno, e em alguns momentos, decorrentes de licenças médicas e afastamentos, não raras vezes os advogados ficavam resumidos a três e até dois profissionais.

O dia em que chegou o primeiro computador na nossa unidade foi como chegar uma coisa estranha, que ficava trancada em uma sala, onde apenas um escriturário, que tinha noções de informática, entrava lá para mexer. Todos ficavam curiosos com aquela máquina que, diziam, ia revolucionar o nosso trabalho.

E aos poucos foram sendo instalados e nós começamos a trabalhar no programa Carta Certa. Alguém se lembra? O monitor preto, os caracteres verdes, mas funcionava plenamente como uma máquina de escrever, que finalmente havia sido substituída. Para enviar mensagem, utilizávamos os caixa-memos, também informatizados.

Depois chegou o Windows e realmente agilizou bastante a confecção de peças

processuais. Isso em torno de 1992, justamente quando era instaurada a Associação dos Advogados da CAIXA, entidade que veio atender aos anseios de um quadro que já se destacava na empresa, mas que, por meio de sua entidade representativa, teria mais condições de realizar seus projetos.

Naquele longínquo ano, estávamos em um contexto político fervoroso e uma economia prestes a ter radicais mudanças. Era época do impeachment de Fernando Collor. Depois viria o Plano Real, em 1994. A inflação foi reduzida, as aplicações financeiras perderam aquela competitividade de antes, mas nada disso influenciou o desempenho da CAIXA como banco social.

Aquela época novos advogados foram admitidos, que não supriram verdadeiramente as necessidades de serviços. Depois se buscou a ferramenta da terceirização e o uso de destacamentos. O quadro de advogados foi ficando outra vez reduzido, colegas aderindo ao PADV, se aposentando, saindo para assumir mediante concurso outros cargos que pagavam melhor. A grande perda de cérebros e causídicos qualificados, que iam em busca de uma melhor remuneração, mas que, no fundo, tinham uma imensa vontade de permanecer na CAIXA.

E quase dez anos depois foi anunciado o concurso para advogado da CAIXA, quando ingressaram cerca de quinhentos novos colegas como advogado júnior, depois pleno e sênior.

Então ocorreu um fato curioso. Eu que era escriturário e havia feito o concurso, fui chamado para admissão. Tive que pedir rescisão contratual, firmar um novo contrato de trabalho e saí sexta-feira como

escriturário e cheguei ao mesmo local de trabalho na segunda-feira de paletó e gravata como advogado. Metamorfose de fim-de-semana...

Mas, sem dúvida, durante o estágio supervisionado percebi toda a capacidade e a experiência dos advogados desta empresa, com os quais aprendi e continuo aprendendo bastante a cada dia, pois, sem dúvida, é um dos mais valiosos quadros de operadores de Direito do país.

Depois, em 2007, a carreira foi unificada, criando-se referências, que foram novamente alteradas em 2009, após a primeira greve dos advogados da história da CAIXA, que durou cerca de cinquenta dias. A greve foi um momento histórico da ADVOCEF, que bateu o recorde de tempo, que mostrou força, união, equilíbrio e capacidade de negociação com a empresa.

Às vezes digo que sou advogado da CAIXA vinte e quatro horas por dia, sábados, domingos e feriados, porque quase sempre alguém me aborda para fazer uma pergunta sobre questões e produtos da CAIXA, seja como adquirir um financiamento imobiliário, abrir uma poupança, quitar uma dívida. Várias e várias vezes me perguntam nos locais mais imprevisíveis:

- Qual o valor mínimo para abrir uma poupança?

- Como faço para fazer um financiamento habitacional?

Certo dia estava num avião retornando a Fortaleza de um congresso da ADVOCEF com alguns colegas. Um passageiro escutou que éramos da CAIXA e começou a me contar que tinha um financiamento imobiliário, que estava interessado em verificar se tinha proposta de quitação e coisas afins. Informei-lhe que poderia me procurar que eu o encaminharia à área operacional para verificação.

E não foi que dias depois o dito mutuário entrou na minha sala para tentar fazer um acordo? Depois ele retornou me informando que, graças a mim, havia qui-

tado o seu contrato habitacional. Missão cumprida!

Outras vezes, pessoas com ação na Justiça nos procuram e após finalizar a renegociação da dívida voltam ou telefonam nos agradecendo a atenção e por terem resolvido grandes problemas financeiros.

Acho que essa é a mística de ser advogado da CAIXA. Nós somos também advogados de uma população que utiliza os produtos da CAIXA e termina por nos envolver nessa questão social.

Quando se assume o cargo de advogado da CAIXA, percebe-se de logo que não estamos apenas ingressando na área de Direito de uma empresa. É algo muito maior e mais abrangente. Nós nos tornamos responsáveis por grande parte de recursos públicos que são investidos em habitação, saneamento, mobilidade urbana, meio-ambiente e também na parte comercial.

Recordo-me na área de Consultoria examinando certidões imobiliárias, atividade que, além de dar segurança na contratação da CAIXA, ainda assegura ao adquirente um imóvel isento de ônus e totalmente regular. Somos nós trabalhando também em prol da população que busca a sua moradia própria.

E agora mais ainda, com o programa Minha Casa Minha Vida, onde esta empresa pública é a grande responsável por reduzir o déficit habitacional brasileiro, tornando-se quase um sinônimo de moradia para o povo.

A Associação dos Advogados nesses vinte anos de existência vem conquistando avanços para a nossa carreira. E essas conquistas são fruto de negociações, de discussões entre os advogados e a empresa. O nosso relacionamento com o Poder Judiciário é muito bom, também é com a Ordem dos Advogados do Brasil, temos vários colegas conselheiros e presidentes de comissão por este país afora.

Nós já temos colegas que assumiram cargos de Desembargador Federal,

Desembargador Federal do Trabalho e Ministro do Superior Tribunal de Justiça. São conquistas que mostram a importância e a valoração do nosso quadro.

Nós atuamos em áreas como Habitação, FGTS, FIES, vários programas sociais como Bolsa Família, PAC, Minha Casa Minha Vida, Mobilidade Urbana, Políticas de Meio-Ambiente e Sustentabilidade, repasse de valores do governo federal para estados e municípios. E a CAIXA é tida como modelo de ética e competência em suas atividades.

O advogado da CAIXA, embora não tenha o salário das carreiras jurídicas mais abastadas, é um profissional de destaque na sociedade, pelo seu amplo papel, que supera as paredes da própria empresa. Nós somos, verdadeiramente, advogados públicos, porque atuamos no interesse da comunidade, que usufrui dos inúmeros serviços oferecidos por esta empresa.

Passaram-se vinte anos, o mundo mudou, o computador chegou à CAIXA, o parque tecnológico da empresa é, sem dúvida, um dos melhores do sistema bancário nacional - até mesmo pelo número de clientes, de serviços e de contas a administrar, a rede de atendimento cresceu e foram disponibilizados outros meios, tais como máquinas de autoatendimento e internet banking.

Nesses vinte anos a ADVOCEF também evoluiu, dinamizou-se e se mostra hoje como uma entidade forte no meio jurídico, até pelos interesses que representa, não só os interesses pessoais dos

advogados do quadro, mas pela atividade pública que este grupo de advogado realiza para a sociedade.

Assim, damos os parabéns à nossa Associação, aos seus fundadores, que, sabemos, foram vinte anos de muito trabalho para torná-la o que é hoje. Nós, como seus associados e advogados da CAIXA, temos a imensa responsabilidade de levar essa Associação adiante, com a nossa participação, porque a ADVOCEF é uma entidade de cada um de nós, e assim deve prosseguir.

A CAIXA promoveu um concurso "Como será a CAIXA daqui a cento e cinquenta anos". Não podemos imaginar a mudança ou como será a condição de vida lá nos anos 2160. Mas como será a ADVOCEF daqui a vinte anos, em 2032, é algo que nós podemos construir a partir de hoje, a cada dia, até mesmo porque daqui a vinte anos muitos de nossos colegas advogados ainda estarão na empresa.

Assim, desejamos para nós uma entidade cada vez mais forte e atuante, porque os beneficiados seremos sempre nós. O futuro está sendo realizado a cada momento, a partir de nossas decisões, atitudes e objetivos no presente. E também a partir de nossos planos e nossos sonhos.

Ademais, como dizia Walt Disney, nós podemos sonhar, criar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo, mas é necessário ter pessoas para transformar o sonho em realidade. E essas pessoas são cada um de nós, associados; sonhos, mas realidade que podemos ter, depende de nós...

A vitória dos advogados



Isabel de Fátima Ferreira Gomes - Brasília/DF.

Naquela época, a sobrevivência do Jurídico da CAIXA estava grandemente ameaçada; na verdade, tal ameaça recaía sobre a própria CAIXA: a empresa estava bastante fragilizada pelo mau uso político que lhe fora dado nos anos anteriores, e que resultou, após o impeachment, nas denúncias de superfaturamento em obras de habitação e saneamento, com a consequente abertura de inúmeros inquéritos policiais e processos judiciais.

Tal situação, logicamente, tangenciava a atividade jurídica; alguns de nós tínhamos vivido sofridamente o período das concessões irregulares, sentindo o amargo do desprestígio da área jurídica, que então não era ouvida por razões óbvias, de tal forma que alguns gestores que queriam afastar a "indesejável" presença de advogados (que lhes impediam os negócios pouco transparentes) já falavam abertamente em acabar com o Jurídico da CAIXA, e esta animosidade foi num crescendo que até mesmo em evento oficial da empresa chegou-se a insultar a categoria dos advogados com adjetivos de baixo calão.

Portanto, quero crer que as minhas preocupações profissionais não fossem muito diferentes das dos demais colegas: todos nos preocupávamos com a CAIXA e com o Jurídico.

Já a grande preocupação pessoal era com o destino do país, que passava por um momento ímpar, de forte crise, e não se sabia como tudo isso impactaria o nosso futuro e de nossos filhos.

1992 foi um ano bastante intenso na agenda nacional; acredito que a criação da ADVOCEF, naquele momento, de uma certa forma era o reflexo do momento político, da recente democratização e nova Constituição Federal; claro que estes são temas muito sensíveis e muito sentidos para os profissionais do Direito; quando estes profissionais trabalham na CAIXA, uma empresa do governo e fortemente vinculada pela atuação social, tudo isso se magnifica.

No rastro do desprestígio profissional (que cito acima) surgiu a questão salarial (também motivada, em parte, pela "caça aos marajás" desencadeada pelo presidente da República da época, que forçou um arrocho nos salários da função pública). Vítima de ambas as circunstâncias, o salário dos advogados tornou-se ainda menor. De tal forma que, no concurso daquele ano, eram muitos os aprovados que apesar de terem apenas dois ou três anos de CAIXA e uma pequena função (de caixa executivo, por exemplo) já não queriam assumir porque teriam um decréscimo salarial! Também entre os advogados mais antigos, mesmo os que estavam no teto da carreira (referência 95, na época) ganhavam menos do que o supervisor da secretaria.

Como não poderia deixar de ser, tudo isso foi gerando nos advogados da CAIXA um grande desejo de dar uma resposta, de se firmar, ter voz e se fazer ouvir pela empresa, o que resultou na concretização da antiga ideia de organização da categoria, que certamente fortaleceu o desejo de criação da ADVOCEF.

Eu e a ADVOCEF



Jairdes Carvalho Garcia - Ipatinga/MG.

E lá estava eu: advogado recém-formado, arrimo de família, com mulher e filha, cheio de dívidas e dúvidas. No currículo, a esperança de ser convocado para o concurso de Advogado da CAIXA, em que, quando ainda estudante, tive o privilégio de me ver entre os classificados.

Já meio impaciente, meio desesperançado com a convocação que não vinha, me consumia na rotina diária da atividade de produtor cultural em uma universidade.

Num final de ano como todos os finais de ano, sem dinheiro para bons presentes ou para ceias fartas, recebi mais uma das costumeiras ligações de minha esposa em meu trabalho. Enfim, havia chegado o tão esperado telegrama.

Num primeiro momento não acreditei. Achei que era trote. "Mulher, não se brinca dessa maneira com os sonhos de uma pessoa", adverti, austero, minha consorte.

Logo vi, ou melhor, percebi - já que o telefone utilizado não era dotado da moderna tecnologia da videoconferência - que, pelo tom de voz e pela euforia demonstrada, minha digníssima dizia a verdade. Enfim, passaria a compor o quadro de advogados da Caixa Econômica Federal, uma das maiores instituições públicas do Brasil de todos os tempos!

E agora, José?! Será que daria tudo certo?! Será que conseguiria vencer o estágio probatório?! Será?!

No primeiro dia de trabalho, todos os serás foram, como nuvens, dissipados. Fui recebido como um igual pelos demais colegas, como se ali sempre fosse o meu lugar.

Nunca me senti um estranho no ninho, embora o ninho não fosse tão con-

fortável quanto pensava. Milhares de ações e prazos e publicações e diligências administrativas pipocavam no meu colo, sem saber exatamente como nem o que fazer. Mas, do meu lado, estava sempre um colega para, entre sorrisos compreensivos e nada críticos, dissipar as dúvidas do causídico de primeira viagem.

Já no primeiro dia de trabalho recebi a visita de uma comitiva de três colegas me convidando à vida associativa. Falavam de uma tal de ADVOCEF, uma associação que era responsável por ratear os honorários advindos das atividades jurídicas na CAIXA.

Perguntei-me, de cara: porque me associar a uma entidade que congrega advogados da CAIXA, já sendo advogado da CAIXA? Por acaso, para ter direito aos honorários deveria associar-me a tal entidade? Então, pra que me associar? Por acaso tratar-se-ia de uma confraria, uma congregação, uma irmandade? Por via das dúvidas e considerando que quase cem por cento dos colegas eram associados, aderi ao órgão associativo, mais como uma forma de entrosamento do que propriamente por convicção pessoal.

Confesso aos colegas que não me arrependi durante nenhum segundo sequer do passo associativo dado. Mesmo quando insatisfeito com os rumos de nossos pleitos, mesmo quando puto com os problemas sem solução, as discussões inúteis e estereis, as deficiências de comunicação, não consigo me ver, enquanto advogado da CAIXA, sem a proteção e o diálogo entre iguais só proporcionado pelo órgão associativo.

A ADVOCEF, esta entidade estranha criada para ratear honorários e que, por man-

dato espontâneo dos associados, é alçada à posição de representante dos nossos pleitos trabalhistas, de divulgadora de nossas teses e elucubrações, de defensora dos associados em órgãos jurídicos e não jurídicos, é, hoje, indispensável para os advogados da CAIXA.

Nos meus meros seis anos de CAIXA, já fiz greve, já recebi honorários superiores ao meu salário, já defendi a nomeação de um colega como ministro de Tribunal Superior, já tive aumentos substanciais no salário, já publiquei trabalhos e escritos que sequer pensava em publicar, tudo por conta da existência da ADVOCEF.

Não sei como era a CAIXA para os advogados há dez, vinte, trinta anos atrás - embora o livro "Advocacia na Caixa Econômica Federal", publicado pela ADVOCEF, e relatos de alguns colegas encontrados em

congressos da ADVOCEF nos deem algumas pistas -, só sei que ser advogado da CAIXA hoje é ser associado da ADVOCEF.

Podemos discordar dos diretores em determinados momentos, podemos até não querer participar ativamente das atividades associativas, mas não podemos - e não devemos - abrir mão da representatividade de uma entidade forte, reconhecida e tão presente na vida dos advogados da CAIXA como a ADVOCEF.

Durante cento e trinta e um anos a CAIXA não contou com uma entidade representativa dos advogados. Entretanto, durante os próximos 151 anos, com certeza, a ADVOCEF estará presente e atuante a favor dos seus advogados. Só depende de nós!

Parabéns, ADVOCEF! Parabéns, advogados da CAIXA!

Boas lembranças a preservar



Maria dos Prazeres de Oliveira - Recife/PE.

Lembro com saudade dos congressos alegres e festivos da nossa Associação. O objetivo principal era discutir os problemas da categoria, mas o conagração era inevitável e, naqueles tempos, o ponto forte dos nossos encontros.

No primeiro dia do congresso, advogados de todos os cantos do país convergiam para o local do evento e a alegria começava no voo, no aeroporto, na condução ou onde quer que nos encontrássemos.

Não lembro se fui ao primeiro congresso da ADVOCEF, mas com certeza não esqueço o segundo, em Curitiba; o de Goiás; o de Belém; o de Vitória; o do Rio; o de Natal; o de BH; o de Maragogi; o de Recife, capitaneado pelo amigo e nosso atual

presidente Carlos Castro, quando tivemos a honra de receber os colegas em nossa cidade e mostrar a todos por que amamos tanto Recife e Olinda e por que quem sai de Recife volta rapidinho e morrendo de banzo.

Lembro com saudade de todos os congressos de que tive o prazer de participar...

No congresso fazíamos novas amizades e consolidávamos as antigas, conhecíamos outras realidades, abríamos nossos horizontes e expandíamos nossas visões da CAIXA e do Jurídico, entrávamos em contato com outras culturas, nos aproximávamos de políticos, doutrinadores e juristas. Crescíamos como gente e como profissionais.

Todos os congressos foram muito bons e cada um tinha sua particularidade, mas o ponto em comum eram as discussões acirradas sobre os temas mais variados. Era muita discussão e muitos pontos de vista diferentes, como sempre acontece quando o debate envolve mais de um advogado.

Consenso, naquela época, já era quase impossível e conciliar interesses e opiniões tarefa árdua, mas o objetivo era o mesmo, estávamos do mesmo lado, no mesmo barco.

Com a ADVOCEF aprendemos a brigar com dignidade. Lutamos juntos por horas extras, honorários, melhores condições de trabalho, reconhecimento, etc., mas era sempre um por todos e todos por um.

Todos os nossos presidentes foram heroicos na condução da ADVOCEF. Induvidosamente não é fácil conduzir

uma associação de profissionais tão beligerantes e impulsivos. A todos dedico o meu respeito, carinho e admiração. Guardo na memória gratas lembranças da incrível paciência de Davi; da sutileza de Darli; da gentileza de Altair; da simpatia juvenil de Miguel; da firmeza e elegância de Alberto; e por fim, admiro a habilidade para congregar tudo e todos do meu amigo Carlos Castro.

Há algum tempo não vou mais aos encontros da ADVOCEF. Continuo fiel à Associação, à sua missão e aos seus princípios. Gostaria de voltar a participar da Associação e dos congressos, mas, a julgar pelo que leio no Fórum, temo não encontrar mais os amigos que lá fiz. Prefiro ficar com as boas lembranças e deixar aos outros a oportunidade de descobrir e aprender o que aprendi.

Caminhando sempre juntos



Renato Luiz Harmi Hino - Curitiba/PR.

Quando me tornei advogado da CAIXA, em outubro de 1992, a ADVOCEF estava na fase de consolidação da sua criação e pude associar-me como sócio fundador, inclusive contribuindo para os custeios necessários. Naquela época, as principais preocupações eram com a remuneração e as condições de trabalho (não mudou muito).

Apesar de ter acabado de ser criada a função de confiança de Assistente Técnico I para todos os advogados, a remuneração continuava pouco atrativa, equivalente às menores funções de chefia na área administrativa. Recordo-me que minha primeira remuneração como advogado foi inferior àquela que eu recebia como coordenador na Central de Compensação.

Em relação às condições de trabalho, apesar de, à época, o volume de trabalho não ser excessivo, a falta de recursos tecnológicos era um grande dificultador. Tínhamos que peticionar com máquinas de escrever comuns (sequer eram eletrônicas). Como a CAIXA não os fornecia, os dois primeiros computadores e impressora que utilizei no trabalho para a CAIXA foram adquiridos com meus próprios recursos. Mas, essas dificuldades eram vencidas pelo companheirismo e o bom ambiente que havia à época.

A ADVOCEF é, sem dúvida, um grande exemplo que está sendo seguido pelos advogados de outras instituições públicas. Graças ao trabalho de todos aqueles (associados, dirigentes e colaboradores) que, ao longo desses 20 anos, se dedicaram

em sua defesa, trata-se de uma Associação bem estruturada financeiramente, consolidada e forte institucionalmente, respeitada e reconhecida como a legítima representante dos advogados da CAIXA.

É admirável a capacidade de organização e conciliação de interesses de nossos associados. Foram várias as tentativas, muitas vezes de forma velada, de quebrar a nossa união, sob o argumento de existência de colegas em diferentes situações funcionais (jornada de trabalho, benefícios, tempo de serviço, etc.).

Há não muito tempo, tínhamos a preocupação de evitar conflitos internos entre os advogados "novos" e "antigos", os quais pareciam iminentes. Mas o senso coletivo dos advogados da CAIXA sempre falou mais alto, e podemos dizer que superamos essa fase.

Muito ainda temos por conquistar, como categoria, mas temos a certeza de que sempre caminharemos juntos, unidos e fortes, capitaneados pela nossa ADVOCEF.

Sentimento de preservação



Ricardo Siqueira - Recife/PE.

Vivíamos um período politicamente conturbado e uma época de incertezas dentro da nossa própria empresa, quando surgiu a ADVOCEF.

Num dos poucos cursos de aprimoramento jurídico patrocinados pela CAIXA na década de noventa, quando o professor Marcato, que nos ministrou aulas de Processo Civil, ainda era juiz do Tribunal de Alçada de São Paulo, surgiu, com o incentivo dele, a ideia da criação de uma Associação Nacional dos Advogados da CAIXA, nascida sobretudo da empolgação de alguns excelentes profissionais colegas nossos, dentre os quais destaco, especialmente, o Dr. Renato Soares Dias, que se preocupavam não só com os problemas e o destino da nossa carreira jurídica, mas também com os rumos da nossa empresa.

Surgiam de forma concomitante, em todo o país, movimentos de gestores que atuavam nas agências da CAIXA e que culminaram com a criação de diversas Agecefs regionais, todos tendo em comum o que eu chamaria de "sentimento

de preservação", não no seu aspecto puramente egoístico e sim como instrumento de proteção do bem maior que, naquele momento, éramos, claro, nós mesmos, desprestigiados pela administração, e também a própria empresa, que tanto nos fazia sentir orgulho de trabalhar, e que já estava sendo ameaçada, inclusive de privatização.

A ADVOCEF surgiu então para permitir uma maior união de nossa categoria na busca dos interesses de nossa classe, incluídos assim a valorização do advogado do quadro e o apoio ao seu aperfeiçoamento técnico através de cursos e outras formas de atualização profissional, tendo ainda foco na preservação da própria CAIXA enquanto empresa pública de interesse nacional.

Na reunião da fundação da ADVOCEF em Brasília, trabalhamos todos num misto de urgência para concretização desse elo que uniria, como uniu, todos os advogados da instituição, premidos pelas incertezas daqueles momentos (político e

econômico) vividos por toda a nação, e de ansiedade, pelo momento histórico que representaria, como representou, um marco do diálogo nas relações trabalhistas entre a empresa e seus profissionais advogados.

Hoje a ADVOCEF está consolidada e bastante atuante, faltando apenas, a meu ver, focar também no aperfeiçoamento profissional através da maior e mais diversificada oferta de cursos de especialização aos seus associados.

Resgate necessário



Roberto Maia - Porto Alegre/RS.

Em 92, curti a condição de pai novo, com uma filha com então cinco anos e o menor com menos de dois anos de idade, há pouco menos de três anos no Jurídico, embora já com 11 anos de CAIXA. Preocupava-me o fato da pouca perspectiva remuneratória da carreira, ao tempo que via alguns excelentes quadros do Jurídico optando pelas carreiras administrativas, então mais valorizadas e financeiramente bem mais atraentes. O grupo em Porto Alegre era pequeno e recém renovado pelo ingresso de um significativo número de concursados, ainda remanescentes do último "concurso interno", forma de ingresso extinta com a Constituição de 88.

Olhando agora para o passado, creio que a ideia de fazer nascer a ADVOCEF foi algo que surgiu de modo natural e em várias quase simultâneas frentes. A pouca valorização da carreira, somada a uma pequena "avalanche" de novos advogados, após um longo período de estagnação no quantitativo de profissionais, acabaram por criar um "caldo de cultura" favorável a visões novas, mais largas e abrangentes.

Movimentos de contestação do estado natural de letargia e de continuidade com a condição até então existente foram sendo sentidos em diversos estados e, somados, levaram alguns "iluminados" a vislumbrarem a força da união de boas ideias em torno de algo maior do que a mera

soma de pessoas. Surge, então, uma Associação já nascida grande e fruto de uma visível convergência de ideais e de forças.

Cabe, aqui, trazer um relato da professora Elizabeth Torresini, doutora em História e autora da obra editada pela ADVOCEF retratando os 150 anos do Jurídico da CAIXA:

"Após estudar e avaliar com profundidade a história da criação da Associação dos Advogados da CAIXA, especialmente no contexto histórico vivido pelo Brasil no início da década de 90, tenho certeza de que, se aquele movimento não tivesse avançado e se concretizado na ADVOCEF àquele tempo, talvez não existisse outra chance para que ocorresse."

Passadas duas décadas, a Associação cresceu, tomou forma e músculos, profissionalizou-se naquilo a que se propôs ser e fazer: representar dignamente todos os advogados da CAIXA e em especial seus mais de 90% de profissionais associados, tanto na esfera reivindicatória - como que ecoando os princípios que a fizeram surgir - quanto ao levar a todos os seus representados, a cada ano, um pouco mais de serviços, proteção corporativa, informação e a cultura do "fazer coletivo".

Na medida em que nossa entidade vai crescendo, tornando-se parte de nosso cotidiano, reputamos de enorme valor e obrigação o resgate desta já consolidada história recente da Associação.

Temos este dever para conosco, para que fiquem os registros de tantos que contribuíram, decisivamente, para que a ideia da sua criação passasse do terreno do desejo, do sonho, para a realidade.

E também para que os que seguem nesta trajetória - como tantos que já deixaram suas marcas, suas realizações e seus esforços pessoais e coletivos em favor destes ideais - possam saber que

muitas vezes podem ter faltado recursos, por vezes um maior número de braços ou de cabeças para acelerarem as realizações, mas nunca faltou coragem, grandeza ou espírito coletivo aos muitos que nos antecederam nesta jornada.

Conhecendo-se a história, nasce o compromisso de mantê-la, honrá-la e fazê-la cada vez mais lúcida e positiva, para o bem de todos os muitos que seguirão nesta jornada.

Parte dessa história



Rodrigo Trassi de Araujo - Bauru/SP.

Nestes seis anos de CAIXA, pude ver o crescimento e fortalecimento da ADVOCEF. Logo quando ingressei no Jurídico de Bauru/SP, recebi o primeiro exemplar da Revista de Direito da ADVOCEF e fiquei impressionado com a qualidade dos artigos publicados.

Após tal fato se seguiram outras 13 edições, que confirmaram e ampliaram a qualidade e abrangência dos temas tratados.

Demorei para me associar, pois confesso que não tinha intenção de continuar na CAIXA. Porém, ao exercer a advocacia pública, uma vez que também somos advogados públicos, fiquei estimulado a continuar como advogado da empresa.

Tal fato também se deu porque pude ver que nossa carreira passou a ser mais valorizada, isso pelo trabalho árduo de nossos colegas dirigentes da ADVOCEF.

Nesse sentido, vejo a ADVOCEF como uma entidade de classe que vem se fortalecendo ano a ano e ganhando importância tanto na empresa quanto fora dela. Enxergo hoje a ADVOCEF como uma entidade moderna, com atuação em várias

frentes, inclusive legislativa, e com grande potencial para firmar-se no cenário nacional como uma das maiores entidades de classe do país.

Destaco muitas realizações neste período em que pude acompanhar a atuação dos colegas à frente da entidade.

Tivemos a greve histórica de 2009, que tantos benefícios nos rendeu; a campanha de honorários e a constante política de controle e arrecadação dos mesmos; a campanha para unificação da carreira e o rompimento das distorções salariais; o projeto de lei de criação do cargo de Procurador de Empresa Pública, que tanto contribui para o fortalecimento e reconhecimento de nossa carreira.

Somado a isso, destaco ainda as publicações da Revista de Direito, que registram e divulgam os trabalhos científicos de vários colegas de profissão e os excelentes congressos realizados pela entidade, que permitem o encontro dos colegas e a troca salutar de ideias sobre problemas de nossa carreira.

Tudo isso me permite dizer que tenho orgulho de fazer parte dessa história.

Manter a disposição



Rogério Rubim de M. Magalhães - Belo Horizonte/MG.

A ADVOCEF foi criada em um período em que a categoria dos advogados da CAIXA passava por um momento de penúria salarial, em que os vencimentos eram equiparados aos de caixa executivo da empresa.

Sentindo que aquela situação tendia a se perpetuar, sem que a administração da empresa se dispusesse a remediá-la, não restou para os advogados alternativa senão a de se organizarem para reverter a tendência.

Os advogados foram bravos nessa luta, disponibilizando recursos financeiros para a formação de uma comissão de criação que se reuniu em Brasília, tendo cada Jurídico indicado um integrante. Minas Gerais indicou a Dra. Maria Luiza de Castro Rachid.

Transcorridos vinte anos desde a sua criação, a ADVOCEF assumiu outras atividades, notadamente a de centralizadora dos valores recebidos a título de honorários advocatícios, o que lhe proporcionou alguma folga financeira arrecadando o suficiente para se manter, sem esquecer, contudo, de sua primordial função que é a defesa dos interesses dos advogados diante da administração da CAIXA.

A ADVOCEF hoje, assim como a categoria que ela representa, é uma entidade madura e preparada para enfrentar os desafios que encontrará pela frente, mas que não pode dispensar a disposição de todos os advogados em continuar a luta iniciada lá no ano de 1992.

Associação necessária



Rogério Spanhe da Silva - Porto Alegre/RS.

Era uma época de mudanças, a nova Constituição acabara de entrar em vigor e a redemocratização do país ainda procurava se afirmar.

Foi nesse contexto que começou a se discutir, ainda que timidamente, a necessidade de criação de uma Associação que viesse a congregar os advogados da CAIXA. Nascia a ADVOCEF.

Primeiramente, resultado da busca de melhores condições de trabalho e remuneração, como era de se esperar a Associação se desenvolveu, passou

a administrar a distribuição dos honorários, decorrência do Estatuto da Advocacia; passou a editar revistas e suplementos, onde são tratados os mais variados temas, não apenas de cunho técnico ou corporativo; passou a organizar eventos, como congressos e encontros, onde os grandes temas da categoria e da empresa são analisados e debatidos.

Através de sua Associação, os advogados da CAIXA se fizeram ouvir, estabelecendo um eficaz meio de interlocução

entre os associados e a direção da CAIXA, tanto que a Associação é referida em vários normativos da empresa, se mostrando de grande importância para o equacionamento da política de acordos, onde o aspecto relativo a honorários sempre se mostrou um entrave delicado e potencial fonte de divergências.

Creio que a Associação, passados todos esses anos, já está atingindo a sua maturidade, e maturidade, como na vida de qualquer pessoa ou entidade, implica maiores responsabilidades, maior equilíbrio, maior serenidade, o respeito e credibilidade conquistados,

assim como uma delicada planta, arduamente cultivada, merece cuidado e atenção.

Que saibamos continuar conduzindo nossa Associação no bom caminho, que continue sendo o canal aberto e caixa de ressonância dos anseios de todos os associados, enquanto categoria, na constante busca do aprimoramento técnico, de boas condições de trabalho, do comprometimento e seriedade com os desígnios de nosso trabalho, da CAIXA, e de nossa parcela de contribuição para uma sociedade mais justa, objetivo primordial do efetivo exercício da cidadania.

Quem somos? De onde viemos? Aonde vamos?



Manoel Messias Fernandes de Souza - São Paulo/SP.

Existem rios e ares poluídos por toda parte...
Florestas inteiras sucumbem na guerra,
Pela vida, contra o machado e a motosserra!
Humanos destroem os ecossistemas,
Cientistas procuram, frenéticos, vidas em Marte...
"Quem somos? De onde viemos?..." Velhos temas!
Certo é que também estamos por toda parte!
Não menos certo afirmar que muitos ignoram,
Por desdém, a solidão dos descampados,
Outrora, antros de paz, à beira de volumosos álveos,
Hoje em ruínas - secos! Ditos abandonados.

Cresce o buraco na camada de ozônio,
Muito floresce a indústria da ganância...
Ceifado é, pela extinção, o animal quelônio!
Enquanto, na Amazônia, a Vitória Régia
Reclama a proteção da mais alta corte egrégia:
A consciência humana isenta de mercancia!

Está também o Boto Cor de Rosa,
Bicho maravilhoso de se ver, em poesia e prosa,
A aguardar a sua hora e a vez,
Não igual à de "Augusto Matraga", talvez!

O aquecimento global promete ser de grande calado...
As cartilhas naturalistas também defendem o progresso,
Mas o desenvolvimento, advertem, deve ser sustentado!
Assim não o seja, a vida na Terra, ao início, terá regresso!

É factível imaginar, em sua amplitude, a Biosfera
Incluindo, de nossa fauna, desde as raposas e suçuaranas,
E toda flora que se aflora pelo mundo afora,
Aos leões, guepardos e gnus das savanas africanas,
Tudo em colapso, diante do aquecimento da sideral esfera!

Mais do que nunca, se imporão as indagações profanas:
"Quem somos? De onde viemos? Aonde vamos?"
Tempo que nem mesmo o Basilisco de Ouro, supomos,
Resistiria ao calor do Níger, ardendo em chamas!

Os porquês da criação



Silvio do Lago Padilha - Belo Horizonte/MG.

Quando a ADVOCEF foi fundada, minha principal preocupação era se de fato a Associação teria condições de ajudar os advogados na busca de melhorias para a carreira profissional da CAIXA. Tinha ingressado na carreira profissional em novembro de 1988 e, devido à defasagem salarial verificada naquela época, pensava em participar de outros concursos das carreiras jurídicas, a exemplo de muitos colegas. Queríamos permanecer na CAIXA, mas, quando comparávamos a remuneração recebida pelos advogados da União, procuradores federais, juízes etc., ficávamos preocupados com o futuro e sempre cogitávamos de buscar alternativas através dos concursos externos.

A discrepância que havia naquela época em relação à remuneração paga aos advogados da CAIXA, em comparação com o salário de ingresso das outras carreiras da advocacia pública, era muito grande. O empregado aprovado no con-

curso para a carreira profissional (até então o concurso era interno) auferia remuneração prevista para o próprio quadro de empregados da carreira administrativa. O *plus* que havia em termos de salário era representado apenas pelo acréscimo de algumas referências, ou seja, não havia um quadro de remuneração próprio para a carreira profissional e nem uma função de confiança que diferenciase o salário de um advogado com o de um escriturário. A última referência da carreira administrativa era 95 e o empregado aprovado no concurso interno para o cargo de advogado iniciava a sua carreira profissional a partir da referência 80. Enfim, um escriturário que já estivesse na última referência (95), por exemplo, recebia remuneração superior a de um advogado, não obstante a diferença de atividades e responsabilidades existente entre ambos os cargos.

A situação relatada acima nos transmitia um sentimento de que a carreira não

era valorizada dentro da CAIXA e esse foi um dos principais fatores que levaram à criação da ADVOCEF. Além disso, a carreira tinha poucos profissionais (aproximadamente 1/3 do número de advogados que possui hoje) e não contava com o apoio dos sindicatos.

Coincidentemente, no momento em que se cogitava de fundar a Associação, começamos a receber uma remuneração adicional, uma função de confiança que então foi criada para a carreira profissional, denominada Assistente Técnico, o que amenizou um pouco a situação enfrentada pelos profissionais. Recordo que essa conquista decorreu de uma mobilização em âmbito nacional, a qual culminou com um abaixo-assinado enviado pelos advogados à Diretoria de Recursos Humanos, no qual se demonstrou a crítica situação dos advogados em termos de remuneração, inclusive com demonstração de que o salário de um advogado estava no mesmo nível daquele pago a um empregado que ocupava o cargo de secretário. Esse acréscimo obtido através da criação de uma função de confiança específica para o cargo começou a ser pago a partir de agosto do ano de 1992.

Enfim, naquele momento a certeza era de que necessitávamos de uma Associação que pudesse abraçar as nossas reivindicações e lutar por nossos interesses. O que se tinha em mente era que essa ideia fortaleceria não somente a categoria representada pelos advogados, mas a própria carreira profissional da CAIXA como um todo, já que ela é composta também por outros profissionais. E isso de fato ocorreu, pois hoje existem outras associações que congregam os outros profissionais, a exemplo da ANEAC e da Audicaixa.

Não há dúvida de que hoje a nossa Associação já alcançou a sua plenitude, pois a entidade é forte e respeitada em todas as searas em que se faz presente.

Gostaria de registrar alguns momentos que considero como sendo dos mais importantes, nos quais houve atuação decisiva da ADVOCEF para o resultado alcançado.

Em minha opinião, o primeiro deles ocorreu naqueles anos que se seguiram à publicação da Lei nº 8.906/94, época em que muita gente tinha dúvida de que a Lei de fato iria ser cumprida pela CAIXA. Se não houve conquista quanto à jornada diária de quatro horas (artigo 20 do EOAB), o fato é que o resultado final das negociações ocorridas à época foi altamente favorável aos advogados, pois ali se ajustaram os primeiros passos que levariam à normatização definitiva da questão relativa ao recolhimento e rateio dos honorários advocatícios de sucumbência, em cumprimento ao disposto no artigo 21 da citada Lei. Essa normatização veio a ocorrer em julho de 2002, após acordo realizado numa reclamatória trabalhista movida pela ADVOCEF perante a Justiça do Trabalho em Brasília/DF. Aliás, esse fato demonstra que a Associação também atuou no âmbito judicial quando isso foi necessário.

Naquela época foi decisivo o apoio que a ADVOCEF buscou junto à Federação Nacional dos Advogados (FeNAdv). Muitos colegas não sabem, mas a CAIXA já firmou Acordo Coletivo de Trabalho específico para a categoria dos advogados, quando, em 31/07/1996, pela primeira vez, negociou com a FeNAdv as questões acerca da jornada de trabalho e da arrecadação e repasse dos honorários advocatícios aos advogados, ocasião em que se liberaram os valores que vinham sendo arrecadados e retidos desde a data de vigência da Lei nº 8.906/94.

Outro acontecimento importante que gostaria de registrar como sendo um dos mais marcantes para a nossa categoria foi a criação da Revista de Direito da ADVOCEF, cujo lançamento ocorreu por ocasião do XI Congresso da ADVOCEF, re-

alizado no ano de 2005 na cidade de Belo Horizonte.

Por fim, uma atuação mais recente da ADVOCEF que evidenciou a importância da entidade deu-se quando da greve realizada pelos advogados no primeiro semestre de 2009, ocasião em que se buscava o aperfeiçoamento da tabela de remuneração prevista na Nova Estrutura Salarial da Carreira Profissional-NES, cuja primeira versão havia surgido no final de

2006. A busca da elevação do piso salarial estabelecido para a nova carreira implementada com vigência a partir de janeiro de 2007, naquele momento (2009) de fato já se fazia necessária. A organização e o acompanhamento do movimento pela ADVOCEF paralelamente à atuação dos sindicatos deram segurança àqueles que efetivamente participaram daquele que pode ser considerado um momento histórico para os advogados.

Parabéns, ADVOCEF



Francisco Xavier da Silva Guimarães - Brasília/DF.

Aposentei-me na CAIXA, em abril de 1987, cinco anos antes do advento formal da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal - ADVOCEF, ocorrida em agosto de 1992.

De sua criação, portanto, não tive a honra de participar.

Todavia, quando em plena atividade advocatícia na CAIXA, vi nascerem os primeiros movimentos associativos no sentido de congregar os advogados da CAIXA em torno de relevantes questões culturais e profissionais de interesse geral da categoria.

Vários eram os assuntos de interesse geral dos advogados da CAIXA discutidos à época, cuja atualidade continua presente até hoje, que podem ser aqui destacados, exemplificativamente:

- a participação em honorários de sucumbência;
- a lei orgânica das empresas públicas;
- a carreira de advogado de empresa pública.

Não foram poucas as oportunidades em que, por força do ofício, enfrentei os

temas acima referenciados, de real interesse dos advogados da CAIXA, à época, sem comando coletivo reivindicatório.

Realmente, em relação aos honorários de sucumbência, então sustentara que a força de trabalho posta à disposição do empregador implica onerosidade, resultante de contraprestação de serviço, sem direito a ressarcimento por conta de terceiros, já que a empresa não mantém advogado-empregado em razão de culpa alheia, mas no seu próprio e legítimo interesse. Ademais, e a meu sentir, as manifestações fundamentadas produzidas por advogados são obras intelectuais protegidas pelo Direito, a vetar a distribuição desses rendimentos a quem não participou do ato de criação intelectual, pois o parâmetro para a quantificação da verba honorária é o trabalho intelectual do advogado e não o direito do contribuinte.

No tocante à lei orgânica das empresas públicas, diante das extremadas e antagônicas posições assumidas, reveladoras de que estamos até hoje gravitando entre seus princípios essenciais, assumi a posição publicista, na consideração de que na CAIXA tudo é estatal

- origem, fim, organização, função, fiscalização, tutela e capital exclusivo da União. Ademais, a pessoa jurídica tem sua gênese contaminada pelo comportamento de seu criador e a moral que emprestam seus dirigentes, nomeados pelo poder público. Seria, então, de se indagar, como o fez o emérito professor Paulino Jaques, ao se referir às empresas públicas: "Que bicho é esse que tem corpo de leão, cara, focinho, pata e juba de leão e não é leão?" A posição assumida, no entanto, não me impediu buscar, por intermédio da disciplina de uma lei orgânica, dirimir as dúvidas e solucionar conflitos sobre a empresa pública que se utilizaria de meios privados para atingir os fins públicos idealizados em lei.

Em relação à carreira de advogado de empresa pública, tema que continua atualíssimo, em permanente discussão, é bem de ver que o advogado admitido em empresa pública, por força de concurso público, está investido em cargo de índole constitucional dispensado, assim, de atuar mediante instrumento de mandato, visando à representação judicial. Deve sujeitar-se, ademais, às mesmas regras procedimentais comuns às da advocacia pública que privilegiam os fins estatais, a exemplo das previstas nos artigos 320 e 351 do CPC.

Outros temas igualmente momentosos eram discutidos nos anos que antecederam à criação da ADVOCEF, a exemplo da contratação de advogados para a execução de serviços para os quais a empresa mantém quadro organizado em carreira.

Era, portanto, natural que a ideia dos advogados da CAIXA de criar entidade que

promovesse as justas reivindicações da coletividade, a integração nacional entre seus membros, as reivindicações de meios para a melhoria dos serviços técnicos, além do aprimoramento intelectual de seus membros, mais cedo ou mais tarde se tornasse realidade.

Por oportuno, repito aqui o que ouvira de um grande líder espiritual brasileiro, "quando se sonha só é apenas um sonho, mas quando se sonha em conjunto é o início de uma realidade", realidade essa que se mantinha latente e que se materializou em agosto de 1992, em proveito da laboriosa classe de advogados da CAIXA.

Certo é que a ideia, na época ventilada, de reunir em associação os advogados da CAIXA nem sempre foi bem compreendida, tanto que, chamado a manifestar-me, respondia, sem bem entender o motivo de tanta preocupação, com outra indagação que a todos surpreendia: se os juízes e os membros do Ministério Público se organizam em associações civis para satisfação de seus interesses coletivos, por que razão os advogados, detentores de relevantes valores sociais e que igualmente são profissionais do Direito e essenciais à administração da Justiça, não devem exercer o legítimo direito constitucional de livre associação?

Sendo assim só resta, nesta oportunidade, associar-me aos justos e merecidos festejos comemorativos dos vinte anos de profícua existência da ADVOCEF, certo de que a experiência do passado, por si só, estará permitindo antever a perspectiva de um futuro sólido e próspero com feliz realização de seus objetivos sociais.

Parabéns.

Unidos e bem mais fortes



Davi Duarte - Porto Alegre/RS.

Minhas gestões na ADVOCEF tive ram o privilégio de acontecer após gestões de muito trabalho de meus antecessores. Na primeira gestão, de 1997 a 1998, fui antecedido pelo Dr. Alberto Cavalcante Braga, mas quem me sugeriu, com veemência, que assumisse a presidência foi o Dr. Deocleciano Batista, um profissional muito qualificado e honrado.

Então, o Dr. Alberto me confiou a presidência da Comissão Negociadora com a CAIXA, eis que em 04/06/1994 adviera a Lei 8.906/94, com profundas alterações em favor dos advogados empregados. Para buscar os direitos houve amplo e prolongado debate, entre uma Comissão formada pela CAIXA (Drs. Luiz Carlos Cazeta, Dilson Pereira e outros dois colegas da administração) e outra pela ADVOCEF (Drs. Darli Barbosa, João Pedro Silvestrin, Isabel de Fátima Ferreira Gomes, José Gomes de Matos Filho e este advogado).

A negociação foi muito difícil, mas findou com acordo, em junho de 1996. A jornada dos advogados ficou em seis horas, mas a 7ª e 8ª horas trabalhadas seriam remuneradas com adicional de 50%. Para o período transcorrido, desde a lei até o acordo, a CAIXA indenizou.

Nessa época, nos aproximamos da FeNADv, entidade que firmou, com a CAIXA, o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho. A remuneração atingiu um dos melhores níveis experimentados e essa situação somente foi alterada quando, em fevereiro de 1999, um diretor da empresa resolveu romper o acordo, de forma unilateral, deixando a categoria, literalmente, com o salário pela metade.

Era o tempo de privatizar a CAIXA, e o Jurídico estava na mesma rota.

Na segunda gestão, de 2008 a 2010, sucedi aos muito combativos Drs. Darli Barbosa e Altair Rodrigues de Paula. O árduo trabalho que executaram, para impedir perdas, frutificou nesse período. Processos judiciais de vulto tiveram solução, pelo natural amadurecimento.

Por sua vez, o vice-presidente, Dr. Bruno Vanuzzi, obteve êxito em incluir, no Acordo Coletivo de Trabalho de 2008/2009, via Contec, cláusula que previa a valorização da atuação dos advogados. Nesse ponto foram concentrados os esforços da Associação e a CAIXA trabalhou voltada ao seu cumprimento, até que, em dezembro de 2008, surpreendentemente, alterou seu modo de agir: trocou a comissão negociadora e retroagiu em todas as suas anteriores propostas.

Após longas e frustradas tentativas de negociar, tendo sido oportunizado um amplo debate e, sobretudo, feito um exercício de paciência extremado, mobilizada a categoria e ciente de haver esgotado as possibilidades de compor os interesses amistosamente, ocorreu a greve que uniu os profissionais técnicos da CAIXA.

Sob o comando da ADVOCEF e ANEAC, a CAIXA sentiu os reflexos da mais forte, coesa, intensa e duradoura greve. A peculiaridade é que, a par do auxílio dos sindicatos, o comando da greve esteve sempre nas mãos dos profissionais, principalmente advogados, engenheiros e arquitetos. Mas atingiu também aos demais profissionais.

A postura da ADVOCEF foi firme e ética. A CAIXA ajuizou Dissídio Coletivo, mas,

sem obter o decreto de ilegalidade do movimento, foi obrigada a negociar.

A evolução da remuneração, especialmente no início da carreira, fez reduzir, drasticamente, o alto rodízio de profissionais que ingressavam na empresa e logo a seguir dela se despediam ou, então, sequer assumiam o cargo.

Foi um movimento histórico, em favor dos profissionais técnicos e da própria empresa, que precisava manter essa parcela da categoria para realizar projetos de interesse nacional, de que é exemplo o programa Minha Casa Minha Vida, mas abandonara a negociação e frustrara a possibilidade de um necessário, adequa-

do e justo acerto, ante a defasagem remuneratória entre esses profissionais e as demais carreiras, especialmente da advocacia pública.

Essa greve, ainda que pudesse ter durado mais e evoluído em outras conquistas, trouxe ganhos expressivos, pois melhorou a remuneração da maioria dos profissionais e sobre esse valor logo a seguir incidiram as vantagens do Acordo Coletivo de Trabalho de 2009. Mas o movimento também gerou o respeito da empresa, da categoria em geral, das entidades sindicais e a certeza estampada no preceito que simbolizou a luta: unidos somos bem mais fortes.

Um período tenebroso



Carlos Castro - Recife/PE.

O Brasil passava por momentos de muitas incertezas quando da fundação da nossa Associação. Eu estava havia pouco mais de três anos como advogado da CAIXA e tinha deixado o cargo de gerente de núcleo de Habitação, onde ganhava até mais. Casado, pai de uma filha pequena e com outro filho a caminho, vivia sob a tensão de um Brasil privatizante e de um futuro incerto para minha família, sobressaltado com a possibilidade real do desemprego, ressaltando-se que a minha ex-esposa também trabalhava na CAIXA.

Profissionalmente me sentia realizado, pois sempre gostei muito da nossa empresa e da atividade de advogar. Mas, apesar dos riscos de trabalhar para a CAIXA, naquele tenebroso período, diante de tantos prazos, e pelo excessivo volume de trabalho, não me era dada a oportunidade de estudar para aperfeiçoamento ou mesmo para melhor me preparar para os concursos das carreiras de estado.

A defesa da Caixa Econômica Federal, instituição secular, que sempre despenhou como grande agente de desenvolvimento social no país, que ao longo de todo esse período teve como foco a população menos favorecida; o fortalecimento da nossa categoria garantindo a nossa empregabilidade e a luta por melhores condições de trabalho foram os principais fatores que levaram à ideia de fundar a ADVOCEF.

Ao longo desses 20 anos de fundação, a ADVOCEF mais que triplicou o número de associados, amadureceu e se firmou no cenário jurídico nacional como uma associação forte e respeitada. Para isso, muitos dos nossos dirigentes foram obrigados a buscar os necessários e fortes embates com a administração da CAIXA, que nos serviram até como crescimento e aprendizado.

Ser presidente da maior associação de advogados de empresas públicas da América Latina não é realmente fácil. Mas con-

fesso que tem sido muito gratificante, até porque vejo em cada colega um colaborador da nossa administração e contamos com uma diretoria executiva e nossos conselhos formados por profissionais competentes, unidos e de muito comprometimento com a nossa categoria.

A centralização dos serviços administrativos na capital federal e o profissionalismo da nossa equipe administrativa têm sido fatores facilitadores desta gestão.

Contando com os inestimáveis apoios dos nossos ex-presidentes, a quem denomino de conselheiros, temos procurado dar uma maior visibilidade institucional, sem perder o foco na defesa constante das nossas prerrogativas, por melhores condições de trabalho, das lutas pela re-

gulamentação da nossa carreira e pela criação de um novo Plano de Cargos e Salários justo e isonômico.

O bom relacionamento com a empresa, sem atitudes de subserviência e sim de mútuo respeito; uma maior aproximação com as nossas entidades de classe e associações coirmãs; participação nos eventos, visitas institucionais e a continuidade da ampla divulgação dos nossos periódicos têm sido outra marca da nossa gestão.

Acho que o resultado das últimas eleições apontou que estamos no caminho certo e esperamos que possamos, com a costumeira colaboração de cada um dos companheiros advogados, realizar uma nova administração tão exitosa quanto a do nosso primeiro mandato.

Manifesto de uma vintenária



Jairdes Carvalho Garcia - Ipatinga/MG.

Quero, aos vinte anos:

1. Orgulhar-me do passado, pugnar pelo presente, pensar e planejar o futuro;
2. Buscar a integração de todos no seio de uma única comunidade;
3. Lutar por melhores condições sociais, econômicas e culturais da sociedade e especialmente dos que me têm apreço;
4. Fazer a diferença na vida de, no mínimo, um milhar de pessoas;
5. Promover, ao menos uma vez por ano, momentos de reflexão, relacionamento e diversão entre amigos;
6. Pautar minha conduta pela ética, transparência, respeito, independência e defesa intransigente do interesse público;

7. Conquistar minha independência financeira para investir no futuro dos que de mim dependem;

8. Ser solidário e defender, com gaillardia, os colegas, as causas, os objetivos e os princípios ideológicos;

9. Dividir, equitativamente, os recursos que vier a administrar entre as pessoas que a mim os confiar;

10. Buscar a isonomia, a correção das distorções sociais e econômicas;

11. Reivindicar direitos que vierem a ser sonegados, especialmente os daqueles que, como iguais, suportam condições desiguais;

12. Ser respeitada por autoridades, pela sociedade e, principalmente, pelos colegas;

13. Investir no conhecimento, na formação profissional, acadêmica e cultural;

14. Contribuir para a diminuição do sofrimento de cidadãos em estado de miserabilidade ou de calamidade;

15. Ser democrática, aberta a opiniões, "cuca fresca", sem impor nada a ninguém, se não pelo consenso;

16. Ser enérgica quando necessário, afável quando aconselhável, indignada quando desrespeitada, gentil quando bem tratada;

17. Dialogar sempre, negociar sempre, mesmo quando a indiferença obrigar a usar a força para que seja ouvida ou atendida;

18. Valorizar minha história, minhas raízes, meus erros e meus acertos;

19. Ser dinâmica sem ser fugaz, atraente sem ser vulgar, sonhadora sem deixar de ser objetiva, atenta sem ser fútil;

20. Ter motivos suficientes para continuar viva, ativa e na batalha.

Cena Jurídica em 20 anos

7



**Uma seleção de notas extraídas da seção
Cena Jurídica do veículo mensal da ADVOCEF
(primeiro o Boletim, depois a Revista),
que é publicada desde fevereiro/março de 2003.**

Resgate histórico

"A documentação oficial do FMI informa: em 1998, a missão do Fundo que negociou o resgate da ekipekonômica tucana sugeriu que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os demais bancos estatais fossem 'privatizados ou fechados'." (Elio Gaspari, em sua coluna na Folha de São Paulo.)

Agosto/setembro/2003.

Prece de vida

Presente na posse do colega João Pedro Silvestrin no TRT da 4ª Região, em outubro, o advogado Geraldo Saviani da Silva comentou que raras vezes participou de ato mais emocionante. Destacou o discurso do novo juiz, especialmente a parte final, "uma prece de vida para todos nós": "Peço a Deus força para mudar o que pode ser mudado, paciência para aceitar o que não pode ser alterado e compreensão para saber diferenciar uma coisa da outra". Como 1º secretário da ADVOCEF, Geraldo representou a entidade na cerimônia.

Dezembro/2004.

Pode contar

A respeito de corrupções, Elio Gaspari narra a história atribuída ao príncipe de Talleyrand, o chanceler da França no tempo de Napoleão Bonaparte. Um negociador estrangeiro propôs-lhe: "Dou-lhe 20 mil francos e não conto a ninguém". Talleyrand respondeu: "Dê-me 40 mil francos e conte a quem quiser".



■ Elio Gaspari

Talleyrand respondeu: "Dê-me 40 mil francos e conte a quem quiser".

Fevereiro/março/2004.

Amigo do Onça

As aprontadas de Zé da Onça, em Teixeira, na Paraíba, não eram graves e a cidade gostava muito dele. João Agripino passava por lá, Zé da Onça o procurou:

- Governador, estou precisando de sua proteção.
- Certo, Zé da Onça. Ande direito e pode contar comigo.

- Muito obrigado, governador. Eu andando direito não preciso da ajuda de ninguém.

(Contado por Sebastião Nery, na Tribuna da Imprensa.)

Junho/julho/2004.

Se Rui não disse

Escrevendo sobre citações, José Sarney lembrou Tenório Cavalcanti, que uma vez, na Câmara, invocou uma frase de Rui: "A locomotiva da honestidade limpará os trilhos da corrupção". Lacerda levantou-se e disse: "Rui nunca disse isso". Tenório respondeu: "Se não disse, digo eu".

Abril/maio/2004.



■ Tenório Cavalcanti

Cadê a bandeira?

Um trecho do artigo de Roberto Pires: “Precisamos deixar a demagogia de lado, porque receber juros compostos todos nós queremos, até quando emprestamos algum dinheiro a nossos amigos e eles nos retornam a quantia com os juros da poupança. Aqui também são juros compostos. Receber de volta empréstimo, a juros simples, só nossa mãe! Por que então, na hora de pagar à instituição financeira, levanta-se a bandeira do anatocismo? Onde está essa bandeira na hora de receber os juros?”.

Fevereiro/2005.

Por via das dúvidas

O ministro Sepúlveda Pertence, do STF, passou a usar barba. Indagado por que resolvera mudar o visual, respondeu em tom de brincadeira: “Em sinal de protesto”. Mas protesto contra o quê? – perguntaram. Explicou com um sorriso enigmático: “Protesto preventivo”. (Do site Migalhas.)

Março/2005.



Foto: Veja

■ Sepúlveda Pertence

É o advogado

Um leitor da Veja criticou a matéria “A ordem na papelada”, da edição de 17 de agosto da revista, que orienta a procura de um contador para a elaboração de contrato social. “O único profissional habilitado a prestar assessoria para a elaboração de quaisquer tipos de contratos é o advogado (Lei nº 8906/94, art. 1º)”, corrigiu o leitor.

Setembro/2005.

Havaianas legítimas



Um dos criminosos mais procurados nos Estados Unidos, Jesse James Hollywood, foi preso no Rio de Janeiro. Na hora, tentou convencer de que tudo não passava de um engano: “Sou brasileiro. Sou quériouca”. Não deu certo. “Nem as legítimas Havaianas que calçava ajudaram-no a convencer os policiais de que dizia a verdade”, comentou a revista Veja.

Março/2005.

Acertou no nervo

Henrique Chagas vive uma vida dupla: de dia, trabalha como procurador da CAIXA de Presidente Prudente; à noite, defende o mundo literário no site Verdes Trigos (www.verdestrigos.org). No início – continua a matéria de Irineo Netto na Gazeta do Povo, de Curitiba –, Chagas só queria um espaço para comentar e divulgar os livros que lia. “E acabou atingindo um nervo.”

Julho/2005.

Receita de felicidade

Era uma vez um rapaz que pediu uma moça em casamento.

A moça disse:

– Não.

E os dois viveram felizes para sempre.

(Da internet.)

Setembro/2005.

Cautela de hoje



“Sou muito cautelosa. Aprendi que não basta ser honesto nem parecer honesto, é preciso provar na Justiça que é honesto.” “Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, no O Globo em 28/05/2007.

Junho/2007.

Missão divina

Na internet, a explicação de um general norte-americano, sobre sua missão de perseguir Bin Laden e outros terroristas: “Minha obrigação é entregá-los o mais rápido possível à Justiça divina”.

Novembro/2005.

Despedida

Aposentando-se em 30/11, o advogado Ademir Cleto, da Dijur, deixou esta mensagem aos colegas: “É o instante não de partir, e sim de sair portando o todo e a completude do bom conhecimento profissional, da convicção na eternidade dos mais austeros, honestos e sublimes propósitos humanos e da sabedoria que vocês carinhosamente me deram, e assim me enriqueceram”.

Dezembro/2005.

Dois artigos

Na apresentação da Revista de Direito da ADVOCEF [nº 3], o consultor jurídico da CAIXA Davi Duarte comenta as dificuldades dos tempos atuais, em que os homens “afrontam a lei, a ética e a moralidade pública, sem ruborizar-se”. Diz que há leis em profusão, mas bastaria aplicar os dois artigos propostos por Capistrano de Abreu: 1º) Todo brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara; 2º) Revogam-se as disposições em contrário. Davi, que é membro do Conselho Editorial da Revista, chama a atenção para o papel importante cumprido pelos operadores de Direito: construir a segurança jurídica indispensável à estabilidade.

Setembro/2006.



Ilustração: Ronaldo Salisire

Doença irreversível



“Você tem uma doença degenerativa, progressiva e irreversível”, disse o médico ao ator e diretor Paulo José, anunciando que ele era portador do mal de Parkinson, que pode levar à perda de movimentos e da voz. O ator julgou ver um traço de “prazer sádico” no seu interlocutor. Observou então sua careca. “Você também!”, pensou. “Afinal, o que é o envelhecimento, senão uma doença degenerativa, progressiva e irreversível?” (De matéria de Silvana Arantes, na Folha de S. Paulo.)

Julho/2007.

Prêmio SEAE

O advogado Marcelo Quevedo do Amaral, de Porto Alegre, ganhou menção honrosa no Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, promovido pela Secretaria de Acompanhamento Econômico. Na CAIXA desde 2005, Marcelo diz que procurou em sua análise “desmistificar a eficácia do Direito antitruste em face da natureza do sistema capitalista”.

Dezembro/2007.



Bala encontrada

“No Rio passa a se chamar bala perdida toda bala encontrada.” Millôr Fernandes, na retrospectiva para a revista Veja.

Janeiro/2008.

O RE 564.821

Chegou ao STF o primeiro recurso extraordinário integralmente eletrônico. O RE 564.821, com origem no Juizado Especial Federal do TRF da 1ª Região, foi bem recebido por seu relator, o ministro Carlos Ayres Britto: “É uma questão de ligeira adaptação no manejo do computador”, disse. Em 2006, circularam pelo STF 680 toneladas de papel.

Dezembro/2007.

Repercussão geral

1. O STF julgou em 29 de abril as duas primeiras ações de repercussão geral: 1) o salário mínimo não mais poderá ser utilizado como base para o cálculo de gratificações ou adicionais aos servidores públicos e privados, e 2) os recrutas que cumprem o serviço militar obrigatório podem receber da União um soldo menor que o estabelecido pelo salário mínimo.
2. É um momento histórico, disse o presidente do STF, Gilmar Mendes. Segundo ele, a decisão sobre a primeira ação valerá automaticamente para pelo menos 580 recursos que hoje estão no STF e outros 2.405 no TST. A segunda ação atingirá cerca de 200 recursos no Supremo.

Maio/2008.

Menos palavras

1. O advogado Luís Roberto Barroso escreveu, na Folha de S. Paulo, que já não se chama autorização do cônjuge de “outorga uxória” ou recurso extraordinário de “irresignação derradeira”, mas ainda há muitos escribas e oradores prolixos. Sua sugestão: imposição de limite de 20 laudas para as petições dos advogados e 30 minutos para a leitura de votos nos tribunais.

2. Barroso lembra que Einstein gastou uma página para expor a teoria da relatividade e que George Washington fez o menor discurso de posse na presidência dos Estados Unidos, com 133 palavras. “William Harrison fez o maior, com 8.433, num dia frio e tempestuoso em Washington. Harrison morreu um mês depois, de uma gripe severíssima que contraiu naquela noite. Se não foi uma maldição, serve ao menos como advertência aos expositores que se alongam demais.”

Agosto/2008.



Ilustração: Eduardo Futaste

Sócrates no shopping

O escritor Frei Betto conta que vai com frequência a livrarias de shoppings e, ao olhar vitrines, responde aos vendedores que não precisa de nada: “Estou apenas fazendo um passeio socrático”. E então explica que Sócrates era um filósofo grego que também gostava de passear pelas ruas comerciais de Atenas. E, assediado por vendedores, respondia: “Estou apenas observando quanta coisa existe de que não preciso para ser feliz”.

Dezembro/2008.



Sobre grampos

Definição do humorista Jésus Rocha: “Grampear telefone é um crime que só a Justiça pode autorizar”.

Janeiro/2009.

Fez porque quis



Millôr Fernandes conta em sua coluna da Veja que ouviu Jânio Quadros negando a autoria do famoso “Fi-lo porque qui-lo”. Foi em um programa da Marília Gabriela: “Não, senhora, jamais o disse! Porque, se o dissesse, sei muito bem que o pronome relativo *que*, incluso na conjunção, atrai a partícula pronominal. Teria dito: ‘Fi-lo. Porque o quis!’”.

Fevereiro/2009.

Pós-carnaval

Frase que circula na internet: “Já começou aquele intervalo insuportável entre o carnaval e o reveillon!”.

Abril/2009.



Desliguem os computadores

“Desliguem os seus computadores. Vocês precisam mesmo desligar seus telefones e descobrir tudo que há de humano a sua volta.” O conselho inesperado é do presidente do Google, Eric Schmidt, para os graduandos de uma turma da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Junho/2009.

Tempo virtual

Enviado o primeiro lote de processos, de forma virtual, da Justiça estadual ao STJ. Levou dois minutos, com origem no Tribunal de Justiça do Ceará. Em 33 minutos, dois dos quatro processos recebidos foram registrados, autuados, classificados e distribuídos aos relatores. Em papel, esses processos demorariam cerca de cinco meses entre a remessa e a chegada ao gabinete do relator. “Um marco no processo de modernização do Judiciário”, classificou o STJ.

Julho/2009.



Portas do céu

“No dia que eu morrer, quero ser velado no tribunal do júri, envolto em minha beca. Pois foi com ela, neste lugar, que me fiz digno da condição humana, aqui vivi plenamente. Com a beca sinto-me protegido, porque sempre me vestiu a alma, o espírito, a beca do advogado, a beca sagrada, repositório do meu suor, de minha lágrimas, de minha pureza e ingenuidade curtidas no sofrimento. Por isso mesmo, sei que no dia do juízo final, estando com ela vestido, tenho certeza de que se ela foi capaz de resgatar inocentes, abrindo as portas das prisões, também ela será capaz de me abrir as portas do céu”. (Citado de Valdir Troncoso Perez, advogado criminalista brasileiro.)

Agosto/2009.

Toga sem nome

“Advogado excelente é aquele de quem, terminados os debates, o juiz já não lembra dos gestos, nem da cara, nem do nome, lembrando-se apenas dos argumentos que, saídos de uma toga sem nome, tiveram a virtude de fazer triunfar a causa do cliente.” (Citado de Piero Calamandrei, jurista italiano.)

Agosto/2009.

O apanhador

Morreu J. D. Salinger, autor de “O Apanhador no Campo de Centeio”, que adorava escrever. Com um detalhe, conforme explicou à revista Advocate, em 1980: “Mas escrevo para mim mesmo, para meu prazer”. Para manter a reclusão, diante da curiosidade de milhões de admiradores, usou a Justiça. Em 1982, processou quem tentou vender uma entrevista fictícia com ele. Em 1987, obteve uma decisão da Suprema Corte americana que impediu a publicação de uma biografia não autorizada, utilizando cartas suas.

Fevereiro/2010.

O apanhador 2

O best-seller dos anos 40 que conta, em primeira pessoa, a história do adolescente Holden Caulfield, entediado e deprimido, conquistou leitores em todo o mundo. Mas Salinger publicou muito pouco. Voltou à Justiça em 2009, processando John David California, que queria lançar “60 Years Later”, uma sequência não autorizada de “O apanhador...”.

Fevereiro/2010.



Do Twitter

“Essa história de acreditar nos sonhos é papo furado. As pessoas bem sucedidas são as que acreditam nas próprias imbecilidades.” Cacá Rosset, ator brasileiro.

Fevereiro/2010.



Unhas compridas



“Aprendemos a compartilhar nossas virtudes e pecados e temos uma capacidade infinita para o perdão. Somos meigas e enérgicas ao mesmo tempo, o que perturba e fascina os que nos rodeiam. Brigamos muito, é verdade: temos unhas compridas não por acaso.” (Martha Medeiros, em crônica publicada no jornal Zero Hora.)

Março/2010.

1º de abril

Lembrando a passagem do 1º de abril, circulou na internet a pegadinha que, conforme a lenda, quiseram passar a São Tomás de Aquino. Um frade disse-lhe: “Olha um boi voando!”. São Tomás correu para ver. “Mas, irmão Tomás, como o



senhor pôde acreditar em um boi voador?”, gozou o frade. São Tomás respondeu: “Pensei que fosse mais fácil um boi voar do que um monge mentir”.

Abril/2010.

Impressão do congresso

Do Twitter do deputado Maurício Rands (twitter.com/mauricio_rands.), em 14 de maio: “Acabei agora palestra no Encontro Nacional Advogados da Caixa Econômica. Impressionou-me o compromisso com a CEF como agência de desenvolvimento”.

Junho/2010.



Fóruns como bancos

O brasileiro tem um senso de adaptação invejável, elogia o advogado Alexandre Atheniense, especialista em Direito Eletrônico. “Os bancos servem de exemplo. Descobriram que se não investissem em tecnologia da informação não teriam como lidar com o serviço. Pode ter certeza do seguinte: o atendimento nos fóruns vai se assemelhar muito com o atendimento nas agências bancárias”, profetizou à revista Consultor Jurídico.

Julho/2010.

Máquina de fiscalizar

Reclamações de advogados da CAIXA foram indiretamente endossadas pela ministra Dilma Rousseff, em visita recente a Porto Alegre. Em entrevista ao jornal Zero Hora, a candidata a presidente da República criticou as distorções nas prioridades do governo na administração de pessoal: “É inconcebível que a máquina de fiscalizar ganhe quatro vezes mais que a que executa”.

Julho/2010.



Ferrinho de dentista

Não há ministro que não tenha tido algum problema com o colega Marco Aurélio, no STF. A afirmação é de Luiz Maklouf Carvalho, em reportagem publicada na revista Piauí, de agosto. O jornalista conta que o ministro mesmo divulga o apelido que lhe foi dado por Nelson Jobim: ferrinho de dentista. “Não provoca só juízes. Certa vez ele encontrou, no elevador privativo dos ministros, um jornalista que não deveria estar lá. ‘E então, ministro, quais são as novidades?’, perguntou o repórter. ‘A novidade é esta nossa intimidade’, respondeu-lhe Marco Aurélio, na bucha.”

Setembro/2010.



Foto: STF/Carlos Humberto

“Furo” da ADVOCEF



A formação das listas tríplexes [em que constou o nome do diretor jurídico da CAIXA, Antonio Carlos Ferreira], ocorrida em 7 de fevereiro, foi informada em primeira mão pelo site da ADVOCEF, momentos após a definição no STJ. O presidente Carlos Castro, que estava no Plenário do Tribunal, foi para o corredor e, discretamente, ligou para o diretor da ADVOCEF Fernando Abs, que redigiu e postou a notícia no site. Mais tarde, ainda no ambiente do STJ, alguém quis informar a novidade, mas recebeu a resposta: “A ADVOCEF já publicou, faz tempo”.

Fevereiro/2011.

Dr. Chiquinho

Todos os aprovados no concurso para advogado da CAIXA, do qual participou o ex-presidente da ADVOCEF José Gomes, foram ao Rio de Janeiro, em 1984, para um curso de integração de uma semana. O chefe do Deten, Francisco Guimarães, era chamado carinhosamente por todos de Chiquinho. José Gomes conta que, no curso, um dos colegas se dirigiu a ele chamando-o de “Dr. Chiquinho”. O chefe respondeu:

— Ou me chama de Dr. Francisco ou de Chiquinho. “Dr. Chiquinho” não dá.

Fevereiro/2011.

2010, ano do contato

Segundo o advogado Omar Kaminski, presidente de Internet do Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBDI), 2010 é “o ano em que fizemos contato”. Isto é, quando todos os profissionais do Direito tiveram contato com o processo eletrônico. Por isso, diz ele, pode-se considerar que o Direito tradicional está em crise de identidade. “E o papel está ficando cada vez mais órfão, uma vez que os tribunais brasileiros decretaram sua gradativa extinção.” Uma retrospectiva de 2010, feita por Kaminski, está no *Juris Tantum* desta edição.



Fevereiro/2011.

Entre os 100

[No XVII Congresso da ADVOCEF, em Poconé/MS] Jailton Zanon lançou como desafio estimular a atuação do Jurídico



■ Jailton no XVII Congresso, com Carlos Castro (à sua direita), Leonardo Groba e Leonardo Patzlaff

em algumas áreas que ficaram afastadas dos advogados, como as do Direito Tributário, Empresarial, Societário e Ambiental. “Quando alguém abrir o livro dos 100 maiores escritórios de advocacia do Brasil, o escritório de advocacia da CAIXA vai estar lá.”

Julho/2011.

Para 11 de agosto

1. “Que quer dizer grande advogado? Quer dizer advogado útil aos juízes para ajudá-los a decidir de acordo com a justiça, útil ao cliente para ajudá-lo a fazer valer suas razões. Útil é aquele advogado que fala o estritamente necessário, que escreve clara e concisamente, que não entulha a audiência com sua personalidade invasiva, não aborrece os juízes com sua prolixidade e não os deixa suspeitosos com sua sutileza – exatamente o contrário, pois, do que certo público entende por grande advogado.”

2. “A fundamentação das sentenças é certamente uma grande garantia de justiça, quando consegue reproduzir exatamente, como num esboço topográfico, o itinerário lógico que o juiz percorreu para chegar à sua conclusão. Nesse caso, se a conclusão estiver errada, poder-se-á descobrir facilmente, através da fundamentação, em que etapa do seu caminho o juiz perdeu o rumo. (...) Sob esse aspecto é bom que também o juiz tenha um pouco de habilidade do advogado, porque, ao redigir a fundamentação, deve ser o defensor da tese já estabelecida por sua consciência.”
(Textos extraídos de “Eles, os Juízes, Vistos por um Advogado”, de Piero Calamandrei.)



Julho/2011.

O jardim e a praça

“A liberdade pode ser disciplina, a autoridade pode ser o diálogo, o poder pode ser justiça; o público e o privado se complementam. Deste modo é correto pretender que no jardim exista algo de praça e que a praça tenha algo de jardim”. O texto é de Nelson Saldanha, em “O Jardim e a Praça: o Privado e o Público na Vida Social e Histórica” (Edusp, 1993). A citação é da advogada Iliane Rosa Pagliarini, lembrando que tem a ver com a linha editorial da 13ª edição (comemorativa) da



Revista de Direito, sobre os 10 anos do Estatuto da Cidade. Iliane faz parte do Conselho Editorial da Revista.

Setembro/2011.

Origem das ideias

Comentário de Steve Jobs: “Existe uma tentação em nossa era digital de pensar que ideias podem ser desenvolvidas por e-mail e no chat. Loucura. A criatividade vem de encontros espontâneos, de conversas aleatórias.”

Novembro/2011.

Trava-língua

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa continua, literalmente, mal falado em Portugal, neste ano em que começa a ser implantado. O economista e ex-ministro das Finanças Bagão Félix publicou artigo em janeiro no site português Jornal de Negócios: “Adivinhem o que se quer dizer com ‘não me pelo pelo de quem para para desistir’? Na rejeitada e antiga grafia escreve-se: ‘não me pelo pelo de quem pára para desistir’”. Conclui o crítico: “Já não nos chegavam os agravos à nossa língua nas tv e textos públicos, eis que os tornam agora obrigatórios”.

Fevereiro/2012

A invenção do Alka-Seltzer

O próprio escritor Millôr Fernandes achava que algumas das frases que publicou ao longo do tempo deverão permanecer. Seguem quatro candidatas: "Como são admiráveis as pessoas que não conhecemos muito bem." "De todas as taras sexuais, não existe nenhuma mais estranha do que a abstinência." "Me arrancam tudo à força, e depois me chamam de contribuinte." "A invenção do Alka-Seltzer foi uma tempestade em copo d'água."

Abril/2012.



A presença da bandeira

Ao saudar a presença, no XVIII Congresso, do ministro do STJ Antonio Carlos Ferreira, ex-diretor jurídico da CAIXA, o presidente Carlos Castro exaltou sua fidelidade à Associação. Contou aos congressistas que, sempre que vai ao gabinete do ministro, no STJ, encontra lá a bandeira da ADVOCEF, que lhe foi presenteada. "Eu não sei se quando eu saio ele tira, mas quando chego está sempre lá", disse Carlos Castro, causando risos na plateia.

Junho/2012.



Remição pela leitura

1. Detentos em regime fechado ou semiaberto podem ter a pena reduzida com a leitura de livros. Cada obra lida, com a respectiva resenha, analisada por especialistas, dará direito a quatro dias de redução. O projeto, chamado "Remição pela Leitura", consta da Portaria 276 do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), publicada no Diário Oficial da União em 22/06/2012.

2. "Há presos dentro e fora das cadeias", escreveu a escritora gaúcha Martha Medeiros. "Muitos adolescentes estão presos a maquininhas tecnológicas que facilitam sua conexão com os amigos, mas não sua conexão consigo mesmo. Adultos estão presos a telenovelas e reality shows, quando poderiam estar investindo seu tempo em algo muito mais libertador."

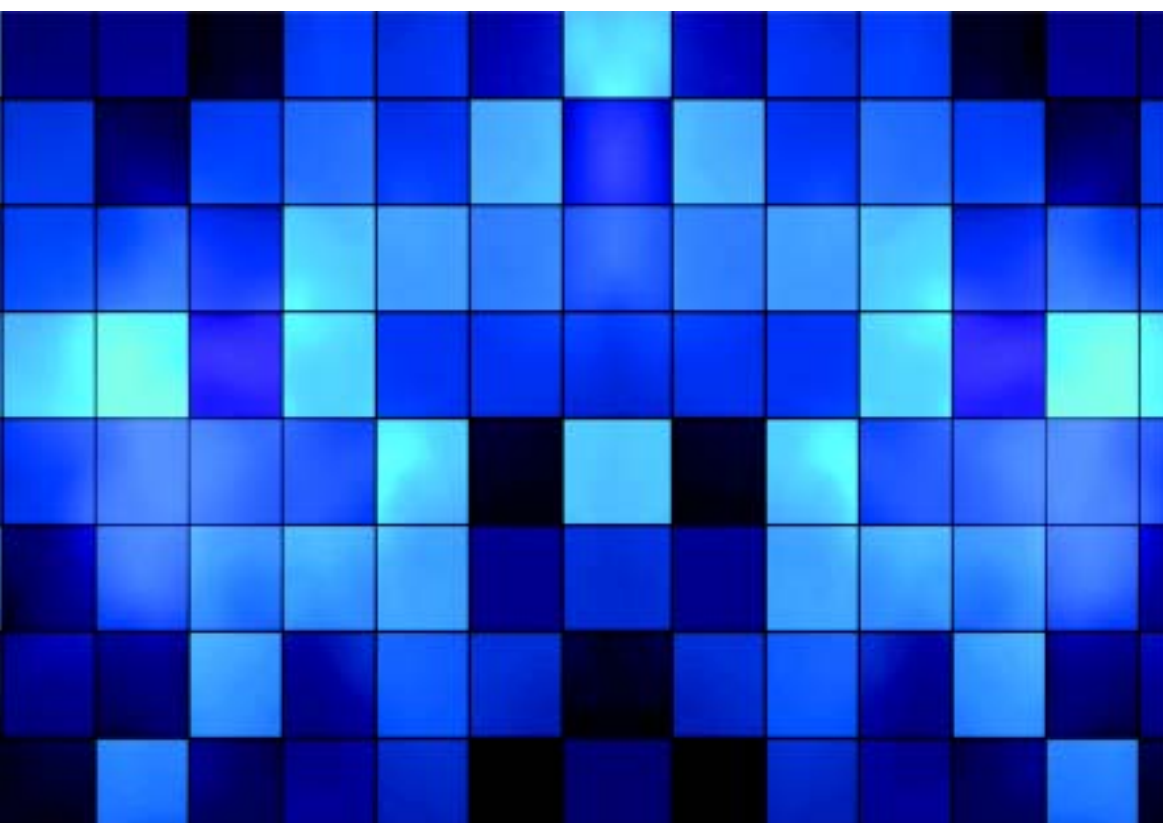
Concluiu, sobre o projeto da Depen: "Que se cumpram as penas, mas que se deixe livre a imaginação".

Julho/2012.



Diretorias

8



Diretorias da ADVOCEF



1992/1994

Presidente: José Gomes de Matos Filho

Vice-Presidente: José Humberto Lordello dos Santos Souza



1994/1995

Presidente: Asiel Henrique de Souza

Vice-Presidente: Alberto Cavalcante Braga



1995/1996

Presidente: Alberto Cavalcante Braga

Vice-Presidente: Gisela Ladeira Bizarra



1996/1998

Presidente: Davi Duarte

Vice-Presidente: Darli Bertazzoni Barbosa



1998/2000 e 2000/2002

Presidente: Luis Fernando Miguel

**Vice-Presidentes: Sandra Maria Garret Rios Siqueira
e Darli Bertazzoni Barbosa**

2002/2004

Presidente: Darli Bertazzoni Barbosa
Vice-Presidente: Sandra Rosa Bustelli Jesion



2004/2006 e 2006/2008

Presidente: Altair Rodrigues de Paula
Vice-Presidente: Silvio do Lago Padilha



2008/2010

Presidente: Davi Duarte
Vice-Presidente: Bruno Vanuzzi



2010/2012 e 2012/2014

Presidente: Carlos Castro
Vice-Presidente: Anna Cláudia de Vasconcellos
e Álvaro Sérgio Weiler Junior



Diretorias da ADVOCEF

Biênio 1992-1994

Diretoria Executiva

Presidente: José Gomes de Matos Filho
Vice-Presidente: José Humberto Lordello dos Santos Souza
1º Secretário: Jorge Eudes do Lago
2º Secretário: Asiel Henrique de Souza
1ª Tesoureira: Gisela Ladeira Bizarra
2º Tesoureiro: Mario Luiz Machado
Diretor Regional Norte: Paulo Eduardo Cabral Furtado
Diretor Regional Nordeste: Cláudio Vinícius S. R. Castim
Diretor Regional Sul: Renato Soares Dias
Diretor Regional Sudeste: Aurival Jorge Pardauil Silva
Diretor Regional Centro-Oeste: Bernardo José Bettini Yarzon

Conselho Deliberativo

Presidente: Davi Duarte

Titulares

Alfredo Ambrósio Neto
Lídia Gomes de Magalhães
Maria Luiza de Castro Rachid
Ricardo Siqueira

Suplentes

Ceres de Jesus Araújo
Heloísa Helena E. Rodrigues
Wagner de Freitas Ramos

Conselho Fiscal

Presidente: Fernando José Abritta

Titulares

Hermes Donizetti Marinelli
Oscar Acco

Suplentes

Silvio do Lago Padilha
Sônia Rodrigues Soares Caldas

Biênio 1994-1996

Diretoria Executiva

Presidente: Asiel Henrique de Souza/Alberto Cavalcante Braga
Vice-Presidente: Alberto Cavalcante Braga/Gisela Ladeira Bizarra
1ª Secretária: Isabella Gomes Machado
2º Secretário: Alexandre Duarte Lacerda
1ª Tesoureira: Gisela Ladeira Bizarra
2º Tesoureiro: Edson Pereira da Silva
Diretor Regional Norte: Paulo Eduardo C. Furtado
Diretor Regional Nordeste: Luiz Carlos Moreira
Diretor Regional Sul: Renato Soares Dias
Diretor Regional Sudeste: Jailton Zanon da Silveira
Diretor Regional Centro-Oeste: Alfredo de Souza Briltes

Conselho Deliberativo

Presidente: Davi Duarte

Titulares

Elinora Maria da Rosa Isoldi
Luis Fernando Miguel
João Pedro Silvestrin
Osmar de Aguiar Pacheco

Suplentes

Alberto Bohnen Filho
Heloísa Helena E. Rodrigues
Roberto Maia

Conselho Fiscal

Presidente: Alfredo Ambrósio Neto

Titulares

Marta Faustino
Paulo Ernane Moreira Barros

Suplentes

Janilda Guimarães L. Collo
Welson da Silva Vieira

Biênio 1996-1998

Diretoria Executiva

Presidente: Davi Duarte

Vice-Presidente: Darli Barbosa

1ª Secretária: Heloísa Helena E. Rodrigues

2º Secretário: João Pedro Silvestrin

1º Tesoureiro: Luis Fernando Miguel

2º Tesoureiro: Volnir Cardoso Aragão

Diretor Regional Norte: Alceu Paiva de Miranda

Diretora Regional Nordeste: Sandra Maria Rios Siqueira

Diretora Regional Sul: Isabel de Fátima F. Gomes

Diretor Regional Sudeste: Antonio A. Camelier da Silva

Diretor Regional Centro-Oeste: Wilson Vergílio Real Rabelo

Conselho Deliberativo

Presidente: Elton Nobre de Oliveira

Titulares

Cíntia de Freitas Gouvêa

Jorge Paulo Schlemm Neto

Marcello A. Hamdan Ribeiro

Sônia Lúcia dos Santos Lopes

Suplentes

Jailton Zanon da Silveira

José Cláudio C. Real Carelli

Josemildo Felisardo da Silva

Conselho Fiscal

Presidente: Mary Carla Silva Ribeiro

Titulares

Domingos Simião da Silva

Gerhard Winning Filho

Suplentes

Newton do Espírito Santo

Rogério Rubim de Miranda Magalhães

Biênio 1998-2000

Diretoria Executiva

Presidente: Luis Fernando Miguel
Vice-Presidente: Sandra Maria Rios Siqueira
1ª Secretária: Amanda Angélica G. Cardoso
2º Secretário: Roberto Maia
1ª Tesoureira: Adriane Kusler
2º Tesoureiro: Davi Duarte
Diretor Regional Norte: Luiz Carlos Luges
Diretora Regional Nordeste: Ceres de Jesus Silva Araújo
Diretor Regional Sul: João Pedro Silvestrin
Diretora Regional Sudeste: Mary Carla Silva Ribeiro
Diretor Regional Centro-Oeste: Ivan Sérgio Vaz Porto

Conselho Deliberativo

Presidente: Darli Barbosa

Titulares

Altair Rodrigues de Paula
Antonio Carlos Gonçalves
Francisco Spisla
Geraldo Saviani da Silva

Suplentes

Gilberto Gemin da Silva
Marcelo Martins
Mário César Langowski

Conselho Fiscal

Presidente: Gisela Ladeira Bizarra

Titulares

Isabella Gomes Machado
Maria das Graças Nunes Lobato

Suplentes

Cleucimar Valente Firmiano
Henrique Chagas

Biênio 2000-2002

Diretoria Executiva

Presidente: Luis Fernando Miguel

Vice-Presidente: Darli Barbosa

1º Secretário: Roberto Maia

2ª Secretária: Amanda Angélica G. Cardoso

1º Tesoureiro: Davi Duarte

2º Tesoureiro: João Pedro Silvestrin

Diretora Regional Norte: Liana Mousinho

Diretor Regional Nordeste: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva

Diretor Regional Sul: Altair Rodrigues de Paula

Diretor Regional Sudeste: Jailton Zanon da Silveira

Diretora Regional Centro-Oeste: Isabella Gomes Machado

Conselho Deliberativo

Presidente: Alfredo Ambrósio Neto

Titulares

Antonio Carlos da S. Magalhães

Juscelino Malta Laudares

Suplentes

Ivan Sérgio Vaz Porto

Luiz Fernando C. Padilha

Onofre Costa Júnior

Conselho Fiscal

Presidente: Sônia Rodrigues Soares Caldas

Titulares

Maria dos Prazeres de Oliveira

Sandra Rios Siqueira

Suplente

Paulo Ritt

Biênio 2002-2004

Diretoria Executiva

Presidente: Darli Barbosa

Vice-Presidente: Sandra Rosa Bustelli Jesion

1º Secretário: Alceu Paiva de Miranda

2º Secretário: Francisco Spisla

1º Tesoureiro: Altair Rodrigues de Paula

2º Tesoureiro: Gilberto Gemin da Silva

Diretor Regional Norte: Mariano Moreira Junior

Diretor Regional Nordeste: Leandro Cabral Moraes

Diretor Regional Sul: Edgar Luiz Dias

Diretor Regional Sudeste: Angelo Ricardo Alves da Rocha

Diretora Regional Centro-Oeste: Isabella Gomes Machado

Conselho Deliberativo

Presidente: Alfredo Ambrósio Neto

Titulares

Domingos Simião da Silva

Gerhard Winning Filho

Rosimeire Rocha Mcauchar

Silvio do Lago Padilha

Simone Solange de Castro Rachid

Suplentes

Luciano Paiva Nogueira

Umberto Parma Machado

Conselho Fiscal

Presidente: Davi Duarte

Titulares

Gisela Ladeira Bizarra

Luis Fernando Miguel

Suplentes

Maria dos Prazeres de Oliveira

Paulo Ritt

Biênio 2004-2006

Diretoria Executiva

Presidente: Altair Rodrigues de Paula
Vice-Presidente: Silvio do Lago Padilha
1º Secretário: Geraldo Saviani da Silva
2º Secretário: Darli Bertazzoni Barbosa
1º Tesoureiro: José Carlos Pinotti Filho
2º Tesoureiro: Francisco Spisla
Diretor Regional Sul: Fernando da Silva Abs da Cruz
Diretora Regional Sudeste: Sônia Lúcia dos Santos Lopes
Diretora Regional Centro-Oeste: Isabella Gomes Machado
Diretor Regional Nordeste: Clélio Amorim Nobre Guedelha Martins
Diretor Regional Norte: Eurico Soares Montenegro Neto

Conselho Deliberativo

Presidente: Daniela Gazzetta de Camargo

Titulares

Eduardo Pereira Bromonschenkel
Renato Luiz Harmi Hino
Tânia Rodrigues Nascimento
Ubiraci Moreira Lisboa

Suplentes

Cristina Lee
Marta Bufaiçal Rosa Cobucci

Conselho Fiscal

Presidente: Júlio Cezar Hofman

Titulares

Maria dos Prazeres de Oliveira
Paulo Roberto Soares

Suplentes

Conceição Keane Gomes Chaves
Izabel Urquiza Godoi Almeida

Representantes nas Unidades Jurídicas - 2005-2006

Alagoas: Euller Sarmiento Barroso Azevedo
Amazonas: Alaim Giovani Fortes Stefanello
Bahia: Rodolfo Nascimento Barros
Bauru: Henrique Chagas
Brasília: Gustavo Adolfo Maia Junior
Ceará: André Luis Meirelles Justi
Espírito Santo: Angelo Ricardo Alves da Rocha
Goiás: Alfredo Ambrósio Neto
Maranhão: Samarone José Lima Meireles
Mato Grosso: Juel Prudêncio Borges
Mato Grosso do Sul: Milton Sanábria Pereira
Matriz: Paulo Eduardo Balsamão
Minas Gerais: Rogério Rubim de Miranda Magalhães
Pará: Liana Coelho Mousinho
Paraíba: Ricardo Polastrini
Paraná: Jayme de Azevedo Lima
Pernambuco: Jair de Oliveira Figueiredo Mendes
Piauí: Ricardo Martins Vilarinho
Rio de Janeiro: Octavio Caio Mora Y A. C. Silva
Rio Grande do Norte: Leandro Cabral Moraes
Rio Grande do Sul: Gilberto Antônio Panizzi Filho
Rondônia: Eurico Montenegro
Santa Catarina: Mariano Moreira Junior
São Paulo: Agnelo Queiroz Ribeiro
Sergipe: Cícero Cabral Guerra Neto

Biênio 2006-2008

Diretoria Executiva

Presidente: Altair Rodrigues de Paula
Vice-Presidente: Silvio do Lago Padilha
1ª Secretária: Marisa Alves Dias Menezes
2º Secretário: Henrique Chagas
1º Tesoureiro: José Carlos Pinotti Filho
2ª Tesoureira: Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim
Diretor Regional Sul: Mariano Moreira Júnior
Diretora Regional Sudeste: Sônia Lúcia dos Santos Lopes
Diretor Regional Centro-Oeste: Gustavo Adolfo Maia Júnior
Diretora Regional Nordeste: Maria dos Prazeres de Oliveira
Diretora Regional Norte: Liana Cunha Mousinho Coelho

Conselho Deliberativo

Presidente: Darli Bertazzoni Barbosa

Titulares

Alfredo Ambrósio Neto
Bruno Vicente Becker Vanuzzi
Isabella Gomes Machado
Luciano Paiva Nogueira
Luis Fernando Miguel
Marcelo Dutra Victor
Renato Luiz Harmi Hino

Conselho Fiscal

Presidente: Paulo Roberto Soares

Titulares

Júlio Cezar Hofman
Rogério Rubim de Miranda Magalhães

Suplentes

Eber Saraiva de Souza
Ivan Sérgio Vaz Porto

Representantes nas Unidades Jurídicas - 2006-2008

Alagoas: Carlos André Canuto
Amazonas: Alcefredo Pereira de Souza
Bahia: Jair de Oliveira Figueiredo Mendes
Bauru: Henrique Chagas
Brasília: Gustavo Adolfo Maia Junior
Ceará: Adonias Melo de Cordeiro
Espírito Santo: Rodrigo Sales dos Santos
Goiás: Ivan Sérgio Vaz Porto
Maranhão: Samarone José Lima Meireles
Mato Grosso: Gustavo Eduardo Reis de Siqueira
Mato Grosso do Sul: Cleonice José da Silva Herculano
Matriz: Isabella Gomes Machado
Minas Gerais: Simone Solange de Castro Rachid
Pará: Renato Lobato de Moraes
Paraíba: Fábio Romero de Souza Rangel
Paraná: Jayme de Azevedo Lima
Pernambuco: Paulo Melo de Almeida Barros
Piauí: Renato Cavalcante de Farias
Rio de Janeiro: Leonardo Faustino Lima
Rio Grande do Norte: Carlos Roberto de Araújo
Rio Grande do Sul: Jaques Bernardi
Rondônia: Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira
Santa Catarina: Marcelo Oscar Silva Santos
São Paulo: Marisa Alves Dias Menezes
Sergipe: João Batista Barbosa Arruda

Biênio 2008-2010

Diretoria Executiva

Presidente: Davi Duarte

Vice-Presidente: Bruno Vicente Becker Vanuzzi

1º Secretário: Ricardo González Tavares

2º Secretário: José Carlos Pinotti Filho

1º Tesoureiro: Fernando da Silva Abs da Cruz

2º Tesoureiro: Mariano Moreira Junior

Diretor de Articulação e Relacionamento Institucional: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva

Diretor de Comunicação: Roberto Maia

Diretor de Honorários: Gryecos Attom Valente Loureiro/Marcelo Quevedo do Amaral

Diretora de Negociação: Anna Claudia de Vasconcellos

Diretor de Prerrogativas: Júlio Vitor Greve

Conselho Deliberativo

Presidente: Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim

Titulares

Henrique Chagas

Laert Nascimento Araújo

Marcelo Dutra Victor

Renato Luiz Harmi Hino

Suplentes

Arcinélcio de Azevedo Caldas

Daniele Cristina Alaniz Macedo

Maria Eliza Nogueira da Silva

Conselho Fiscal

Presidente: Rogério Rubim de Miranda Magalhães

Titulares

Alfredo Ambrósio Neto

Liana Cunha Mousinho Coelho

Suplentes

Fabio Romero de Souza Rangel

Sandro Cordeiro Lopes

Representantes nas Unidades Jurídicas - 2008-2010

Aracaju: Laert Nascimento Araujo
Belém: Patrick Ruiz Lima
Belo Horizonte: Leandro Clementoni da Cunha
Brasília: Juliana Varella Barca de Miranda Porto
Campinas: Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi
Campo Grande: Alfredo de Souza Briltes
Cascavel: Renato Luiz Ottoni Guedes
Cuiabá: Eber Saraiva de Souza
Curitiba: Jayme de Azevedo Lima
Florianópolis: Edson Maciel Monteiro
Fortaleza: Adonias Melo de Cordeiro
Goiânia: Ivan Sérgio Vaz Porto
João Pessoa: Leopoldo Viana Batista Junior
Juiz de Fora: Rodrigo Trezza Borges
Londrina: Altair Rodrgues de Paula
Maceió: Dioclécio Cavalcante de Melo Neto
Manaus: Alcefredo Pereira de Souza
Maringá: José Irajá de Almeida
Natal: Carlos Roberto de Araujo
Niterói: Daniel Burkle Ward
Novo Hamburgo: Clarissa Pires da Costa
Passo Fundo: Luis Gustavo Franco
Porto Alegre: Marcelo Quevedo do Amaral
Porto Velho: Melissa dos Santos Pinheiro
Presidente Prudente: Henrique Chagas
Recife: Pedro Jorge Santana Pereira
Ribeirão Preto: Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti
Rio de Janeiro: Márcio Miranda de Souza
Salvador: Jair Oliveira Figueiredo Mendes
Santa Maria: Fábio Radin
São José do Rio Preto: Antonio Carlos Origa Junior
São José dos Campos: Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer
São Luís: Ênio Leite Alves da Silva
São Paulo: Roland Gomes Pinheiro da Silva
Teresina: Renato Cavalcante de Farias
Uberlândia: Lucíola Parreira Vasconcelos
Vitória: Cleber Alves Tumoli
Volta Redonda: Aldir Gomes Selles
DIJUR/SUAJU: Elisia Sousa Xavier
DIJUR/GETEN: Júlio Vitor Greve

Biênio 2010-2012

Diretoria Executiva

Presidente: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva

Vice-Presidente: Anna Claudia de Vasconcellos

1º Secretário: Luciano Caixeta Amâncio

2º Secretário: Jair Oliveira Figueiredo Mendes

1ª Tesoureira: Isabella Gomes Machado

2º Tesoureiro: Estanislau Luciano de Oliveira

Diretor de Articulação e Relacionamento Institucional: Júlio Vitor Greve

Diretor de Comunicação: Roberto Maia

Diretor de Honorários: Álvaro Sergio Weiler Júnior

Diretor de Negociação: Natanael Lobão Cruz/Marcelo Dutra Victor

Diretor de Prerrogativas: Fernando da Silva Abs da Cruz/Pedro Jorge Santana Pereira

Diretor Jurídico: Bruno Vicente Becker Vanuzzi/Fernando da Silva Abs da Cruz

Diretora Social: Marcelo Dutra Victor/Elenise Peruzzo dos Santos

Conselho Deliberativo

Presidente: Davi Duarte

Titulares

Alfredo Ambrósio Neto

Elton Nobre de Oliveira

Juliana Varella Barca de Miranda Porto

Renato Luiz Harmi Hino

Suplentes

Antônio Xavier de Moraes Primo

Fábio Romero de Souza Rangel

Jayme de Azevedo Lima

Conselho Fiscal

Presidente: Rogério Rubim de Miranda Magalhães

Titulares

Adonias Melo de Cordeiro

Gisela Ladeira Bizarra Morone

Suplentes

Daniele Cristina Alaniz Macedo

Melissa Santos Pinheiro Vassoler Silva

Representantes nas Unidades Jurídicas - 2010-2012

Aracaju: Bianco Souza Morelli
Bauru: Tânia Maria Trevisan
Belém: Patrick Ruiz Lima
Belo Horizonte: Leandro Clementoni da Cunha
Brasília: Ricardo Tavares Baraviera
Campinas: Lya Rachel Basseto Vieira
Campo Grande: Alfredo de Souza Briltes
Cascavel: Daniele Cristina das Neves
Cuiabá: Juel Prudêncio Borges
Curitiba: Susan Emily Iancoski Soeiro
Florianópolis: Edson Maciel Monteiro
Fortaleza: Maria Rosa de Carvalho Leite Neta
Goiânia: Ivan Sérgio Vaz Porto
João Pessoa: Isaac Marques Catão
Juiz de Fora: Rodrigo Trezza Borges
Londrina: Altair Rodrigues de Paula
Maceió: Dioclécio Cavalcante de Melo Neto
Manaus: Raimundo Anastácio D. Filho
Maringá: José Irajá de Almeida
Natal: Carlos Roberto de Araujo
Niterói: Daniel Burkle Ward
Novo Hamburgo: João Batista Gabbardo
Passo Fundo: Vinícius Facenda
Porto Alegre: Pablo Drum
Porto Velho: Bruno Ricardo C. de Souza
Recife: Justiniano Dias da Silva Jr.
Ribeirão Preto: Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti
Rio de Janeiro: Carlos Eduardo Leite Saboya
Salvador: Jair Oliveira F. Mendes
Santa Maria: Fabio Radin
São José do Rio Preto: Antonio Carlos Origa Junior
São José dos Campos: Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer
São Luís: Virginia Neusa Lima Cardoso
São Paulo: Roland Gomes Pinheiro da Silva
Teresina: Edvaldo Martins Viana Jr.
Uberlândia: Lucíola Parreira Vasconcelos
Vitória: Angelo Ricardo Alves da Rocha
Volta Redonda: Aldir Gomes Selles
DIJUR/SUAJU: Elisia Sousa Xavier
DIJUR/GETEN: Júlio Vitor Greve

Biênio 2012-2014

Diretoria Executiva

Presidente: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva
Vice-Presidente: Álvaro Sergio Weiler Júnior
1ª Secretária: Lenymara Carvalho
2ª Secretária: Lya Rachel Basseto Vieira
1º Tesoureiro: Estanislau Luciano de Oliveira
2ª Tesoureira: Daniele Cristina Alaniz Macedo
Diretor de Articulação e Relacionamento Institucional: Júlio Vitor Greve
Diretor de Comunicação: Roberto Maia
Diretor de Honorários: Dione Lima da Silva
Diretor de Negociação: Marcelo Dutra Victor
Diretora de Prerrogativas: Maria Rosa Carvalho Leite Neta
Diretor Jurídico: Pedro Jorge Santana Pereira
Diretora Social: Isabella Gomes Machado

Conselho Deliberativo

Presidente: Davi Duarte

Titulares

Anna Claudia de Vasconcellos
Fernando da Silva Abs da Cruz
Henrique Chagas
Luciano Caixeta Amâncio
Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim
Renato Luiz Harmi Hino

Suplentes

Antônio Xavier de Moraes Primo
Elton Nobre de Oliveira
Justiniano Dias da Silva Júnior

Conselho Fiscal

Presidente: Edson Pereira da Silva

Titulares

Adonias Melo de Cordeiro
Jayme de Azevedo Lima

Suplentes

Melissa Santos Pinheiro Vassoler Silva
Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti

Representantes nas Unidades Jurídicas - 2012-2014

Aracaju: Paula Giron Margalho
Bauru: Rodrigo Trassi de Araújo
Belém: José de Anchieta Bandeira Moreira Filho
Belo Horizonte: Leandro Clementoni da Cunha
Brasília: Marta Bufaiçal Rosa
Campinas: Lya Rachel Basseto Vieira
Campo Grande: Alfredo de Souza Briltes
Cascavel: Renato Luiz Ottoni Guedes
Cuiabá: Sandro Martinho Tiegs
Curitiba: Manoel Diniz Paz Neto
Florianópolis: Edson Maciel Monteiro
Fortaleza: Karla Karam Medina
Goiânia: Ivan Sérgio Vaz Porto
João Pessoa: Magdiel Jeus Gomes Araújo
Juiz de Fora: Rodrigo Trezza Borges
Londrina: Altair Rodrigues de Paula
Maceió: Dioclécio Cavalcante de Melo Neto
Manaus: Kátia Regina Souza Nascimento
Maringá: José Irajá de Almeida
Natal: Francisco Frederico Felipe Marrocos
Niterói: Daniel Burkle Ward
Novo Hamburgo: Leonardo da Silva Greff
Passo Fundo: Cássia Daniela da Silveira
Piracicaba: José Carlos de Castro
Porto Alegre: Pablo Drum
Porto Velho: Augusto Cruz Souza
Recife: Aldo Lins e Silva
Ribeirão Preto: Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti
Rio de Janeiro: Luiz Fernando Padilha
Salvador: Linéia Ferreira Costa
Santa Maria: Conrado de Figueiredo N. Borba
São José do Rio Preto: Antonio Carlos Origa Júnior
São José dos Campos: Leandro Biondi
São Luís: Marcelo de Mattos Pereira Moreira
São Paulo: Camila Modena Basseto Ribeiro
Teresina: Rômulo dos Santos Lima
Uberaba: Felipe Lima de Paula
Uberlândia: Aquilino Novaes Rodrigues
Vitória: Angelo Ricardo Alves da Rocha
Volta Redonda: Aldir Gomes Selles
DIJUR/SUAJU: Elisia Sousa Xavier
DIJUR/GETEN: Meire Aparecida de Amorim



ADVOCEF

Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal

SBS, Quadra 2, Bloco Q, Lote 3, Sala 1410, Edifício João Carlos Saad,
CEP 70070-120, Fones (61) 3224-3020 e 0800-6013020

www.advocef.org.br

revista@advocef.org.br

